

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

O VELHO NO ESPELHO:

um cidadão que envelheceu.

MESTRANDA MARA RÚBIA SANT'ANNA

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

O VELHO NO ESPELHO:

um cidadão que envelheceu.

MARA RÚBIA SANT'ANNA

Dissertação apresentada como exigência parcial do grau de Mestre em História do Brasil à Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores.

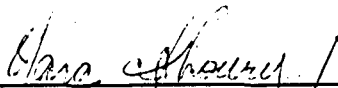
FLORIANÓPOLIS

1996

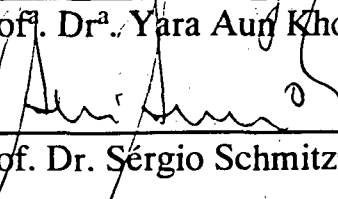
Dissertação defendida e aprovada como requisito básico para obtenção de grau de mestre, no curso de Pós Graduação em História, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos Flores (UFSC)



Prof.^a Dr.^a Yara Aun Khoury (PUC/SP)



Prof. Dr. Sérgio Schmitz



À ELAS QUE RESISTIRAM À VIDA E
CONTINUAM LUTANDO !* *

*Fotografia das senhoras asiladas no "Asilo Santa Izabel", Laguna/SC. Feita em outubro de 1994. Da direita para à esquerda encontra-se: d.Eliete, d. Custódia, d. Lúcia, d. Florentina, d. Eneide, d. Maria Isabel e atrás d. Carolina. Atualmente (1996), d. Lúcia encontra-se residindo com familiares na cidade de Cocal/SC. Ela é a única que não mais reside no asilo.

AGRADECIMENTOS

A palavra “obrigado” é muito insignificante para expressar minha gratidão àqueles que me ajudaram durante os meses em que desenvolvi minha dissertação. A lembrança carinhosa de suas presenças e de suas palavras acompanharão-me por toda a vida e, certamente, só eu poderei no futuro, em momentos inesperados, retribuir-lhes o tanto que me ofereceram.

Contudo, nesta página reservada aos agradecimentos deixo registrado o meu “muito obrigado” a Deus, cuja presença deu-me força quando pensei não ter mais condições de organizar tantas informações e lhes traduzir em palavras. Agradeço aos meus pais, d. Zulma e seu Waldy, que orgulhosos de sua filha caçula, nunca deixaram faltar a ajuda em coisas tão corriqueiras, mas que tornam nossas vidas possíveis. A minha filha, também devo muitos agradecimentos. Pela paciência e mesmo resignação diante de tantos “nãos” que tive de dizer-lhe a fim de poder continuar, nas tardes, nas noites e fins de semana, desenvolvendo minhas pesquisas. Também,

agradeço a Francisco, amigo fiel, cujo sorriso deu-me tanto consolo e, muitas vezes, ótimas inspirações. Sem dúvida, me cabe agradecer a Bernadete, pela orientação que fez a este trabalho, mas, principalmente, por ter sido sempre amiga, confiante em minha capacidade e paciente pelo amadurecimento desta dissertação.

Além destas pessoas de importância sem igual para mim, considero oportuno agradecer aos amigos que fiz durante estes meses de mestrado. São eles os, sempre sorridentes, funcionários do Programa de Pós-graduação e os colegas de curso, Nilceu, Maria da Graça, José Carlos e Ivonete que, sem dúvida, tornaram muito mais agradável o aprendizado.

RESUMO

SANT'ANNA, Mara Rúbia. *O Velho no espelho: um cidadão que envelheceu*. Florianópolis, 1996. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Bernadete Ramos Flores. Defesa: 24 de jun. 1996.

Estudo historiográfico sobre as [representações] de [velhice e velho] construídas no Brasil, mediante o embate entre Estado, Gerontologia e os sujeitos idosos, durante a década de 1960. Discute, em especial, a constituição de uma [cidadania regulada], que permeou toda a assistência social prestada ao velho, tanto quanto a reelaboração da auto-estima e do significado social deste sujeito, como também, das representações de sua velhice. Contempla a análise do papel da [Gerontologia], da [Previdência Social], das [Constituições Nacionais e Catarinenses] e dos [Planos de Governo] do período em estudo, na constituição deste novo sujeito social.

ABSTRACT

SANT'ANNA, Mara Rúbia. *The old man in the mirror: Imagens of citizen who grew old*. Florianópolis, 1996. 185 f. (Masters in History) - Course of Pós-Graduation in History of Brazil, Universidade Federal de Santa Catarina.
Supervisor: Professor Ph.D. Maria Bernadete Ramos Flores.
Défense: 24 of june 1996.

Historiografic study on the [representations] of the [old age] and of the [old people] in Brazil during the 1960's. It debates specially the constitution of a [regulated citizenship] which permeates all the social assistance given to the old people as well as the re-elaboration of the concept of the old age. It also accomplishes the analysis of the [Gerontology] role in the composition of this new social subject.

ÍNDICE:

* INTRODUÇÃO:		10
* CAPÍTULO I:		
	O VELHO EM CENA	28
* CAPÍTULO II:		
	VELHO CIDADÃO TRABALHADOR	70
	II.1 - CONSTRUINDO A CIDADANIA	72
	II.2 - INATIVO - A FACE ENVELHECIDA DA CIDADANIA	99
* CAPÍTULO III:		
	VELHO - PACIENTE DE UMA NOVA CLÍNICA	135
* CONSIDERAÇÕES FINAIS		171
* FONTES E BIBLIOGRAFIA		
	1. JORNAIS	177
	2. REVISTAS	177
	3. LEIS	178
	4. MENSAGENS DE GOVERNADORES	178
	5. OBRAS GERONTOLÓGICAS	179
	6. ENTREVISTAS	179
	7. OUTROS	180
* BIBLIOGRAFIA		181

***“ESTAMOS HISTORICAMENTE CONSAGRADOS À HISTÓRIA, À
PACIENTE CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE OS DISCURSOS,
À TAREFA DE OUVIR O QUE JÁ FOI DITO.”***

Michel Foucault, 1980.

INTRODUÇÃO

Velhinho;

Desvalido;

Inativo;

Gerontino;

Idoso;

Membro da 3a. Idade...

Estas palavras evocam-lhe uma imagem..., um rosto enrugado, cabelos brancos, andar compassado..., ou pensas em detalhes..., num olhar lacrimoso, em mãos trêmulas, em sorrisos amarelados, em queixas.

As palavras como as imagens não são apenas formas variadas de pensar e designar as pessoas que já completaram mais de meia dúzia de décadas de vida. A forma de definir tais pessoas e as imagens recorrentes a elas são, acima de tudo, parâmetros históricos, que cada um de nós construiu em sua relação com o outro.

Em minha relação com as pessoas de longa vivência, datada desde minha infância, construí um sentimento de intensa simpatia e respeito, levando-me a, comumente, designá-los, simplesmente *de velhos*. A imagem que este termo me sugere é o rosto amigo de meu pai, que já conheci enrugado, de pessoas de extremada amizade que conviveram em meu lar desde a infância e da simpatia e constante carinho que sempre recebi das senhoras que residem no “Asilo Santa Isabel”, em Laguna. Esta

relação tão próxima me fez descobrir que o mesmo termo que servia para informar que o pão já não era mais saboroso, ou seja, que o pão estava velho, não tinha igual significado quando atribuído a uma pessoa. Portanto *velho* é, para mim, um termo desprovido de preconceitos e pelo qual designarei as pessoas de quem trato em minha dissertação.

Historicamente, *velhinho*, *desvalido*, *inativo*, *gerontino*, *idoso* e *membro da terceira idade*, são termos que permitiram, em circunstâncias históricas precisas, de forma distinta, identificar certas pessoas, cujos significados, além de representarem o velho por aspectos diferentes, também lhe atribuiu espaço e estatuto diversos.

Não pretendo fazer uma história das palavras, mas da assistência social ao velho, que se modificou em sua historicidade, alterando consigo a própria forma de inserção e significação do velho na sociedade brasileira. Entre tantas circunstâncias históricas, detenho-me em uma, transitando por outras deste século, apenas para evidenciar as distinções entre elas. Pois o que me importa é levantar a questão da criação de um sujeito específico, discutindo, então, que o lugar ao velho destinado é uma resultante dos momentos históricos vividos pela sociedade e do estatuto que ele assumiu.

Onde pára o meu olhar?

No período em que a sociedade brasileira embalava-se em discursos otimistas de que a Nação se desenvolveria e que o trabalhador era a sua maior riqueza. Posso rotular este período de desenvolvimentista e populista, como já fizeram muitos

autores¹, posso datá-lo, na década de 1960. Mas se não mergulhar, como encontrar a rede que interliga todos os significantes e capturar o velho como cidadão, e portanto, assistido do Estado? Esta é a proposta desta dissertação. Um mergulho à sociedade daqueles dias, levantando por seus contos literários, por suas leis, por suas notícias jornalísticas, por suas comemorações cívicas, por suas preocupações sociais, por seus debates político-partidários, pelo saber gerontológico que se difundia, pelos jovens que falavam, pelas associações de aposentados que se formavam; o velho que se enxergava, o velho que se assistia, o velho que vivia.

Este levantamento não é apenas a seleção de fatos, mas sim o diálogo com diversas fontes, na busca de retirar da intimidade discursiva delas, as condições de construção da história dos velhos. Esta história é a do próprio Brasil, na representatividade que o governo federal o faz. Desta forma, as Constituições Nacionais, as leis que elaboraram, gradativamente, a Previdência Social, os Planos Federais de Governo, o projeto nacional do “Desenvolvimentismo” e mesmo as práticas “populistas” encontraram espaço apropriado nesta dissertação. A abordagem destes elementos foram indispensáveis à compreensão do velho que se constituiu no Brasil dos anos 60.

Contudo, também fontes históricas, provenientes dos jornais e arquivos cariocas e catarinenses, serão trabalhadas nesta dissertação. As que selecionei na Biblioteca Nacional/RJ, tiveram como fim principal permitir-me a análise dos pareceres gerontológicos, que serão discutidos no capítulo III. As fontes selecionadas em Santa

¹ Entre os autores estudados que definem o período de 1930 a 1964 como populistas e desenvolvimentistas cito alguns: Otávio IANNI; Guita DEBERT; Wanderlei SANTOS; Maria José TREVISAN.

Catarina, por sua vez, aproximaram-me do debate político e econômico, no qual a velhice se envolvia no período em que estudo. Por meio destas fontes tive a possibilidade de aproximar o sujeito velho que as leis indicavam ao velho que se representava nos jornais, livros e discursos da década de 1960.

Não tenho a preocupação em diferenciar a origem de cada uma destas fontes históricas no decorrer do trabalho. Não nego que haja especificidades históricas em cada um dos estados brasileiros. Todavia, optei por apresentar as notícias e discursos sobre velhos catarinenses como apresentarei os cariocas, a fim de que meus conterrâneos não sejam revestidos de um caráter de exceção ou de mero exemplo. Assim faço, porque não quero reforçar as posições historiográficas de muitos pesquisadores nacionais que, julgando os estados do Rio de Janeiro e São Paulo como sendo o Brasil, colocam os demais estados brasileiros como periféricos e dependentes. Afinal, as políticas governamentais, de nível nacional, atingiram os velhos de Santa Catarina, que a despeito de certas especificidades, tiveram também suas vidas pautadas por aquelas leis.

Além disso, os limites regionais dos discursos, que colaboraram na construção da velhice da década de 1960, são muito tênues, pois a nutrição constante de políticos, médicos e intelectuais locais, nos grandes centros urbanos nacionais, impede-me de delimitar o que seja um autêntico discurso ou posicionamento catarinense; desta forma sempre discuto a história do velho, no Brasil e não especificamente a do catarinense, embora seja com que este que estabeleci minha “comunidade de destino.”²

² Terminologia criada por Jacques LOEW, citada em E. BOSI. *Memória e Sociedade...*, p. 2. O significado deste termo pela autora é: “Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados.”

Como citei acima, nesta dissertação será apresentada uma diversidade grande de fontes com as quais lidarei, tendo por princípio a concepção de que muito mais do que uma intencionalidade, um enunciado se revela em sua articulação com os outros que lhe são contemporâneos, mesmo quando parecendo divergentes, pois possuem uma lógica que os articulava e os faz compreensíveis a seus ouvintes³.

A classificação de um sujeito passa pela assistência social que este recebe. Pensá-la sem discutir o saber que lhe fundamenta é tarefa impossível. Desta forma, as delimitações das circunstâncias históricas que classificaram distintamente o velho, tiveram como parâmetro, exatamente, o saber que servia de argumento para destinar algum auxílio a este sujeito.

Dentro do século XX, em torno de 1910, a primeira forma de assistência dada ao velho, é aquela que se fundamenta na caridade. Remeti, então, a atenção para a realidade e a problemática da velhice, quando a urbanização e modernização de Florianópolis, processada durante as primeiras décadas deste século, levou ao esquadrinamento da população circulante, que não tinha espaço próprio dentro da nova ordem, ou seja, os desvalidos que mendigavam pela ruas, que ocupavam as calçadas⁴.

³ Michel FOUCAULT e Roger CHARTIER desenvolvem em seus trabalhos esta noção metodológica.

⁴ O processo de urbanização e modernização de Florianópolis foram trabalhados por Hermetes de ARAÚJO, em *A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na 1a. República* (São Paulo, PUC/1989), e por Roselane KUPKA, em sua dissertação de Mestrado, sob o título: *Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis - 1910/1930* (São Paulo, PUC/1993). Segundo as palavras de Hermetes de Araújo, este processo, em Florianópolis, caracterizou-se pelas tentativas de reajustamento social à ordem capitalista, durante a 1ª República. Estas tentativas viabilizaram-se por meio de centenas de reformas urbanas, de novas formas de controle e segregação social, atingindo especialmente os segmentos mais pobres da população.

Desta preocupação surgiram muitas sociedades beneficentes nos primeiros anos do século XX, na capital catarinense, tendo por objetivo “dar abrigo e sustento às pessoas que por decrepitude, cegueira ou aleijão não possam dar-se a qualquer trabalho ou não tenham quem os abrigue ou sustente”⁵. A sociedade beneficente de cujo estatuto retiramos o objetivo acima, Associação e Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, fundada em 1902, é considerada a primeira em nosso estado a dar abrigo aos desvalidos, como eram designados seus protegidos. No artigo 9o., parágrafo 1o. deste mesmo estatuto está evidenciado o objetivo higienizador⁶ que aquela, como outras associações, se comprometiam a alcançar. Afirma o referido parágrafo: “O asilado que, aproveitando-se da faculdade concedida no artigo anterior [de sair do asilo para passear], mendigar pelas ruas ou casas particulares, ficará privado de sair do asilo durante 90 dias consecutivos.” Além desta instância estatutária as informações das práticas costumeiras da Associação, indica-me o grau de comprometimento daquela sociedade com a higienização e urbanização da cidade. Foi prática comum, antes da construção da sede á rua Mauro Ramos, o cadastramento de todos os *desvalidos* que circulavam pela cidade. Os cadastrados recebiam um boton, que lhe era obrigatório o uso a fim de que uma vez por mês recebessem da Associação um rancho alimentar e remédios. Caso fosse encontrado alguém sem o distintivo ou pedindo esmolas, este perdia o direito àquelas benesses⁷.

⁵ Artigo 2o. do *Estatuto da Associação e Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim*, de 09 de janeiro de 1911.

⁶ O sentido atribuído ao objetivo higienizador, evidenciado nos estudos sobre modernidade e urbanização, é aquele que a elite possuía de limpar a cidade do atraso econômico, das misérias sociais e qualquer outro aspecto que denotasse distância da modernidade.

⁷ *Jornal A Fé*, “Sociedade Irmão Joaquim ao Comércio e ao Público”, Fpolis, Ano I, n.4, em 14/09/1903, p.3 e 4.

Através do editorial do jornal “A Fé”, de responsabilidade da Associação, fica evidenciado a relação criada entre assistentes e assistidos, ou seja, uma relação essencialmente baseada na caridade, cuja argumentação religiosa a sustentava. Observemos: “A Fé inicia (...) esperando o amparo público, porque desse amparo vão gozar somente os pobres - esses infelizes párias da ventura que a Associação Irmão Joaquim socorre e protege na órbita restrita de seus poucos recursos (...)”⁸.

Limitando a discussão desta primeira forma de assistência às situações acima descritas, delineio como a circunstância histórica da urbanização ensejou o surgimento de um velho que era alvo de atenções. O fator determinante para ele ser assistido e portanto o definidor de seu estatuto era o fato de mendigar pelas ruas, de não ter quem o sustentasse e não especificadamente sua idade. Portanto, neste momento caritativo a velhice não é um critério definidor da assistência, sendo o velho, então um sujeitado das forças econômicas e políticas, que impunham uma nova forma de organizar o espaço público e a vida das pessoas. Não existia uma problemática da velhice, pois o problema era ser pobre e estar isolado, era ser um *infeliz pária da ventura*. Sob a ótica dos grupos sociais, posso distinguir, então, que aquele velho possuidor de bens materiais e de uma família, era identificado como o *senhor* fulano de tal, e aquele outro, o *desvalido* que, tendo como espaço social a rua e a mendicidade, era destinado ao asilo e como tal representava apenas mais um infeliz.

Passando a olhar o outro extremo do século em que vivemos, encontramos novos termos para designar velhos personagens.

⁸ Jornal *A Fé*, “Editorial”, n.o, Fpolis, Ano I, em 24/08/1903, p. 1.

A partir de 1980⁹ surgiram os *membros da 3a. idade* e com ele um novo saber a fundamentar uma nova assistência. Agências sociais particulares e estatais, como o Serviço Social do Comércio (SESC), o Programa de Assistência ao Idoso do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC) etc, surgem dando novos contornos à problemática da velhice. Estes programas, agregando em torno dos seus núcleos da 3a. idade pessoas da classe média urbana, que gozam de saúde e têm um histórico de reivindicações após sua vida de funcionário, permitiram a organização de uma forma de assistência, que defende prioritariamente a autonomia e gestão participativa de todos os membros destes grupos.

Nestes espaços o velho é um sujeito social, pois atrai para si a atenção das autoridades governamentais e das instituições sociais, mas também é um sujeito sutil, objeto do meio acadêmico, que procura investigá-lo e descobrir todas as peculiaridades e desfazer todos os estereótipos sacramentados pela Gerontologia e Geriatria do metade do século XX. Contudo, também é, um sujeito da mídia, dos seus novos estereótipos e dos interesses empresariais, que cada vez mais lançam no mercado melhores e mais caras opções de turismo, lazer etc. Do *membro da 3a. idade* exige-se dinamismo e participação, devendo ele ter sua sexualidade liberada, freqüentar salões de dança, fazer ginástica, manter a forma e ter seus conhecimentos atualizados. Desta nova forma de identificar o velho, baseada em tantas exigências, criou-se uma outra

⁹ Esta data representa o momento de maior efervescência no surgimento dos grupos de Terceira Idade. Sua organização surgiu a partir de 1976, quando em Brasília /DF, foi realizado o I Seminário Nacional sobre o Idoso. Em SC a agência regional do SESC inaugurou seu primeiro grupo de idosos em 1978 e a Universidade Federal de Santa Catarina, em 1982, criou o Núcleo de Estudos da Terceira idade - NETI - Também foi em 1982, que o Brasil e o Mundo assistiu ao Ano Internacional do Idoso.

etapa da vida, a 4a. idade, na qual todos os que não atendam aos pré-requisitos básicos: saúde física e pleno vigor mental, estão enquadrados¹⁰.

Adentrar por todas as considerações que estão vinculadas a estas duas dimensões de velhice, pois cada qual está inserida em problemáticas próprias e, discuti-las, faria com que minha dissertação se tornasse muito exaustiva e, até mesmo, por demais panorâmica, simplificando a complexidade específica de cada momento histórico vivido pelas pessoas velhas do século XX.

Diante desta delimitação, o velho sobre o qual detenho meu olhar, nem é o desvalido do começo do século, nem o membro da 3a. idade deste final de milênio. É o *inativo*, o velho - cidadão trabalhador, que assim foi definido durante a década de 1960. Naqueles dias, construiu-se uma história que marcou nitidamente a separação entre a argumentação caritativa e a científica. Neles, organizou-se a base discursiva de toda a postura adotada pelo Estado em relação á velhice e de todos os estereótipos, ainda hoje, em sua grande maioria, vigentes. Foi nesta lógica que se enquadrou o caso do reajuste de 147,06% negado aos aposentados em 1991 e que foi motivo de sérias lutas na justiça federal e até a própria discussão atual, da reforma da Previdência Social, discutida pelo governo.

Supondo que uma realidade, no seu fazer-se, estabelece relações entre diferentes forças e provoca efeitos nem sempre encadeados, não procuro causas nem culpas, mas busco através da análise do discurso, interpretar uma rede de relações que se estabeleceram entre três pontos: o velho, o Estado, o médico. Estes ditos pontos não

¹⁰ A respeito deste momento histórico maiores discussões estão apresentadas no artigo: "Velho: quem é este sujeito? Onde é o seu lugar?", de minha autoria, publicado na *Revista Catarinense de História*, v. 2, 1994.

estão dispostos de maneira hierárquica ou linear, mas sim, como em um círculo, não havendo limites de interação entre eles.

A idéia do círculo me é muito cara, pois ela representa toda a complexidade da constituição do velho cidadão-trabalhador. Os três parâmetros de análise: o velho, o Estado e o médico, elaboraram conjuntamente o novo estatuto do sujeito envelhecido da década de 1960, assim como o seu lugar social.

Estabelecer qual dos três pontos iniciaria a discussão não foi tarefa simples.

O caminho mais fácil parecia ser definir a circunstância histórica da década de 1960, promovida pelo Estado, acrescentar-lhe o saber que a Gerontologia elaborara e então mostrar a interpretação que o velho fazia destas, bem como, a velhice tinha sido resignificada, percebida através dos conceitos reelaborados.

Porém, questioneimei-me se esta organização não recairia na forma hierárquica e apática de construir a história. Colocando o Estado como o grande construtor, a ciência como seu cúmplice e os velhos como seus alvos. A especificidade do tema ficaria perdido em meio a história política do país que reescreveria. Poderia utilizar as formas de redação que muitos autores contemporâneos utilizam, mas a essência do trabalho ficaria assentada na tradicional história política do Estado e suas realizações. Mais preocupante, o direito à cidadania, peça chave na compreensão da velhice dos meados do século XX, seria apresentado como outorga de uma circunstância histórica promovida pelas classes políticas e médicas que controlavam o país. Então, optei pelo inverso. O velho e as inquietações em que vivia, dada a reformulação de sua representação, iniciaria a dissertação.

Apresentando as representações que se constituíam sobre a velhice e seus novos conceitos e os limites do indesejável que lhes acompanhavam, pontuaria a especificidade do tema, questionando a própria noção de velhice como “o passar do tempo”, e remetendo-me a instabilidade que sofria sua representação na época. Delimitava, então, o velho que era o ponto de partida de meus questionamentos, dando atenção não só aos discursos contruídos sobre velhice, como também discutindo a leitura que este sujeito fazia desta etapa da vida. Colocaria-o, assim, não como um sujeito da circunstância que vivia, mas como sujeito histórico que a promovia, também.

A partir daí poderia adentrar pela história deste próprio velho, que antes de tudo tinha sido um trabalhador, cuja identidade foi construída pelo direito à cidadania que defendia, mediante a história do trabalho que ajudou a construir.

Discutida a relação entre Estado e trabalhador, que os construíram como tal, passaria a historicizar a assistência que o Estado realizava à velhice. Por meio desta disposição de análise, tomaria o cuidado em não apresentar esta assistência como mero exemplo da ação do Estado, ao contrário, apresentar-lhe-ia como elemento co-construtor da “nova” velhice. Tal como já teorizei nesta introdução, a atenção dispensada a um sujeito atribui-lhe um estatuto, que coopera em sua significação social, e seria por esta concepção que a assistência à velhice teria sentido em ser abordada.

Pela forma como a história do país comporia a argumentação, a idéia de uma cidadania outorgada, ficaria deslocada. Seja porque os significados da cidadania seriam remetidos a sua própria história, seja porque estes significados foram apresentados em meio aos critérios de leitura, do velho da década de 1960, sobre as representações que

faziam a seu respeito. A história da cidadania confundir-se-ia com a história da própria velhice da década de 1960, no Brasil, por que estas eram as histórias daqueles velhos que foram moços, adultos e trabalhadores.

A Gerontologia, por sua vez, tal como os velhos, precisaria ser remetida a sua historicidade, para depois ser analisada a implicação dos saberes que elaborava com os projetos políticos do Estado e a situação vivida pelos velhos, seus pacientes. A construção do seu paciente apresentou aos velhos uma forma apropriada de assistência, que como o Estado, cooperava na reelaboração do conceito de velhice e da imagem de velho dos anos 60, e nisto, residiria a justificativa para a ciência ter espaço na discussão que propunha.

Assim, pareceu-me que teria condições de alcançar na prática a nova História Cultural, que teoricamente conduz esta dissertação. Abandonava o modelo de localizar as causas para analisar os efeitos e fazia, de fato, uma história da velhice no Brasil dos anos 60 e não uma história do Brasil com sua velhice, na década de 1960.

A interação entre os três pontos deixaria a minha cabeça e materializaria-se em cada palavra, em cada abordagem, em toda estrutura da dissertação. Desta forma, começarei a dissertação levantando as inquietações das representações sobre velhice que localizei entre 1948 até 1967, pontuando seus limites e suas leituras pelos velhos, de então. Lançarei muito mais questões do que conclusões. Pretendo deixar o leitor com vontade de saber mais. Depois, passarei às argumentações explicativas, localizando o velho da década de 1960 a sua própria história de trabalhador e desenvolvendo as análises do Estado que se criou e foi criado por aquelas circunstâncias. Só então, discutirei a assistência prestada pelo Estado ao cidadão, que

envelhecido era o inativo, o trabalhador aposentado. Finalmente, a Gerontologia será abordada com os mesmos critérios que situei a história do trabalhador que envelheceu e do Estado. Nem como cúmplice nem como inocente esta ciência será discutida, mas como co-construtora, por ser parte integrante do processo histórico que ajudava a construir e pelo qual era construída.

A partir desta concepção de abordagem temática, organizei 3 capítulos para a presente dissertação. Neles o velho é quem entra em cena, quem transforma-se em um cidadão-envelhecido e quem torna-se um paciente de nova clínica:

No primeiro capítulo: **O Velho em cena**, o ponto que toma o centro do círculo é o próprio velho. Os velhos que aí colocarei serão os personagens de diferentes contos literários, publicados entre os anos de 1948 a 1967, e pessoas idosas que se tornaram notícia ou mostraram sua voz nos jornais da época. As representações que envolvem os personagens desta dissertação permitiram-me, pouco a pouco, discutir os mais diferentes pontos que estavam sendo considerados para a sua conceituação, tal como o embate entre a velhice, sinônimo de desdita, com outra, apropriada à modernidade desejada. Este embate, propiciado por uma circunstância histórica específica, permitiu a reelaboração do conceito de velhice.

Desta forma, serão aventadas diversas questões, como a valorização da mocidade que se vinculava ao ideal de modernidade proposto; o valor que o trabalho adquiria nesta circunstância e também a cidadania, que se pautou a partir destes ideais. À época ela significava o direito, adquirido por quem contribuía regulamentadamente

ao crescimento econômico da Nação, de ser beneficiado pelo Estado. Por isso, a maior característica deste direito é ser uma *cidadania regulada*.¹¹

Se a cidadania, nos parâmetros em que se construiu, atribuía ao homem envelhecido uma imagem mais positivada, todos os outros que se afastavam dela, passaram a se rotulados como os infelizes e assim necessário se fez observar os velhos asilados, que despojados de cidadania, tinham uma representação de velhice muito própria.

As representações, por sua vez, serão ancoradas nas experiências. À medida que o personagem toma conta do palco, discutirei a dimensão que a condição social de cada um tomava para a efetivação dos novos significados de velhice, tanto quanto enfocarei os resultados da vivência deste novo conceito pelos próprios velhos. O objetivo, deste primeiro capítulo, é historicizar as representações da velhice, porque estas pautaram e foram pautadas pela relação do Estado e da ciência com os velhos.

No segundo capítulo: **Velho - cidadão trabalhador**, o ponto que toma o centro do círculo é o Estado. No entanto, a partir da concepção de que o Estado não é uma entidade autônoma, mas sim uma instância do poder constituído pelas classes sociais de seu território, o que de fato toma o centro da discussão, é o embate político, dos trabalhadores, dos empresários e das organizações governamentais que garantiam os interesses sobre a acumulação do capital.

Para melhor desenvolvimento das discussões que proponho, o capítulo estará dividido em dois itens: o primeiro - **Construindo a cidadania** - cujo objetivo é

¹¹ Esta cidadania para ser entendida e definida precisa ser remetida a própria história que a compilou. Por isso, ao tratá-la não estou a tomando como categoria pré-definida que procurei encontrar em minhas fontes. Ela se definiu por sua história. Foi desde 1930 aos anos 60, cuidadosamente construída como poderemos observar neste trabalho.

demonstrar a história que permeou a constituição do cidadão¹² da década de 1960. Para tanto levarei sempre em conta tanto as próprias experiências do trabalhador, quanto as preocupações do Estado, de então. Isto é de tamanha importância porque não é apenas a história dos trabalhadores, enquanto processo ativo de constituição de uma classe social, que estarei discutindo, mas também, a velhice como resultado de toda a existência do indivíduo, ou seja, sob a perspectiva de que ela é um processo histórico que atinge aos indivíduos de maneira diferenciada. Neste eixo, a tônica dos discursos desenvolvimentistas e populistas irão tomar conta do cenário e apenas para dar a *deixa* aos velhos e aos políticos. A história do trabalho e a própria história da cidadania, que no Brasil se constituiu até 1969, tomaram o papel principal de argumentação, pois estes elementos foram os responsáveis por boa parte das mudanças históricas das noções de velhice e de velho.

Neste item, poderá o leitor desavisado, pensar que o velho ausentou-se da história. Mas, não. O velho, inativo ou aposentado, ali encontrar-se-á em cada trabalhador ativo das décadas que precederam os anos 60. Pois o velho que viveu a ditadura militar de 1964 foi adulto e trabalhador nas décadas anteriores.

Partindo, então, do pressuposto de que o velho da década de 1960 foi um trabalhador com experiências de reivindicação que assumiu sua cidadania, embora regulada, elaborei o segundo item: **Inativo - a face envelhecida do cidadão**. Neste o objetivo altera-se. Importa-me caracterizar a relação construída entre o Estado

¹² O cidadão, como a própria cidadania, deve ser entendido mediante a própria história que os constituiu. Porém, antecipando a leitura do 1º item do capítulo II, era definido como cidadão o brasileiro portador de registro no Ministério do Trabalho, que mediante sua Carteira de Trabalho era reconhecido pelos poderes públicos e assim passível de ser atendido pelo Estado. Ou seja, cidadão era aquele que trabalhava, conforme os critérios da lei, para o crescimento do Brasil e por isso tornava-se merecedor das atenções governamentais.

brasileiro e o velho da década de 1960, fosse este um inativo ou um necessitado. Para tal levantarei a organização do sistema previdenciário, da instância legislativa, seja a regulamentada ou a especial, e também discutirei, a própria organização da administração pública que, vinculada aos ideais desenvolvimentistas, alijou os velhos de seus objetivos norteadores. Este conjunto de análises permitirá a reflexão de como o Estado definiu sua relação com o velho, fosse ele um aposentado ou um asilado. Além disso, tendo em vista o pressuposto de que uma relação nunca é imóvel e nem passível de ser analisada, observando apenas uma de suas partes, também as condições de vida e de exercício da cidadania dos velhos, estarão presentes neste item, porque a assistência a eles prestada pelo Estado colaborou no significado social que o velho adquiriu, então.

Por todas as análises desenvolvidas neste capítulo tenho a pretensão de apresentar o lugar social do idoso e interpretar como o valor construído para a cidadania permeou a reelaboração do conceito de velhice, da década de 1960, no Brasil.

No terceiro capítulo: **Velho - paciente de uma nova clínica**, então, os médicos tomam o eixo do círculo. A definição “científica” da velhice e dos velhos e a relação desta produção com os critérios estabelecidos pelo Estado, dará início a discussão desenvolvida. Não ficarei na superfície das análises, ao contrário, buscarei a lógica que construiu a intertextualidade do discurso gerontológico e político. Por isso, será possível observar os parâmetros estabelecidos para definir o paciente e, mesmo, todas as críticas realizadas à caridade, que o destituía de sua condição de paciente e cidadão. Finalmente, discutirei o próprio valor construído pelos gerontólogos sobre sua área

médica e mesmo o peso político que estes adquiriram no Brasil, em torno da década de 1960.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a historicidade da produção científica gerontológica no Brasil que, através de suas práticas e teorias, cooperou na reelaboração do conceito e tratamento da velhice da década de 1960, no Brasil.

Nestes três capítulos que escreverei, sempre estarão colocados de frente duas dimensões de velhice, a primeira que significava doença e condições precárias de vida, cujos velhos asilados bem a exemplificam, e a segunda, aquela vivida por homens e mulheres que partindo de sua condição de velhos trabalhadores, eram vistos e se viam numa dimensão bastante distante da primeira velhice, aquela de homens e mulheres desvalidos e sem direito à cidadania. Enquanto os miseráveis eram julgados como carentes de caridade ou culpados de suas condições, aos outros eram garantidos direitos mediante sua condição de cidadão, e a longevidade. Os limites entre estas duas dimensões não são tão distantes como parece, ao contrário, são próximas e tênues.

Enfim, associando os discursos médicos ao do Estado e à própria representação da velhice que estes dois campos ajudaram a reelaborar, irei reservar minhas últimas páginas para, em retrospectiva, dar visibilidade ao velho que fora sujeito e sujeitado de todas as circunstâncias históricas por mim trabalhadas.

Esta história refletida pelo espelho de minhas fontes, não é a única a ser contada sobre os velhos. Um simples movimento do olhar desarticula a imagem que no espelho se compunha e revela uma outra desconhecida. A intrincada ambiguidade das representações não têm limites.

As representações que discutirei tanto surgiram das práticas políticas e médicas e das experiências dos sujeitos que eram seus signos, como também as pautaram. Assim poderei, muito mais que apresentar imagens, remeter-lhes ao seu sentido histórico, o que as transforma, sob a argumentação teórica que sustenta esta dissertação, em “estruturas do mundo social”¹³ que historicamente foram produzidas.

¹³ Ver Roger CHARTIER, *História Cultural*, p. 27.

CAPÍTULO I:

O VELHO EM CENA

*“O tempo é apenas uma medida relativa
da sucessão das coisas transitórias;
a eternidade não é suscetível de medida alguma,
do ponto de vista da duração;
para ela, não há começo nem fim: tudo lhe é presente”*

Hypolite Rivail, 1868.

Tempo, essa unidade de registro da atividade humana, é por infinitas vezes tomado como condição irremediável dos acontecimentos. No dito popular ele é o remédio para todos os males. No entanto, o filósofo esclarece que “a eternidade não é suscetível de medida alguma” e assim sendo o que há entre os homens, a pautar suas vivências, é a história. Entre o antes e o depois, entre o presente e o passado está a história, a ação do homem com suas mais diferenciadas motivações.

O que será, então, a velhice? O decorrer dos anos? O desgaste do organismo? Certamente que não é um fenômeno autônomo e a-histórico. Ser velho é ser alguém infestado de História. O tempo como entidade supra-real deixa o palco e passa à

platéia. No centro da arena, que a partir daqui eu monto, o maior personagem entra em cena: o velho. Investido de seu papel o ator não mais existe, ele é a própria História.

O primeiro ato inicia-se. No palco representações disfóricas e eufóricas¹⁴ de velhice e velhos contracenam. O enredo de seus diálogos fundamenta-se nos valores atribuídos à mocidade, ao trabalho e a cidadania. Estes valores conjugados entre si construíram uma nova velhice e esculpíram um novo perfil do velho. Definir quem era o velho da década de 1960, resultante de todo este processo, é o senso desta peça.

Vitória, uma professora envelhecida, é trazida das lembranças¹⁵ do ex-aluno às páginas de um jornal. Entre muitas lembranças, algumas possuem imagens¹⁶ disfóricas de velhice que me chamam atenção:

"Às vezes um enorme coração, todo ternura, se esconde num corpo miúdo, se disfarça num rosto marcado de rugas e numa cabeça de cabelos brancos. Passa pela gente assim disfarçado, a gente nem o percebe.

(...)

Dona Vitória se movia com dificuldade no Universo dela, mas ali existia e não a vi nunca em outro lugar. Nós ficávamos sentados em compridos bancos de madeira, escutando a sua voz. Rouca e grave, a voz dela era o Bandeirante de nossos espíritos, rasgava os limites da nossa

¹⁴ Relativizando o conceito de negativo e positivo, foi elaborado por José Luiz FIORIN, o conceito de disfórico e eufórico, procurando anular a rigidez dos termos usuais, levando em conta que algo caracterizado como negativo em determinado discurso e circunstância poderá apresentar-se como positivo em outra. Desta forma, as imagens podem ser construídas de maneira positivada sendo, então, eufóricas, ou ao contrário, sendo disfóricas. Tais análises encontram-se no livro *Elementos de análise do discurso*. São Paulo : Contexto - EDUSP, 1989.

¹⁵ Ver os estudos de Maurice HALBAWACHS, apresentados no livro *Memória e Sociedade*, de E. BOSI. "Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual." p. 17.

¹⁶ O sentido do termo imagem utilizado é aquele que a defini como uma representação de algo, composta por um "signo visível e um conjunto de referentes por ele significado" (R. CHARTIER, *História Cultural*, p. 21) . Desta forma, a imagem não é exatamente "aquilo que imita pessoa ou coisa" (DICIONÁRIO GLOBO), pois entre o elemento gráfico que a expressa e o significado que ela possui há um conjunto de relações simbólicas a lhe tornar compreensível para quem a observa. Por isso toda imagem, gráfica ou pictórica, para ser interpretada precisa ser remetida a historicidade que a significou. Quando utilizo o termo *representação* estou salientando o aspecto histórico da imagem que a compõe. Toda imagem possui uma representação. E toda representação, para realizar-se, precisa de uma imagem.

geografia, traçava novas perspectivas e novos gostos, novos desejos, novas sensações - porque não? - novas tristezas.”

A velha professora atravessou o meu caminho, maltratou o meu espírito, me fez tantas vezes chorar” (...) ¹⁷

Neste pequeno relato, como espelho de um passado intocável¹⁸, está refletida uma imagem bastante específica de velha, mediada pela forma de pensar a velhice que tinha o autor. Esta imagem centra-se, quando em suas primeiras linhas o autor supõe que um corpo envelhecido é incompatível com características ditas virtuosas e joviais, como a ternura e a bondade; e, desenrola-se quando, em linhas finais, todo o preconceito se revela através da lembrança dolorida dos castigos e represálias do passado, definindo então a pessoa por um suposto pejorativo, a velha professora¹⁹.

As representações da ex-professora, como de outros velhos que aparecerão nas linhas a seguir, estão revestidas de idéias pejorativas e desqualificadoras destes sujeitos. Estas imagens negativizadas eram recorrentes, contudo, estavam lado a lado com outras imagens positivadas de velhos que poderão ser observadas a diante. No diálogo entre estas imagens, a pejorativa tornou-se o parâmetro do indesejável, mediante os interesses políticos e médicos que propunham uma “nova” velhice.

Tal como o relato do antigo aluno, que apresentou sua velha professora, outra velha foi apresentada, em outro conto, publicado em um jornal de grande circulação em Florianópolis. Este tinha como objetivo criticar o partido de oposição, que fazia um

¹⁷ Jornal *A Gazeta*, Suplemento Dominical. “Velha Professora”, de Silveira de Souza. Fpolis, Ano XXXIII, n. 7820, em 03/12/1967, p. 5.

¹⁸ Ver Paul VEYNE, em *Como se escreve a História*: “...[está] a narrativa histórica além de todos os documentos já que estes nunca serão o próprio acontecimento.” p.15

¹⁹ Ver R. CHARTIER, em seu livro *A História Cultural*, p.65. “Por detrás da permanência enganadora de um vocabulário que é o nosso, é necessário reconhecer, não objetos, mas objetivações que constroem de cada vez uma forma original”.

programa na Rádio “Diário da Manhã”. A Coluna de Silveira Lenzi, o mesmo editor do conto anterior, em espaço destacado relata a aventura de uma velhinha que altas horas da noite agia como louca pelas ruas e admirava o programa da citada rádio.

“Batendo castanhola na rua deserta, vinha uma velha andrajosa e a velha vinha batendo castanholas de meias negras, capotão, lenço na cabeça, cobrindo os seus cabelos brancos. (...) Em dado momento a velha começou a uivar também, batendo castanholas, e começou a dançar em plena rua, tirando o lenço da cabeça, pegando-o pelas duas pontas... e saltava. Os cabelos da velha duro e brancos estavam espetados como uma coroa de espinhos. Em dado momento perdeu um dos sapatos, não importou, continuou no seu ritual, batendo castanholas e uivando.

(...)

- Mas o que há minha senhora? Está necessitando de alguma coisa?

- Não ... não meu filho, não é nada, eu é que tenho a mania de ouvir um programa da Diário da Manhã... o senhor conhece aquele, a “Marcha dos Acontecimentos”. (...) Não é nada não! Eu estou fazendo hora para escutá-lo novamente amanhã. A marchinha é bonitinha, o senhor não acha? Mas as notícias... ah! As notícias é que me deixam doída. Até logo... até logo.”²⁰

A velha descrita pode até nos lembrar alguém que já vimos, mas parto da idéia que ela é uma ficção, o que não a invalida como um reflexo do período em estudo²¹, nem das idéias sobre velhice, próprias do autor. Esta personagem - a velha, reúne em torno de si imagens bem pejorativas: ela é andrajosa, têm cabelos secos, brancos, espetados como uma coroa de espinhos; desligada ao extremo, perde o sapato e não o percebe; pela rua uiva, dança, bate castanholas e salta... É a própria imagem da loucura, construída para qualificar um programa do partido de oposição. Ainda, o autor deixa transparecer sua idéia de que velhas nada fazem, possuem manias e apenas *fazendo hora* esperam uma nova *marchinha*, não tem posicionamento político nem condescendência.

²⁰ Jornal *O Estado*, Coluna de Silveira Lenzi, “A Velhinha e a Oposição”, Fpolis, ano XLVIII, n. 14.225, em 30/07/1961, p. 2.

²¹ Ver a metodologia desenvolvida por Vera FOLLAIN DE FIGUEIREDO, em seu livro *Da Profecia ao Labirinto*.

O valor atribuído à palavra velha, nos dois contos de Silveira Lenzi, é nítido. Através dela se cria uma imagem desqualificatória, tanto que pode ser esculpida para desabafar os desafetos do ex-aluno, como para satirizar o programa radiofônico da oposição.

Muitas outras imagens disfóricas envolvendo a palavra velha podem ser encontradas em diversos comentários jornalísticos, tal como aquela que relaciona velhice e loucura.

Com o título: “A Idade não permite tanto entusiasmo”²², um outro velho torna-se notícia e exemplifica, outra vez, a imagem recorrente que envolvia os acontecimentos da vida dos velhos. A notícia destinava-se a comentar a investida de um septuagenário panamenho, que em visita ao Rio de Janeiro, “atirou-se a um belo exemplar de mulata”. O motivo da chacota torna-se, então, o fato da esposa do panamenho ter ido buscá-lo na festa, alegando que o caso não era de ciúme, mas de prevenção contra os danos físicos. A idéia é clara, nem ciúme ou reputação, apenas a intervenção da esposa, autorizada pela *insensatez* do marido. O velho havia “perdido o juízo”.

Também perdida, em linhas bem traçadas, cheias de palavras bem retocadas, encontrei em uma noite de Natal, mais uma velha. Esta não tem nome, nem será chamada de velha. Era uma mulher distinta, que possuía uma farta mesa a servir e uma família, mas também, era a própria fisionomia da tristeza.

“E quem compreende isto muito bem [o espírito do Natal], é a figura decrépita e murcha da velhinha que se assenta, tremulamente, à cabeceira da mesa, para dirigir a consoada* ,

²² Jornal *A Gazeta*, “A Idade não permite tanto entusiasmo”, Fpolis, Ano XXX, n. 7628, em 20/05/1964, p. 3.

* ligeira refeição que se pode tomar à noite, em dias de jejum ou ceia familiar de natal.

enquanto em torno dos convivas saltita a ninhada buliçosa das criancinhas, na sua sabaranda descuidada e ruidosa.(...)

Naqueles cabelos brancos, no entanto, quanta tristeza acumulada! Naquele coração fastigado, quantos dissabores sopitados, quantas amarguras recalçadas, quanta ilusão levada pelo vento, quanto luto, quanta saudade.

Por isso, enquanto todos riem, bebem o vinho capitoso da amizade, partem o pão suculento da harmonia - ela chora; mas tem o cuidado de chorar baixinho para que a sua tristeza não vá perturbar a alegria dos que se divertem.(...)

Lá está ela, pois, à cabeceira da mesa, enfeitada de flores, sorrindo palidamente enquanto duas lágrimas mornas e lentas brotam-lhe dos olhos baços a que os anos roubaram a cor e vêm emudecer a face enrugada, que já recebeu o beijo esfuziante de filha, o beijo saudoso de esposa, o beijo desprendido de mãe.”²³

Esta mulher, extremamente dolorida, é retratada por suas rugas, cabelos brancos e mãos trêmulas. Estes aspectos de um corpo que envelheceu possuem representações²⁴ que não poderiam ser aventadas quando se queria elogiar, exaltar a juventude ou enaltecer alguém.

Quando o autor pensou numa mulher velha e triste, a imagem que se formou em sua mente passou a ligar, constantemente, aspectos físicos, bastante apelativos, à idéia de solidão, desamparo, tristeza. Esta personagem, nem mulher o era, pois ela era uma figura decrépita, algo que já morreu e encontrava-se murcha. Estava alheia a tudo e a todos. Apenas a absorviam as lembranças de todos que já perdera. Naquele momento, sua face não era mais nada, estava calada, pois não mais recebia beijo de mãe, nem de marido ou de filhos. Todos os referenciais de vida estavam perdidos.

Interessante fixar o olhar na idéia construída que a velhice é uma constante perda. Perda de tudo, muitos autores o querem assim. Perdem entes queridos, depois seu próprio espaço, que são, por sua vez, seguidos pela perda de autonomia sobre suas vidas. Estas são etapas, geralmente, atribuídas às histórias melancólicas de velhos.

²³ Revista *O Tempo*, “O Espírito do Natal”, Fpolis, Ano I, n.23, em 25/12/1952. p. 13.

²⁴ Ver as idéias apresentadas por R. CHARTIER, em *A História Cultural*, p. 17. “[as representações são supostas] como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”.

Historicamente, vemos através destas representações, algumas com personagens semi-reais e outras pertencentes apenas ao mundo ficcional, que o termo *velha* tinha uma construção disfórica bem definida. O velho é quem perdeu o juízo, o significado, a própria vida. Mas, se *velhice* é o tempo de perder, quando seria o tempo de ganhar?

Perder e ganhar, ser velho e ser jovem, ser normal e ser louco são categorias que se constroem no embate de suas diferenças, no assentamento de seus limites.

Por isso discutir as delimitações da construção da imagem do velho, durante a década de 60, é a preocupação central deste capítulo. Definir tais limites é importante porque à medida que eles oscilaram do extremamente disfórico a um outro bastante eufórico, permitiu que dentre toda a população idosa fosse constituídos sujeitos distintos, cuja assistência recebida também não era a mesma.

Se d. Vitória, a castanholeira e a mulher do Natal nos fizeram entrever uma *velhice* desqualificada, outros velhos, homens e mulheres foram levados aos jornais para serem enaltecidos. Para a construção destas imagens eufóricas detenho minhas análises nas páginas que se seguem.

Os pontos de apoio destas imagens, que enalteciam os velhos, passavam sempre pelo fato deles, mesmo com avançada idade, ainda continuarem atuando no meio em que viviam, terem práticas juvenis, desafiarem o tempo e finalmente, como muitos teóricos hoje o fazem, por serem eles os guardiões do passado.

D. Alice Von Moers é um exemplo:

“Dispondo, apesar de sua avançada idade, de uma memória prodigiosa, D. Alice comprazia-se em contar, em artigos singelos, mas interessantes, aos nossos leitores, lembranças da sua juventude em Blumenau (...)

Era uma verdadeira amiga da natureza, enamorada das suas belezas. Fazia longos passeios, a pé quase sempre. Amava os banhos de mar e a vida ao ar livre.

Lia muito e mantinha variada e numerosa correspondência (...)"²⁵

D. Alice, professora e escritora que morrera com 80 anos em 1963, surpreendia seus contemporâneos. Em todos os elogios, o frescor da juventude era exalado. Além de escrever, praticava atividades físicas, mantinha-se ligada ao seu tempo e perpetuava o passado de sua cidade natal. Como ela, existia D. Violeta, que contando mais de 80 anos de idade, “gostava ainda de cantar e declamar”²⁶. Antes de falecer surpreendeu os cariocas, por realizar um concerto na Associação Brasileira de Idosos. E o seu Miguel Landi que, mesmo tendo 65 anos de idade, matriculou-se e foi alfabetizado, pois ele “não tendo a oportunidade de estudar, anteriormente, nunca perdeu as esperanças de, um dia, vir a aprender a ler”²⁷. Também a senhora Virgínia Furland tornou-se vereadora de Pedreiras/SP, tendo 70 anos de idade. E a revista não lhe poupou elogios: “Tem 70 anos, mas é como se tivesse apenas 20, tal a sua disposição para trabalhar pela sua terra. Ao ser apresentada ao Getúlio Vargas, o presidente a felicitou sorrindo e disse: _ Aceite meus parabéns pela sua coragem!”²⁸

Todas essas pessoas, velhos que viveram na década de 1960, foram notícia por dois fatos: um por serem velhas e outro por não corresponderem ao padrão esperado a esta fase da vida. Reunindo estes predicados, tais pessoas, tornavam-se modelos a

²⁵ Revista *Blumenau em cadernos*, “Página de Saudade - Dona Alice Von Moers”, Blumenau, tomo VI, n. 6, junho/1963, p. 101.

²⁶ Jornal *A Gazeta*, “1a. Miss Brasil deixou 2 bilhões para seus empregados e instituições”, Correspondente do Rio de Janeiro, Fpolis, Ano XXXI, n. 7384, em 27/05/1965, p.5.

²⁷ Jornal *A Gazeta*, “Ancião alfabetiza em Itápolis”, Fpolis, Ano XXVIII, n. 7174, em 16/08/1962, 2o. caderno, p. 27.

²⁸ Revista *Evolução*, Coluna: “Miscelânea” - “A vereadora mais idosa”, Rio do Sul, Ano I, n. 2, p. 10.

serem copiados. Exemplificavam a velhice saudável e feliz que a modernidade possibilitava existir.

Quando colocaram um *ainda* a frente das habilidades de D. Violeta, o inédito fica caracterizado. Quando salientaram que o seu Miguel não havia perdido as esperanças e por isso alcançou o seu objetivo, estão a vincular seu sucesso a uma característica que comumente se atribui aos jovens. E nada fica mais evidente do que os comentários a vitória de D. Virgínia. Ela mais parecia ter 20 anos do que 70. Ela foi felicitada por ter, como os jovens, muita coragem.

Diferente das referências que geram a imagem positivada do velho mediada pela sua aproximação com a juventude, existe a imagem criada a partir do poder de memória e exaltação do passado, atribuído aos velhos. Este é o caso de seu Lupércio Lopes. Sendo autor de vários apontamentos sobre a história catarinense, foi homenageado na passagem de seu aniversário pela Revista Litoral. Nesta ocasião é salientado o fato dele continuar com lúcida memória, produzindo, por isto, outras tantas colaborações históricas à Santa Catarina²⁹.

Além de seu Lupércio existiu a velha imigrante alemã:

“Até onde chegam as minhas recordações, vejo a sentada numa cadeira de balanço, bordando, costurando ou fazendo um ou outro trabalho de cozinha, encarregada por mamãe, a seu pedido. (...) Quando eu me sentava ao seu lado, ela gostava de contar coisas dos velhos tempos. Foi dela que recebi as primeiras noções de literatura. Ela conhecia bem Schiller e Goethe e lembro-me bem da facilidade e do prazer com que ela recitava versos do primeiro.”³⁰

²⁹ Revista *Litoral - Revista Literária e artísticas dos novos de S.C.*, “Entrevistando Lupércio Lopes, Fpolis, Ano I, n.2., janeiro/1959, p. 57

³⁰ Revista *Blumenau em Cadernos*, “O que a minha avó me contou”, de Curt Klein, Blumenau, Tomo IV, n. 10, Outubro de 1961, p. 189.

Estas são as lembranças de um descendente de imigrantes alemães. Sua avó, que já conhecera com 90 anos, é recordada com grande consideração. Nada de comentários a respeito de suas rugas ou de suas dificuldades físicas. Ao contrário, mesmo bem velha, cooperava nas atividades domésticas e tinha uma memória fantástica, que lhe dava o poder de recitar versos de poetas admirados. Esta avó tinha um valor muito especial, perpetuava, através de suas narrações a origem distante e a cultura que deveria ser preservada.³¹ Sua imagem positivada tem uma justificativa étnica a fundamentá-la.

Da mesma região catarinense vem outra imagem. Neste reflexo não apenas observo a exaltação do velho por ser ele um guardião da memória, mas também os ecos de um discurso conservador, feito por alguém que não estava tão convencido da *força jovem*, é que toma do braço envelhecido o mastro para a defesa da preservação dos antigos costumes.³²

“Perguntem aos velhos e às velhinhas. Escutem como eles dirão, os olhos fixos em algo que ninguém vê, uma lágrima a escorrer-lhes pelas faces enrugadas: ‘Ah! antigamente sim, que a gente era boa e sabia se divertir’.”³³

³¹ A respeito desta particularidade é preciso observar as pesquisas realizadas na área de imigração e cultura. Afirma Giralda SEYFERTH, a respeito do assunto, no artigo **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**: “A formulação ideológica de uma comunidade étnica teuto-brasileira partiu, pois, da própria visibilidade das diferenças sociais e culturais em relação à sociedade brasileira mais ampla; diferenças associadas à colonização e à conservação dos costumes e tradições trazidas da Alemanha.” In: MAUCH, Cláudia & VASCONCELOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura - etnicidade - história*. Canoas/RS: Editora da ULBRA, 1994.

³² Na obra de Simone de BEAUVOIR, *A Velhice - a realidade incômoda*, é desenvolvida a idéia que a valorização da velhice oscila conforme haja a predominância de uma postura conservadora ou progressista na sociedade. Ou seja, sempre que há uma tendência conservadora tentando sobrepujar-se sobre uma mais progressista, há uma valorização do velho. Defendo que a postura das crônicas que se seguem estão em conformidade a idéia desenvolvida por BEAUVOIR, no entanto, não defendo a existência de uma postura conservadora, em sentido mais amplo, dentro da sociedade no período que estou discutindo. Era uma voz isolada.

³³ Revista *Blumenau em cadernos*. “Blumenau dos Tempos Antigos”, Blumenau, Tomo VI, n.5, maio/1963, p. 94.

Nesta pequena frase a imagem de nostalgia toma conta do cenário, que foi montado para recordar acontecimentos envolvendo figuras conhecidas da cidade. Os velhos são enaltecidos, o tempo de sua mocidade torna-se o tempo do éden. Apesar da face enrugada eles guardam as boas lembranças e foram revestidos de uma afetividade muito especial:

“Quando conversamos com pessoas de tempos idos, quais sejam, nossas vovós ou nossos ‘dindinhos’ de várias décadas de anos. Ouvimos deles sempre boas palavras; abordam assuntos de seu tempo de infância e mocidade; contam-nos a maneira como se divertiam os moços, recordam as ratoeiras (...)

Falam-nos também nossas vovózinhas dos bons costumes de seu tempo (...); E assim muitas outras coisas para nós hoje interessantes, são-nos narradas com garbo pelos nossos ancestrais respeitáveis. Interessados por ouvirmos coisas de nosso tempo, não deixamos de perguntar-lhes algo sobre o que pensam e dizem a respeito da vida moderna e de suas inovações. Então saem coisas pretas(...)

(...) De fato, evoluímos, mas infelizmente acompanham esta evolução os maus costumes, e as modas sem decoro são a atenção dos nossos dias. Os antigos tem razão; a mentalidade hodierna é que não se pode comparar com a do povo de outros tempos. A verdadeira moral de dias passados, é cambiada pela moral fictícia do presente.”³⁴

Os trechos citados fazem parte de uma crônica que tinha por objetivo, conforme o seu título: “A mentalidade de nossos dias”, discutir os novos costumes. O autor se embebe em um passado onde tudo parecia alegrias, os moços se divertiam e brincavam a ratoeira. Como autoridades deste passado os velhos falam sempre boas palavras, no entanto, se o assunto torna-se o presente eles apenas falam *coisas pretas*. Tomando a voz da *sabedoria*, o autor passa a defender suas idéias, a criticar os novos costumes, a moral, que nem mais verdadeira o é, sendo apenas fictícia. O velho como instrumento de um discurso conservador tem um perfil bem definido: é o que bem viveu, é o que conhece a verdadeira moral, é quem possui o passado.

Seja o velho guardião do passado ou não dezenas de velhos povoaram as páginas de revistas e jornais durante as décadas de 1950 e 1960, como exemplifiquei

³⁴ Revista *O Tempo*, “A Mentalidade dos Nossos Dias”, de Hélio B. dos Santos. Fpolis, Ano I, n. 8, em 01/09/1952, p. 6.

até aqui. O diálogo entre estas muitas imagens não poderia ter se estabelecido pelo incomum que elas possuísem. Ao contrário, o nexos de qualquer diálogo encontra-se no em comum aos interlocutores.

Os valores eufóricos ou disfóricos atribuídos aos velhos já estão apresentados, cabe-me, agora, discutir os três meios: **mocidade, trabalho e cidadania**, pelos quais o diálogo entre estas imagens se estabeleceu.

Em todas as fontes analisadas, as imagens eufóricas ou as disfóricas dos velhos tinham associado a si, de forma direta ou inversa, a **positividade da mocidade**. Este fator foi o **1º meio** de assentar os limites entre a velhice feliz e a indesejável. Além disso, esta positividade, explicada em sua historicidade, justifica a valorização do trabalho e da cidadania, que se constituíram nas outras formas de diálogo.

Seja qual for a imagem de velho focada, a mocidade foi sempre apresentada como algo superior á velhice. Esta superioridade não decorre de uma condição natural, tal como os autores colocam nos contos. Ao contrário, o próprio conto foi concebido como expressão cultural de um momento histórico em que a valorização da mocidade possuía sérias implicações políticas e econômicas.

A distância entre a construção de qualquer imagem de velhice, e a valorização atribuída à mocidade, por uma série de características, é muito próxima, nos anos em que se quis viver “50 anos em 5”.

Para discutir esta aproximação, busco uma voz que traz o tom do Mundo:

“A cotação internacional tem subido muito nestes 3 últimos anos em relação aos jovens. De todo o Mundo vêm-nos notícias dos valores que surgem. (...) Na pátria de Victor Hugo e Zola, o nome mais famoso hoje em dia é Françoise Sagan, garota de 20 anos com ampliada fama internacional.” (...) E tudo se renova.

Os suecos concederam o prêmio Nobel de Literatura (1957) a Albert Camus, de apenas 44 anos, contrariando a tradição que impunha “Prêmio Nobel” só para pessoas com barbas sujas de pó.”³⁵

A preocupação do autor é clara: exaltar o literata pela sua juventude. Os jovens são os valores que surgem. Eles representam a renovação, a suplementação da tradição. Os velhos são, ao contrário, os ultrapassados, que fora de uso já se encontram empoeirados. Para reforçar suas conclusões, o crítico buscou no Mundo, principalmente nos países ricos, os exemplos de juventude vitoriosa.

Nos mais diferentes discursos encontramos a tomada da jovialidade como ponto de referência para uma vitória ou mesmo para uma vida feliz.

Um exemplo catarinense desta postura é o comentário de um antigo sócio do Clube “Doze de Agosto” na ocasião da inauguração da nova sede à rua Hercílio Luz.

“Gente nova, espírito renovador, lançou-se de corpo e alma, à tarefa que para muitos se apresentava como utópica. Venceu, porém, a vontade, venceu o trabalho entusiástico e persistente de um grupo de abnegados dozistas que hoje merece o nosso respeito, o nosso aplauso e o nosso estímulo.”³⁶

O velho dozista se rendeu a força da nova diretoria, formada de jovens senhores que mesmo contrariados, realizaram o sonho maior da entidade. Exalta, como o autor da crônica anterior, o poder dos jovens e caracteriza a juventude como a etapa da vida em que é possível tornar as utopias em realidades. Nas linhas que se seguiram, o antigo sócio continua a comentar a alegria dos velhos dozistas, que mesmo com saudades da velha casa, onde tantas vezes viveram emoções inéditas, agora se satisfaziam ao ver o

³⁵ Revista *Litoral*, “Faleceu Albert Camus”, de Nicolau Apostolo, Fpolis, Ano II, n. 4, janeiro de 1960, Florianópolis, p. 16.

³⁶ Jornal *A Gazeta*, “Vovô em casa nova”. de Um Dozista. Fpolis, Ano XXXIII, n.7697, em 21/06/1967, p.5.

antigo anseio da entidade realizado e que “*a vida do Clube vai continuar com os nossos filhos e com os que virão depois deles.*” Eles podiam confiar nos jovens.

Se o primeiro autor era um adulto a partilhar da vitória dos jovens o segundo é um velho que, entre felicitações e melancolia, reconhece o poder de realização da jovem diretoria. Porém, o velho reservou a si alguns louros e em tom de entusiasmo na semana posterior à inauguração questiona no mesmo jornal “Quem contará a história?”. Neste outro momento do diálogo, o velho sócio faz questão de lembrar à jovem diretoria que eles puderam construir a nova sede, mas jamais poderiam imortalizar a história do clube, pois só eles, os mais velhos, poderiam “relembrar os nomes daqueles que se constituíram em alicerce do Clube e que nos legaram tão notável patrimônio”³⁷. A escolha da palavra alicerce não é aleatória, como aleatória não era a difusão da valorização da juventude, que propiciava a disputa do poder social entre jovens e velhos.

A disputa de gerações tomou diferente formas. Entre estas formas estava um pequeno conto que, criando situações inovadoras, colocou antigos conceitos em xeque.

“Em abastado castelo nos arredores de Lages, a senhora Amália vivia esquecida entre as suas recordações.” Assim começa o conto na revista *Atualidades*, no ano de 1948³⁸. Nesta narrativa a voz de uma personagem, debatendo-se entre o amor e a velhice, mostra todo um corpo de valores, no qual a mocidade é colocada como

³⁷ *Jornal A Gazeta*, “Quem contará a História?”. de Um Dozista. Fpolis, Ano XXXIII, n. 7703, em 28/06/1967, p.5.

³⁸ *Revista Atualidades*. “No outono da Vida”, de José Pires Zytkeuwisz, 1948, n. 3, março, Florianópolis, p. s/n.

superior à velhice, emergindo também conceitos que afirmam a impossibilidade de um velho amar, ser belo e feliz.

O enredo se fecha entre 3 personagens, Amália, de idade indeterminada mas de extrema simpatia; a sobrinha, jovem e bela; e o jovem Ricardo, pretendente da moça mas que apaixonou-se pela tia. Ao ser comunicada da paixão que despertara no jovem, Amália sofre, maltrata-se em considerações de que não teria direito de amar nem de sacrificar a felicidade de Ricardo, submetendo-o a pena de conviver com um corpo doentio e velho.

“A senhora Amália não devia impressionar-se com o amor de Ricardo por ela, mas devia descobrir ainda uma coisa estranha e quase não queria confessar a si mesma: e era que Ricardo não lhe era indiferente (...). Mas ao mesmo tempo que a senhora Amália via aparecer-lhe diante dos olhos, a verdade, um sofrimento indefinível invadia-a. Como poderia gozar esse amor insensato que havia tomado conta de seu coração? Na sua idade era impossível recomeçar a vida.

Não devia amedrontá-la o pensamento de uma luta para conservar uma afeição cara, luta que tinha de sustentar contra o tempo, contra os anos, contra o triste declinar da sua beleza? Luta sem dignidade, dolorosos combate o de uma mulher que não sabe compreender que é preciso dar lugar aos moços, que é preciso envelhecer com resignação.”

O autor poderia ter optado em basear o melodrama no fato de Ricardo cobiçar a riqueza de Amália, mas não, esta não era a opção mais publicitária. Era necessário desafiar mais o leitor, colocá-lo a escuta. Despertar sua atenção aos valores debatidos na sociedade, como: - o que um velho poderia fazer?; - quem teria mais valor: a velhice ou a juventude?; - o que seria a velhice?

No enredo articulam-se as respostas. A definição de cada personagem e o papel realizado por elas, precisavam as representações possíveis.

Para Amália, o tempo era o grande vilão, resistir-lhe as torturas era algo bastante difícil. Porém, Amália não era uma octogenária, era apenas uma mulher *“difícil de precisar a sua idade, tanta mocidade havia ainda na sua voz e na sua figura. A sua beleza é daquelas que resistem ao tempo e que mais se firmam na*

expressão do rosto do que na delicadeza e regularidade das linhas.” Amália era senhora distinta que reconhecia seu “dever moral”. Poderia até compreender que um jovem inconseqüente se apaixonasse por ela, mas amá-lo também? Lutar contra o tempo? Retirar o lugar dos moços? Eram questões que lhe atormentavam.

Ricardo cria suas justificativas. Afinal a mulher que ama não é uma velha, mas sim a verdadeira jovem, pois ter mocidade era:

“ter vivido e ter guardado uma chama no fundo do coração, entusiasmar-se pelo que é belo e grande, derramar em torno de si, o calor e a vida, crer no ideal, representar-lhe a expressão, impor a admiração a todos que a cercam, inspirar simpatia, amizade, amor - eis a verdadeira mocidade vivificante e boa...”

A velhice é redefinida por novos parâmetros. Mesmo assim, ao lado de Amália figurava Helena, aquela que era *“cheia de frescura, representava a mocidade radiante, a alegria despreocupada, a vida em todo o seu esplendor”*. À senhora os elogios eram outros: bondade, desprendimento, resignação diante de sua solidão, abandono dos prazeres frívolos. Enquanto a jovem era a primavera a senhora era “a beleza tranqüila do outono”.

O “alicerce” do velho dozista e a definição de mocidade dada por Ricardo para convencer Amália de seus sinceros sentimentos, são representações eufóricas possíveis em circunstâncias históricas bem específicas.

A história de Amália termina reconciliando leitor e autor, pois ela, portadora de um problema cardíaco, teve vida curta, apenas mais dois anos. Devido a esta artimanha do enredo, ela casa-se com Ricardo, pois na condição de pessoa que não alcançaria a velhice, poderia dar-se ao prazer de amar e viver a mocidade que lhe restava. No outono de seus dias o “coração tem os últimos sonhos e sente os últimos ardores.”

Mesmo questionando os valores de sua época, o conto traz, em evidência, a idéia de juventude associada a primavera e a vida, enquanto associa velhice ao outono e à doença.

Como situar a historicidade que acompanhava estas associações senão observando o que estava sendo almejado para o país. Nas centenas de discussões políticas, contemporâneas aos contos e reportagens acima, encontrei os parâmetros que estavam lhes propondo.

Neste sentido as palavras do deputado João Conceição direcionavam-se. Ao criticar às reformas de base, programa político do governo de João Goulart, o político levantou o seguinte argumento:

“(...) Compreende-se que as reformas são essenciais num corpo velho e doente e nos parece que o Brasil, moço forte e viril, não requer reformas de base, de meio ou de topo, mas o início de um tudo porque nada foi construído em caráter permanente.”³⁹

Sem entrar na questão do debate político, isto é, se eram viáveis ou não as reformas de base, restrinjo-me a mostrar a valorização da mocidade em detrimento da velhice, como parte integrante do próprio debate político. Neste o Brasil era representado como o máximo, o moço, o forte e o viril e como tal não poderia se satisfazer com remendos. A velhice e a doença são associadas como elementos da representação do anti-brasil.

Criar esta representação do país foi possível pela existência da valorização do novo, do jovem em detrimento do antigo, do usado, do velho, tão comumente encontrada dentro de uma circunstância histórica mediada pelo anseio de modernidade.

³⁹ *Jornal A Gazeta*. “Reformas de base, a bossa nova”, de João Conceição. Fpolis, Ano XXVIII, n. 7164. em 01/08/1962. p. 3.

No Brasil, de meados do século XX, procurou-se alcançar a modernidade através de projetos como o “desenvolvimentista”⁴⁰.

Se o anseio de modernidade trazia em si uma valorização exclusiva do novo, o projeto “desenvolvimentista” para efetivar-se carecia de realizações concretas, pois só assim transformaria o sonho em algo palpável. Desta forma, nada passa a ser tão valorizado quanto a juventude do que o trabalho. O trabalho em sua definição técnica toma uma variante: não é apenas a capacidade de produzir algo, mas é a capacidade de produzir progresso.

Este trabalho tão virtuoso passa, também, como a juventude, a ser critério de valorização da velhice ou de sua desqualificação. Através do valor atribuído ao **trabalho**, então, o **2o. meio** de diálogo entre a velhice eufórica e a disfórica se estabelece.

Embuído destes preceitos um jornalista descreve o seguinte:

“(...) Detive-me, olhei para ele. Era um homem de estatura baixa, falando meio atrapalhado, olhos lacrimejantes, não por emoção, mas, pelo cansaço dos longos anos vividos, talvez dos longos anos de infrutíferos trabalhos por não saber cobrar a sua ingrata profissão.

(...) Hoje, aquele homem cansado, sofrendo de algo, sem reserva econômica, vive pelas ruas tendo apenas, e que é grande e imenso para si, a reserva moral, que guarda consigo como prêmio de sua honestidade.”⁴¹

O senhor que narra o encontro teve dois momentos bem distintos em sua narração. O primeiro, revestido de receios, olha o velho e o vê apenas como mais um

⁴⁰ Ver Otávio IANNI. *Estado e Capitalismo*. “No país *subdesenvolvido*, a industrialização é simultaneamente um processo de ruptura com o presente. (...) No processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial, essa doutrina constituiu-se como uma visão prospectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. (...) Identifica-se desenvolvimento com industrialização, modernização e maquinização.” p. 97-99.

⁴¹ Jornal *A Gazeta*, “Dentista do Passado”, Fpolis, Ano XXIX, n. 7435, em 30/07/1963, p. 7.

mendigo de aspecto asqueroso, depois, reconhece um velho conhecido, o antigo dentista, Olímpio Veiga e, tenta explicar sua situação.

Explicar a situação não era tarefa muito fácil. Ele havia trabalhado, mas mesmo assim mendigava, ele tinha sido honesto e bondoso e mesmo assim estava relegado. Onde se apegar? A profissão torna-se ingrata e seu valor concentra-se na manutenção, apesar da miséria, de sua reserva moral, já que lhe faltava as reservas econômicas. E finalmente, lhe dá o consolo: “quem sabe terás a glória de ouvir alguém ler para ti, em letras de forma num jornal da terra: Forma-se hoje a turma: Olímpio Veiga”.

O homem distinto, como o ex-aluno de Dona Vitória, toma seu patamar de adulto e busca em coisas efêmeras o consolo ao seu velho conhecido. Não lhe retira a dignidade, no entanto pontua que a causa de seu sofrimento foi sua imprevidência, pois não soube cobrar e nem fazer reservas econômicas, ou seja, não soube trabalhar. Ao velho cabia esperar com resignação o final da vida para ter alguma felicidade: “Aí então sorrirás e quem sabe seja este o teu último, o teu derradeiro sorriso.”

A voz atrapalhada de seu Olímpio, silenciada pela *superioridade* do adulto, se perdeu, mas busco nos risos de um outro homem, já avô, a imagem atribuída a um ser que não era mais um trabalhador. Falo de um homem a quem não se atribuiu um nome; para quê? Ele não trabalhava, era apenas o vovô dos meninos, que ria e brincava, e contava piadas e os levava ao cinema e com a sua morte pregou uma última peça: morreu às vésperas do carnaval e fez trocar a fantasia pelo luto.

Duas passagens do conto: “A Morte do Vovô”⁴² são muito interessantes:

⁴² Revista *Atualidades*, “A Morte do Vovô”, de Antônio Paladino, Fpolis, 1948, Outubro, n. 10, p. 79.

“Mas o vovô sempre foi assim. Estava sempre brincando com os meninos. Sempre gracejando, sempre gracejando... Ah! o vovô! Que falta que ele faz agora. Já não se pode mais ouvir agora aquele seu gargalhar tão esquisito, tão jovial, tão espontâneo.”

(...)

“Foi bom que o vovô morresse antes dos meninos. A mamãe não o iria deixar rir, nunca mais. Ele nunca mais poderia ouvir Tchaikowski. (...) Agora o vovô morreu também. E eles estavam de luto também. E também não poderiam mais brincar no Carnaval. Ah! o vovô, se os visse com essas roupas pretas, como ele haveria de rir-se dos meninos!”

O velho era o avô, aquele que divertia os netos e os fazia rir. O adulto surge na história na figura da mãe, aquela que muito trabalhava para manter a casa e que, mais importante, “cuidava” do vovô. A mulher em oposição a personagem do homem, é uma sisuda que não permitiria mais o riso ou a música alta ao velho se este perdesse sua ocupação dentro do lar.

Toda a existência anterior de trabalho e realizações não foram considerados como pontos de mediação na construção da imagem deste homem diante de seus netos. Contudo, o que o vovô fazia ao entreter os meninos era a sua função dentro do lar em que vivia, mesmo que isso não lhe qualificasse como trabalhador.

Para alcançar este mirante o autor agiu sutilmente, colocou os netos como narradores da história. Para estas personagens, de fato, aquele homem de riso escancarado só passou a existir depois deles, para dar-lhes atenção e carinho. A própria vida pós morte deste velho seria uma piada; onde quer que ele estivesse uma única coisa estaria fazendo, rir dos meninos, de seus lutos em pleno carnaval.

O que pretendo ao situar o autor na narrativa não é fixar a verdade, mas dimensionar o conto e as representações sobre o trabalho à sua historicidade. Pois a figuração deste homem tão distante do trabalho, ou as considerações a respeito do destino de seu Olímpio, estavam em correspondência a uma discussão extremamente presente à época.

Discutia-se a organização da Previdência Social e da respectiva lei de aposentadoria. Era possível ou não aposentar um homem aos 70 anos? O Brasil poderia ou não sustentar uma massa considerável de aposentados? Essas eram algumas das questões colocadas.

Dentro deste clima tão favorável ao questionamento do valor do velho que poderia deixar de trabalhar, não é de estranhar que contos, como o acima apresentados, ocupassem as revistas da época. Mesmo no Congresso Nacional a discussão tomava volume, transpondo suas paredes e avançando sobre os jornais.

Naqueles dias era inevitável reconhecer que o velho existia, afinal o país tinha tido um aumento de 47,5% no grupo censitário de 60 anos e mais.⁴³ Eram dias de debate da previdência social e da organização dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. No entanto, também foram dias em que se esperava da juventude a força necessária para transformar a Nação em uma potência, *como estava escrito nas estrelas*. Foram dias em que as doenças atrapalhavam o desfrutar da aposentadoria e que era preciso estudar, pesquisar e definir que velho e doença caminhavam juntos porque os indivíduos não sabiam se resguardar. Portanto, saberes médicos e interesses políticos cooperavam na construção de uma nova definição de velhice. Desta forma, por exemplo, o grupo delimitado pelo Estado para ser seu assistido foram aqueles classificados de *aposentado ou inativo*.⁴⁴

⁴³ Poderia aqui recorrer às informações do IBGE, que coincidem, mas optei por usar reportagem de um jornal de circulação na grande Florianópolis. Procurando desta forma avaliar e por em discussão a dimensão do conhecimento do valor quantitativo dos velhos que o público conhecia. *Jornal A Gazeta*, "Idade da População Brasileira", Fpolis, Ano XXXI, n. 7449, em 28/08/1965, p. 5.

⁴⁴ Ver discussão desenvolvida por M. FOUCAULT, em *As Palavras e as Coisas*. "Os códigos fundamentais de uma cultura - aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas - fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar." p. 10.

O conjunto de circunstâncias históricas propiciadas permitiu que a modernidade tão almejada não apenas considerasse o novo como ideal, como também ao vislumbrá-lo passasse a dar grande importância ao trabalho. Os artífices deste instrumento de progresso passaram, então, a ter reformulada sua importância, que na historicidade desta situação vai lhes conceder a cidadania.⁴⁵ Este direito delimitado de forma tão precisa, na década de 1960, transforma-se, sob o espectro que tomo de análise, no ponto de bifurcação entre valorização positiva ou negativa do velho. Isto se dá na medida em que o direito à **cidadania** é ao mesmo tempo o **3o. meio** de diálogo entre as representações eufóricas e disfóricas da velhice e, como desenvolvi acima, é, também, o resultante da valorização dada ao moderno, ao trabalho, ao progresso no Brasil da metade do século XX.

A partir da manutenção do poder de trabalho, ao velho era permitido, em determinadas condições, ser um cidadão e não um coitado. Ser cidadão, na década de 60 no Brasil, significava o mesmo que “ser alguém que contribuía para a construção do Grande Brasil”.

Para começar a analisar esta bifurcação, observando o significado que a cidadania adquiri na construção do sujeito idoso, passo a olhar um reflexo que vem de um lugar muito especial: o asilo, o lugar do não-trabalho, ou seja, do não-cidadão, do velho coitado.

⁴⁵ Foge ao objetivo deste capítulo adentrar pelas circunstâncias históricas a que me refiro. Detalhadamente elas serão tratadas no capítulo II.

O asilo guarda em si uma imagem ambígua. É, para representar seus clientes, o lugar do não-trabalho, onde quase tudo já foi perdido, faltando apenas perder a vida.⁴⁶ Ao mesmo tempo é neste lugar, na representação de seus guardiões, que o céu mostra-se mais próximo.

Vovó Chiquinha entra em cena. Esta mulher é alguém extremamente infeliz, que desamparada é abrigada, juntamente com sua neta, no Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim. A neta, moça, transforma-se numa mulher vulgar que não dá mais importância à avó, enquanto esta mantém-se ligada a ela pela constante lembrança. Mas este enredo é apenas um pretexto, o que o autor deseja é exaltar a instituição e comover o leitor.

“Ambas procuravam asilo, porém, muito embora vaga não existissem, ambas foram atendidas, porque falou mais alto um coração. Mas enquanto Vovó Chiquinha continuava no seu bendito abrigo, Vânia a linda netinha, seguiu um destino diferente: fugira para o mundo.(...) Porém, num dia chegou no bendito casarão uma data festiva: chegara o dia 27 de setembro, dia dos velhinhos. Quase uma centena de anciãos de ambos os sexos, viam agora diante de seus cansados olhos, suas esbranquiçadas vistas viam atônitas, uma profusão de bombons e doces, lindos presentes, e uma juventude alegre que promovia uma festa, onde os acordeões levavam aos ares belas e alegres melodias. A música trazia a aqueles corações cansados pelos anos, recordações de uma infância, e de uma juventude distante. Lágrimas de saudades, brilhavam naqueles olhos vencidos pelos anos, enquanto corações gratos, bendiziam a felicidade daquele grande momento, onde, as santas criaturas de véus negros nada lhes deixava faltar.”⁴⁷

Onde estava D. Chiquinha? Era mais um olhar esbranquiçado que via uma série de guloseimas. Era um ouvido meio patético que percebia o som dos acordeões, da

⁴⁶ Interessante observar que nos contos nos quais a velhice é representada de maneira disfórica, os personagens ganham uma saída muito nobre à situação delicada em que viviam - a morte. Foi por esta artimanha que Amália pode viver seu amor, que d. Vitória redimiu-se dos castigos empregados, que d. Carlota foi amparada, que seu Olímpio abandonaria o sofrimento e voltaria a sorrir, que a velha do Natal novamente receberia o beijo de filha, de esposa e de mãe... A morte torna-se a reconciliação com o leitor. Toda a amargura que tenha sido levantada pode, então, descansar em paz!

Nos asilos, o desejo íntimo de muitos velhos é alcançar, o mais rápido possível, o fim da vida. Nas salas e corredores destas instituições a morte circula como visita bem vinda.

⁴⁷ *Jornal O Estado*, “Vovó Chiquinha”, de J. S. Rodrigues. Fpolis, Ano XLVIII, n. 14.270, em 26/09/1961, p.2.

algazarra dos jovens mas que não ficava feliz, pois toda aquela festa apenas lhe trazia recordações de coisas distantes. Não podendo ser um membro da festa era apenas um olhar vencido, de onde brotavam lágrimas de saudades. A individualidade dos velhos é algo que não existe sobre as palavras do autor . As imagens que são construídas de uma pessoa que vive num asilo é aquela de quem está, mas não é, o asilado é a imagem da perda total em vida. Ele é apenas um objeto da caridade alheia. O que importa é a instituição.

O asilo é o foco da narração. Falar da miséria humana apenas para citar-lhe não fazia parte dos objetivos deste conto ou de qualquer outro. O que estava sendo valorizado era o asilo. Este era o reduto das santas criaturas e dos corações bondosos. Era o bendito lugar, o céu, o paraíso, portanto, o espaço das irmãs de caridade exercerem sua missão. Por tudo isso o velho asilado não poderia ser representado senão como aquele que carece de muita compaixão, em que tudo está cansado, desde os olhos aos corações. Para eles não havia alegria, sentiam apenas a surpresa ou a gratidão. Era necessário diminuir-lhes a esperança para aumentar o mérito de quem deles cuidava.

É neste mesmo tom que se apresenta, por repetidos anos, a comemoração do dia 27 de setembro, nos jornais florianopolitanos. Um apelo à compaixão para ainda mais exaltar a filantropia praticada.

“Eles vivem das nossas alegrias”, esta era a manchete de 1965 por ocasião do “dia do velhinho”. Nesta pequena frase, mais uma vez, a antiga afirmação. O velho asilado nada possuía de si, até a alegria que poderia viver viria dos outros; daqueles que

imbuídos de espírito solidário fossem repartir suas alegrias com as criaturas deserdadas do *casarão*.⁴⁸

“(...) Ali, naquele *casarão*, em que os que já contaram história aos filhos e aos netos; em que os que lá vivem já viveram as mesmas emoções que a existência oferece a todas as criaturas; (...) lá, no Asilo Irmão Joaquim, exemplo fiel de eloqüente manifestação de fraternidade e de estoicismo, haverá na 2a. feira, muita alegria e muitos risos. Haverá um aglomerado de velhinhos, vovôs e vovós, muitos até indiferentes à própria demonstração de carinhosa acolhida, contemplando, com o coração aos saltos de prazer, aqueles que levarão a eles o calor da sua solidariedade. Lá estaremos nós - homens de todas as categorias sociais - para dizer aos nossos irmãos em Cristo, que poderão, ainda, viver das nossas alegrias.”⁴⁹

O dia é do “velhinho”, mas quem parece ser a grande atração são os homens, estes nobres, que irão ofertar aos desamparados um pouco da sua alegria, um pouco da sua solidariedade. Enquanto isso, os velhos são apenas aqueles que já viveram, que já tiveram emoções, mas que agora em sua condição, são apenas um aglomerado que não sabe nem perceber a festa que ocorre. Maior torna-se a caridade quanto menor pode ser a retribuição.

Além das comemorações do dia do velhinho, em outras ocasiões, não muito comuns, também encontrei referências à assistência a velhice por entidades de beneficência. Fosse para informar de um bazar ou convidar à visitação pelo Natal, entidades, como a Sociedade de Amparo à Velhice e o Lar dos Velhinhos de Zulma⁵⁰, apresentavam os velhos que amparavam da mesma forma acima comentada, ou seja, com extrema compaixão, sendo estes a fisionomia do próprio desamparo. Por sua vez, as entidades eram a exemplificação da generosidade, do bem, da caridade

⁴⁸ Este termo tão recorrente nas referências ao asilo, não traz apenas o significado que a sede ficava em uma casa grande, mas principalmente, que a instituição era uma grande casa.

⁴⁹ *Jornal A Gazeta*, “Eles vivem das nossas alegrias”, Fpolis, Ano XXXI, n. 7.467, em 25/09/1965, p.8.

⁵⁰ Conforme o jornal *A Gazeta*, “Lar dos Velhinhos de Zulma espera por sua visita neste Natal”, Ano XXXIII, n. 7.834, em 23/12/1967, p.8. e no mesmo jornal: “Sociedade de Amparo à velhice: Bazar”, Ano XXXII, n. 7.765, em 27/11/1966, p.8.

desinteressada. Dar visibilidade às instituições não era uma prática exclusiva dos jornalistas. O governo deste período, imbuído de racionalidade em sua administração, também, dava atenções especiais às instituições e descaso às situações particulares de “má sorte”. Afinal, quem trabalhava era a instituição. Seus diretores e funcionários eram os cidadãos.

De todas as reportagens comemorativas do dia 27 de setembro, a única que destoa um pouco das acima apresentadas, é a que circulou em 1961, através d’ A Gazeta. Nesta reportagem o autor apresentou os velhos de maneira especial. Estes deixam um pouco de lado aquela figura patética e incapaz, da perda total, com que foram muitas vezes representados e passam a ser alguém possuidor de algum valor, por que já tinham sido um trabalhador.

“São os velhinhos internados no Asilo Irmão Joaquim, a história da gente e terras florianopolitanas, patrícios nossos que, hoje, vivem naquela casa de assistência social, mantida pelo generoso povo catarinense, e dignamente administrada por uma plêiade de cidadãos de nossa sociedade, que tudo fazem para dar um pouco de alegria e bem-estar aqueles nossos irmãos, que no último quartel de sua vida, aguardam o chamado de Deus. São os velhinhos ali internados a história viva de nossa Florianópolis. Muitos deles, talvez, em épocas passadas, tiveram dias ditosos e felizes.”⁵¹

Os velhos, na condição presente não deixaram de ser vistos como os coitados, afinal eram aqueles que esperavam apenas a morte. Toda a sua felicidade e ventura ficaram no passado. No entanto, também são, sob o ritmo de um discurso populista, patrícios. Seu valor reside exatamente aí, no fato de que em outras épocas contribuíram para o engrandecimento da capital catarinense. Aqueles que, estão na outra margem - os que amparam, são os cidadãos, dividindo atenções e organizando atividades assistenciais para que a *harmonia social* fosse mantida.

⁵¹ Jornal *A Gazeta*, “Hoje: Dia dos Velhinhos”, Ano XXVII, n. 6.929, em 27/09/1961, p. 8.

Os velhos, em seu conjunto, eram a “história da gente e terras florianopolitanas” por que no passado encontravam-se os seus “dias ditosos e felizes”, quando cada um contribuiu a sua maneira para a construção da cidade, ou seja, tinham trabalhado.

A história de Vovó Carlota, mais uma das velhas e dos velhos⁵² que viviam no Asilo Irmão Joaquim, teve os mesmos objetivos das outras histórias já vistas acima, ou seja, primeiro sensibilizar o leitor. Os fatos são de extrema comoção: além de ter sido expulsa do lar, Carlota, falece com a fotografia do netinho nas mãos diante do visitante. Segundo, enaltecer a instituição asilar. No entanto, mediando todo o enredo encontrava-se a noção do valor do trabalho como critério promotor de direitos enquanto pudessem ser mantido. Depois ..., “os dias ditosos e felizes” ficavam no passado e restava apenas “aguardar o chamado de Deus”.

“(...) _ Meu filho, vim para este céu a tanto tempo, que nem me lembro. Sim; a tanto tempo que não me lembro, disse-me a pobre velhinha; e, continuou enquanto duas lágrimas rolavam pela sua já tão enrugada face; e continuou... _ Eu vivia com a minha filha casada, enquanto eu podia trabalhar era um paraíso; meus netinhos queriam-me muito, porém a doença tomou conta de mim, e comecei a ser um fardo bem pesado para eles até que um dia, meu genro, que a maldita bebida não deixava, chegou um dia em casa e disse-me; vamos botar essa velha na rua ou num asilo.”⁵³

O autor do conto, em tom extremamente carinhoso, foi relatando o suposto diálogo com aquela mulher sofrida, que tinha apenas uma trouxinha para trazer ao asilo; que dividiu sua vida em antes e depois de ter forças para trabalhar. O trabalho

⁵² O uso do termo velho nos gêneros feminino e masculino não está sendo feito de forma aleatória. Ao utilizar o substantivo desta forma, aqui e em outras passagens do texto, deixo implícito a idéia que as relações de gênero são evidentes no tratamento da velhice. A velhice vivenciada por homens e mulheres nunca é semelhante. No período em estudo suas relações de gênero firmam-se pela possibilidade de participar ou não da construção do “grande Brasil”, ou seja, pelo reconhecimento da cidadania que para homens e mulheres eram feitas de maneira distinta. Desenvolvi estas análises em texto apresentado no I Seminário sobre gênero: “Fazendo Gênero”, realizado em dezembro de 1994, na UFSC, Florianópolis/SC, com o título **Velhice: também uma questão de gênero**.

⁵³ *Jornal O Estado*, “Vovó Carlota”, de J. S. Rodrigues, Fpolis Ano XLIX, n. 14.535, em 27/09/1962, p. 5.

era o trunfo que lhe resguardava da insensibilidade do genro; o trabalho prestado ao lar era a fiança que lhe garantia a companhia das pessoas que amava, sua filha e os netos. No entanto, veio a doença e, de mão que servia, tornou-se fardo a ser carregado. Ela própria disse isso, e o fato de assumir que não era mais produtiva lhe dava a resignação para viver no asilo. A resignação que possuía era resultado do senso comum que o trabalho atribuía direitos a quem o realizava. Contudo, o trabalho realizado por Carlota não era exatamente o trabalho tido como significativo pelo autor que intitulou os velhos de seus “patricios” ou pela prática governamental, pois aquele era o que contribuía para o crescimento da Nação.

No caso de Carlota, o seu autor, conjugando debate político e enredo, apresentou as condições possíveis para uma velhice infeliz, ou seja, ter trabalhado apenas para si mesma e não para a Nação. Por que este trabalho não lhe concedendo a cidadania a privava das condições financeiras mínimas para suspender a caridade e a desdita. Porém, observando os velhos “patricios”, a velhice infeliz também lhes acompanhava, mesmo que outrora houvessem realizado trabalho significativo. O que havia de errado?

Em comum, Carlota e “patricios”, tinham passado muito trabalho na vida; eram pobres.

Muito diferente destes velhos era seu Rudolf, este era velho, mas não asilado. Trabalhava, mas não passava trabalho na vida. Ele representava a velhice saudável, o cidadão. Este é o outro ponto da bifurcação, pela qual a cidadania e o trabalho atribuíam valor a quem os possuíssem.

“No entanto, é absolutamente impossível adivinhar a idade do catedrático alto, vigoroso, de cabelos brancos, que continua a dar aulas e é adorado por seus estudantes. A dedicação apaixonada à sua obra e o fato de não se poder renunciar a um investigador de tão altos

méritos, conceituado em ambos continentes, não admitem a idéia de uma última fase da vida caracterizada pelo descanso e pela vilegiatura”⁵⁴

A imagem de um velho que se mantinha trabalhando e outro que não, é bastante nítida. Rudolf tinha até cabelos brancos, mas era vigoroso, alto e principalmente, adorado por seus alunos. Em nada está a lembrança de alguém que seja andrajoso, como a castanholeira, ou dolorida, como os momentos finais de Carlota. Rudolf nos lembra de d. Alice Von Moers, seu Miguel Landi, d. Virgínia que mesmo velhos continuavam realizando “coisas notáveis” para sua idade.

Associar vitalidade, mesmo em avançada idade, com trabalho é uma postura tão recorrente quanto as rugas a um rosto envelhecido. Não mais trabalhar tornou-se sinônimo de velhice. Implícito a esta atividade encontrava-se o direito à cidadania.

Tomar o trabalho, a ocupação do tempo, como meio de retardar o envelhecimento é algo usual até hoje⁵⁵, no entanto na década de 60 a argumentação que sustentava esta defesa era um pouco diferente da atual. Na atualidade um corpo de conhecimentos científicos, das funções neurológicas e musculares, dá base para tal defesa. Na década de 60, ainda estando a geriatria engatinhando, os respaldos científicos eram escassos e os de ordem político-cultural, inversamente, abundantes⁵⁶.

⁵⁴ *Jornal A Gazeta*, “Setenta anos e sem ter tempo para envelhecer”, de Elizabeth Jerwitz (correspondente de Hamburgo), Fpolis, ano XXIX, n. 7174, em 16/08/1962, p. 11.

⁵⁵ Os grupos de 3a. idade que funcionam na atualidade, têm como princípio básico a defesa de que a ocupação do tempo é a melhor forma de impedir as doenças geriátricas. É a partir deste princípio que tudo organiza-se nestes grupos, passeios, festas, cursos de atualização de conhecimentos, ginásticas etc.

⁵⁶ A possibilidade de ter ocorrido ou não influência da argumentação vigente na década de 60, na formulação do corpo científico, que atualmente autoriza a defesa do trabalho como meio de prevenção da velhice, não cabe nos limites desta dissertação.

A discussão da historicidade do trabalho e da cidadania na construção do sujeito idoso, de forma mais profunda, será feita em capítulo próprio, pois nela se centra a dissertação.

Contudo, mesmo já apresentados os três meios de embate entre as representações disfóricas e eufóricas da velhice, falta ainda, para delimitar o velho que surgiu na década de 1960, contrapor o discurso sobre velhice, que o “desenvolvimentismo” propiciou, com a leitura social e histórica⁵⁷, que cada velho fazia, no seu dia a dia, deste. O 2º. ato, então, tem início.

Certamente, para todos aqueles para quem o trabalho foi uma experiência de expropriação de suas forças, prazer e vida, o tempo de ser velho coincidia com um tempo sem glórias ou alegrias. Mas para todos os outros, trabalhadores que vivenciaram suas atividades produtivas como meios de realização pessoal e acumulação de capital o que significaria estar aposentado? Seria o momento de desfrutar a riqueza ou do temor de assumir que também eram velhos? Não esqueçamos que velhice, rancor, loucura e perda eram associações recorrentes nesta época. O embate, que até então apresentei, não ocorria apenas nos meios jornalísticos, literários, políticos ou médicos. Ocorria, também, na cabeça de cada um, que envelhecia e via-se no espelho como um outro homem.

Em entrevista, Ciro Vieira da Cunha, um homem que entrou na casa dos 70 em torno de 1965, afirmou com todo o rancor que lhe era possível:

⁵⁷ A preocupação metodológica em realizar esta contraposição entre discurso e leitura justifica-se nas considerações de Roger CHARTIER que afirma existir significativa diferenças entre o que é escrito e o que é lido sobre um mesmo texto. “Textos, impressos e leituras”, In: *A História Cultural*, 1988, p. 121-39. Também é de grande importância as considerações de E. THOMPSON que dá grande importância as experiências, por serem eles os meios constituintes da história de cada e da identidade de uma classe.

“Entendo que o fim das atividades de um homem não pode ser marcado pela folhinha. Há cidadãos que aos 20 anos, já deviam ser mandados para outras esferas, e outros que, aos 70, deveriam permanecer no batente. A capacidade de trabalho de um homem deve ser apurada pela sua produção qualitativa e quantitativa, e não pelo que aparece na certidão de idade. Tirar uma criatura da rotina do trabalho presente ainda a sua vitalidade, é conduzi-la ao desespero do tédio. E só o tédio cansa, afirmava Machado de Assis. Cansa apenas? Não creio. Cansa, enerva, irrita e liquida.”⁵⁸

O senhor, de quem ouvimos o depoimento, era alguém de condições financeiras excelentes, afinal era médico, jornalista, político e escritor. Porém, estas condições tão favoráveis de vida não lhe impediram de sentir-se rejeitado, entediado com o fato de ter sido aposentado compulsoriamente. Sintonizado com um discurso extremamente populista, que tomava o trabalho como definidor da cidadania de um membro da sociedade⁵⁹, seu Ciro, como muitos outros homens e mulheres, criaram uma lógica de auto-estima baseada no fato de manterem-se ativos, tal como foi descrita a resignação de D. Carlota.

Mediante a constituição da auto-estima baseada no fator trabalho, a velhice foi sendo gradativamente reelaborada em sua definição para aqueles que podiam desfrutá-la na condição de cidadão, distanciando-se, desta forma, do conceito de período da vida destituído de qualquer valor, tal como as imagens disfóricas dos contos e velhos asilados apresentavam.

Detendo meu olhar sobre a entrevista com o Marechal reformado Tristão de Alencar Araripe, percebo tanto o rancor como a tolerância de ter sido aposentado.

“Atingido o limite legal de minha permanência no serviço ativo e com a decretação oficial de minha decrepitude, sou hoje um homem que vive no humilde retiro de quem já passou. (...)”

⁵⁸ *Jornal Diário de Notícias*, Coluna: “Como Emplacar 100 Anos” - “A Vida depois dos 40”, de Mário Filizzola. Rio de Janeiro. Ano XXXV, n. 12.966. em 21/02/1965. 2a. seção, p. 1.

⁵⁹ Privo-me de utilizar o termo ideologia populista, como é comum ouvir-se, para não ter que adentrar por questões metodológicas que não são o objetivo de meu trabalho. Mas fundamento-me em formas de análises adotadas em livros como o de Wanderley Guilherme dos SANTOS, *Cidadania e Justiça*.

No Brasil, despem-lhes a farda e retiram-lhes as prerrogativas, para que desapareçam ou se escondam.

(...) já os povos primitivos imolavam os velhos incapazes e até os moços, e os substituíam por outros mais varonis... Na era moderna não escapam os velhos, mesmo ainda válidos, dessa depuração na natural conveniência de ceder lugar aos moços.”

Misturou-se à mágoa a conformação. Sentia-se nú, sem suas referências, sem seu chão, sem ser nada estava fadado a desaparecer. Acreditava existir uma depuração natural pela qual os incapazes eram substituídos e, convenientemente, permitiam que jovens tomassem a “dianteira da caminhada”. No entanto, este homem via em si a contradição entre o que lhe afirmaram ser a velhice e a velhice que ele vivia. Sabia ter 70 anos, mas isto não lhe atestava a incapacidade, diziam ser ele um velho, mas sentia-se ainda um jovem.

Quando perguntaram-lhe quais os principais conselhos para a arte de bem-envelhecer, ele debate-se na incerteza entre o vivido e a imagem disfórica da velhice, pertencente ao senso comum; desesperado aconselha que é preciso agarrar-se a vida, aos jovens a todo custo, mas, “cansado” sugere a renúncia, o esquecimento das aspirações, a aceitação da “obscuridade”.

“O 1o. cuidado é o de jamais perder o interesse pela própria vida, procurando manter constante atividade física e mental. Não entregar-se a nenhuma renúncia física prematura. Dedicar-se a qualquer atividade criadora e a alguém. Interessar-se pelos problemas dos jovens, filhos, netos etc. Não se isolar. Não se entregar ao desânimo. Aceitar a velhice com sinceridade e renúncia. Preparar-se, sabiamente para a retirada. Esquecer as aspirações inatingíveis. Por de lado a vaidade e aceitar com filosofia a obscuridade. Não agarrar-se ao que foge. (...) Tornar-se o espectador de uma época que não é mais a sua...”⁶⁰

O ator se diz espectador. A velhice lhe parece momento sombrio. A luz desse tempo seria a capacidade de manter-se ativo. Melhor ser cidadão do que velho.

⁶⁰ *Jornal Diário de Notícias*, Coluna: “Como Emplacar 100 Anos” - “A vida depois dos 40”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXV, n. 13018, em 02/05/1965, 2a. seção, p.1.

Portanto, o termo velhice continuava a carregar em si um valor negativo, porém através do trabalho, pretendia-se protelar sua chegada.

Os discursos políticos e econômicos reforçavam, a cada momento, que o trabalho dignificava o homem. Ao trabalhador estava reservado os direitos, devidamente reconhecidos que o transformava em um cidadão. A caridade e a humilhação de nada ser não cabia a este novo sujeito. Este, valorizado em sua condição de cidadão, ao viver a velhice que o espelho lhe denunciava, passava a reelaborar os seus significados. Não se vê como um “velhinho”, mas como um “inativo”, revestido de direitos.

Porém, muitas falas se cruzam, são médicos, políticos, pobres mulheres, como Carlota, ou eminentes professores como Rudolf, e até, seu Olímpio pode ser listado entre as vozes que falam do trabalho e do seu valor. Cada um destes indivíduos vivenciou estes valores de forma pessoal o que implicou na constituição de sua auto-estima de forma bem específica e conseqüentemente, a percepção da velhice não foi algo único e absoluto.⁶¹ Por isso, ser aposentado, ter tido uma profissão gabaritada e ter dedicado toda a vida ao trabalho e à sociedade onde viveu, não foram sempre segurança para uma vida confortável e saudável na velhice. Exemplificar a velhice vivida nestas condições é o objetivo dos casos que apresento a seguir.

Em 1967, um pequeno comentário jornalístico, permite entrever o que poderia ser a velhice para um servidor estadual aposentado.

⁶¹ Simone de BEAUVOIR, no livro: *A Velhice*, fez considerações no sentido de negar a impossibilidade de haver um conceito único e absoluto de velhice: “Mas se a velhice, enquanto destino biológico, é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que este destino é vivido de maneira variável segundo o contexto social; inversamente: o sentido ou o não sentido de que se reveste a velhice no seio de uma sociedade coloca toda essa sociedade em questão, uma vez que, através dela, desvenda-se o sentido ou o não sentido de qualquer vida anterior.” p. 16.

“[o] funcionário exercera as funções mais espinhosas e galgara, com zelo e lisura nunca assaz louvados, o posto de máximo relevo no Estado, na década de 20, o de Inspetor Geral do Tesouro. (...)”

Entretanto, após 1955, o seu vencimento de servidor aposentado era o menor dos menores, visto que não sofrera reajustamento. (...)”

Curtiria distante, nos seus dias finais, amarguras e necessidades como se culpado fora por haver empregado sua vida, seus esforços, sua honestidade, enfim toda sua dedicação funcional em favor do erário estadual.”⁶²

A situação vivida pelo Inspetor não fora um caso individual. Em um discurso acalorado de um político em plena convenção de seu partido, a situação vivida pelos aposentados, isto é, os cidadãos reconhecidos, pode ser observada:

“(...) nos determinamos que todos os anos essa miserável pensão que a viúva percebe, esse miserável vencimento que o aposentado recebe, que de nada vale, hoje em consequência da alta do custo de vida.

(...)”

A lei existe, mas não foi cumprida até hoje. E aí estão os trabalhadores aposentados, aí estão as viúvas, a reclamar de todos nós congressistas, que lhe demos um pouco mais de conforto e um pouco mais de alimentação para seus filhos, porque o Presidente da República, sem nenhum sentimento humano, sem coração, está negando isto aos trabalhadores.”⁶³

A situação é colocada com certo exagero, buscando culpados, como é comum em discursos desta origem, mas não é irreal. De fato muitos eram os velhos que padeciam às minguas que recebiam. Constantes eram os pedidos ao governador do Estado ou diretamente à Assembléia Legislativa, para a autorização de uma pensão especial ou suplementar a fim de ser possível a sobrevivência.

Este foi o caso de Pedro Shelle, um senhor de 80 anos que trabalhou como Provedor do Hospital Miguel Couto, de Ibirama/SC. O deputado, ao dar seu parecer pela aprovação da pensão suplementar deixou transparecer a realidade vivida por aquele senhor.

⁶² Jornal *A Gazeta*, “Obrigado, por todos”, de Teixeira da Rosa. Fpolis, Ano XXXIII, n. 7711, em 29/06/1967, p. 5.

⁶³ Jornal *A Gazeta*, “O discurso do Dep. Elias Adaime no encerramento da Convenção Regional da UDN”, Fpolis, Ano XXVI, n. 6610, em 16/08/1960, p.6.

“Tratando-se de pessoa sem recursos e considerando os relevantes serviços prestados à comunidade, através de uma atuação honesta, criteriosa e digna dos melhores encômios, justo é que o Estado institua o presente auxílio para garantir-lhe a subsistência na velhice, bem como a sua esposa.”⁶⁴

Sem dúvida haviam muitos Pedros, que tinham dedicado toda sua vida a uma empresa ou instituição, mas que chegando às vésperas da aposentadoria não poderiam dar-se ao desfrute de uma vida confortável. Quando o deputado afirma que ele não possui recursos, está a considerar que mesmo tendo toda uma vida de trabalho, como seu Olímpio, não tinha nem uma moradia própria e nem reservas econômicas. A pensão que foi concedida, como em todos os casos, não passava de Cr\$ 10,00 e este valor, como esclarecera o deputado, iria garantir-lhe apenas a subsistência na velhice.

Guilherme Meyer foi mais um desses muitos trabalhadores que, empobrecido em sua velhice, buscou, pelo trabalho realizado, adquirir melhores condições de vida. O processo de requerimento de pensão especial, apresentado por Guilherme, mostra o que foi ser velho para ele:

- a) - Trabalhou para o Estado como Agrimensor (...), por espaço de aproximadamente trinta anos, conforme certidões e atestados em anexos.
- b) - Não sendo funcionário do Estado (...), não tinha direito nem a aposentadoria, nem a inscrever-se no Montepio.
- c) - Executando sempre medições de terras, trabalho árduo, em zonas às vezes inóspitas, via de quando em vez sua saúde abalada, e era obrigado a gastos para restabelecê-la; não pode nunca, por este motivo, fazer economias que lhe garantisse o futuro.
- d) - Doente, ao cabo dessas três décadas de serviço, não mais lhe foi possível trabalhar no que quer que fosse, passando a viver em auxílio de amigos (...)
- e) - Vê-se, agora reduzido a mais extrema miséria, passando aos 75 anos - toda a sorte de necessidades (...)⁶⁵

Longo é o seu processo, como extensas deveriam ser suas necessidades.

Semelhante ao Inspetor Geral do Tesouro, havia trabalhado, e muito. Mas a velhice não

⁶⁴ Ofício n. 1621, pertencente ao projeto de lei que transformou-se na Lei 2.540, em 19/11/1960.

⁶⁵ Documentação pertencente ao Projeto de Lei 148/62, transformado na Lei : 3.529, em 10/10/1964.

lhe foi tempo de descanso ou prêmios⁶⁶ e sim de intensa miséria. Os itens que desenvolve para clamar por equidade (com este termo despede-se do governador), é um desenrolar de dificuldades e justificativas. Quando ele busca na doença a explicação do fato de não ter reservas econômicas, a única base que poderia ter tomado para tal conclusão é a noção de que o Estado, normalmente, não teria o dever de auxiliá-lo, porque mas “digno” para ele seria ter poupado e garantido os custos de sua velhice. No entanto, o seu caso era especial. Sua profissão tinha lhe dado um golpe e assim era um miserável.

Alé disso, estas linhas, traçadas por um trabalhador, atestam que o trabalho nem sempre significou possuir direitos, pois a cidadania era regulada por condições bastante limitadoras⁶⁷, o que implicou numa diversidade muito grande de vivências de velhice mesmo entre os trabalhadores que “contribuíram para o crescimento da Nação”.

No inverno da vida, a formiga trabalhadeira suportava o frio, enquanto, a cigarra imprevidente padecia na neve pelos dias infrutíferos do verão. Para uma elite política e médica a velhice infeliz era o resultado pessoal da imprevidência, enquanto que para quem a vivia em condições financeiras e sociais precárias, ela era a desdita. A imagem da fábula reveste adequadamente a argumentação elitizada da velhice feliz.

Para homens, como Ciro e Tristão, que chegavam à velhice com recursos e reservas econômicas, a compreensão que tinham da velhice lhes é muito própria e

⁶⁶ A idéia de aposentadoria igual a prêmio foi desenvolvida, no período em estudo, em consonância com os discursos populistas de então. Abordarei melhor a questão no capítulo II.

⁶⁷ Os limites da concessão da cidadania serão exploradas no próximo capítulo, no qual o Estado, promotor deste direito, tomará o centro das discussões.

distinta, por exemplo, das percepções de Guilherme Meyer. Para eles, de fato a cidadania permitia um desfrute razoável da velhice.

Mediante estas idéias interpreto as respostas do Prof. Silva Bello:

“Na minha idade não sinto ainda a velhice, pois gosto de comer, de beber, de apreciar as coisas boas da vida, sobretudo o trabalho, que é o meu prazer supremo. (...) O perigo é de a gente sentir-se velho e servir-se desse pretexto para vegetar. Então quase tudo está perdido e talvez não valha mais a pena viver.”⁶⁸

Ele ainda não sentia a velhice, pois velhice, na sua percepção, era não gostar de comer, beber ou não saber apreciar as coisas da vida. A velhice lhe é algo subjetivo, que se começava a sentir e, a partir deste momento, tudo estava perdido e mais valia morrer. Esta visão tão negativa da velhice explica claramente porque ele dizia não ser um velho. Nada que fosse bom, apreciável poderia estar relacionado com a velhice. Em outros termos ele toma a mesma postura de Ricardo, que amando Amália, não lhe via como uma velha, mas sim atribuía novos pontos de referência para definir a mocidade.

Esta também foi a postura adotada pelo Prof. Maurício de Medeiros, quando entrevistado:

“A idade medida pelo tempo vivido é uma coisa. A velhice é outra. A velhice me parece um fenômeno puramente subjetivo e não uma simples consequência do número de anos vividos. Tudo é uma questão de estado de ânimo.”⁶⁹

O tempo, o vilão, pode ser driblado. Tomando-se a retaguarda, agarrando-se aos pareceres médicos e mantendo-se sempre uma postura otimista e jovem, não haveria espaço para a velhice chegar. Esta maneira de pensar, possibilitada pelas condições econômicas favoráveis, era o trunfo que estes velhos guardavam nas mangas

⁶⁸ *Jornal Diário de Notícias*, Coluna: “Como Emplacar 100 Anos” - “A vida depois dos 40”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXV, n. 12.890, em 22 e 23/11/1964, 2a. seção, p. 1.

⁶⁹ *Jornal Diário de Notícias*, Coluna: “Como Emplacar 100 Anos” - “A vida depois dos 40”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXV, n. 12.911, em 20 e 21/12/1964, 2a. seção, p. 1.

para distinguir-se daqueles menos afortunados que, após completarem algumas décadas, passavam a viver sem dinheiro e sem saúde .

É desta maneira que o Prof. Hélio Gomes, pertencente ao mesmo grupo social das pessoas acima, chega a definir velhice e velho:

“O velho sadio não é psicológica nem fisiologicamente velho. O que caracteriza a velhice não é a quantidade dos anos. Nem é o estado das artérias (...) [mas] é a perda dos ideais de juventude, é a desintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro(...) é o desamor ao trabalho.”⁷⁰

Se as pessoas das classes sociais mais privilegiadas, obviamente mais próximas dos centros de decisões políticas e dos de produção do saber, relativizavam a idade avançada que possuíam através das “habilidades” que mantinham, tornando assim a velhice em etapa da vida valorizada, não é de estranhar que tenha sido possível encontrar imagens de velhos construídas de maneira bastante positivadas, a partir destas vozes. Eram elas que não esqueciam dos feitos de D. Alice ou de seu Rudolf e, muito menos, deixavam de enfatizar o indesejável e ultrapassado, ao construir a castanholeira ou a mulher do Natal.

Chegamos ao último ato, o desfecho de toda a intriga começa a precipitar-se. A primeira fala já foi esquecida, mas a trama ainda está justificando as encenações. O velho permanece no palco, o figurino é outro. O último pano desce.

Vivenciando a velhice em seus novos parâmetros, acatando a nova imagem criada para o velho, fosse por manter-se jovem e apto ou por resguardar as tradições, e, principalmente, tendo uma experiência pessoal de organização política, muitos velhos, a

⁷⁰ *Jornal Diário de Notícias*, Coluna: “Como Emplacar 100 Anos” - “A vida depois dos 40”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n. 13.060, em 20/06/1965. 2a. seção, p. 1.

partir da década de 60, passam a reivindicar maiores espaços sociais e melhores atenções governamentais.

Em cena, o Prof. Aníbal Bonfim que, em 1965, propôs a criação da Associação Brasileira de Pessoas Idosas. Esta entidade teve como objetivo fazer com que seus membros aprendessem a se identificar um aos outros. Este homem tinha, à época, 70 anos e era professor da Fundação Getúlio Vargas. Como membro efetivo da população idosa brasileira e participante de todo o processo histórico em atuação, sua ação mostra a quantas andava a mobilização dos velhos neste período.

A defesa da criação da Associação fundamentava-se em dois pontos, o 1o. - a necessidade das pessoas unirem-se e assumir que pertenciam a categoria de velhos e a partir daí superar os preconceitos impostos pela sociedade, e, 2o. - eliminar o isolamento das pessoas velhas, levando-as a demonstração do seu valor para a sociedade, e com isso o conseqüente desenvolvimento do respeito a eles.⁷¹

A proposta da Associação não era de caráter profissional e não ficou definido que apenas aposentados poderiam participar, ao contrário, defendiam a necessidade de reunir o maior número de velhos possíveis para que os seus objetivos fossem alcançados. O Sr. Aníbal, tal como o seu Hélio, pertencia a um grupo privilegiado da população idosa. Não tinha dificuldades econômicas e dispunha de recursos médicos suficientes para manter-se saudável, porém, afirmava haver preconceitos contra a velhice na sociedade em que vivia e que era preciso criar uma identidade entre os

⁷¹ Ver entrevista apresentada em: *Jornal Diário de Notícias*. Coluna: "Como Emplacar 100 Anos" - "A vida depois dos 40", de Mário Filizzola, Ano XXXV, n. 13036, em 23/05/1965, 2a. seção, p.1.

velhos para suplantá-los. Ou seja, confirmava o embate existente na representação sobre a velhice e velho na década de 1960, no Brasil.

Diferente desta situação, ocorreu em todo o Brasil a organização da “Legião Brasileira de Inativos”⁷², que foi espalhada pelo país através de núcleos estaduais. Esta entidade tinha objetivos mais imediatos. Para si o importante era conquistar maiores vantagens junto aos Institutos de Aposentadorias e Pensões, garantir o cumprimento das prerrogativas instituídas e conquistar uma série de direitos que os aposentados não possuíam.

Além destas instituições, muitas foram as ocasiões em que comissões de aposentados dirigiram-se ao governo federal ou aos delegados regionais dos Institutos de Pensão e Aposentadoria, para reivindicar atrasados que nunca vinham, concessão do 13o. salário, assistência médico-hospitalar, aposentos integrais, participação nas causas judiciais, proteção para aluguel de imóvel, empréstimos de dinheiro etc.⁷³

Estes velhos, organizados, conseguiram alcançar vários de seus objetivos imediatos. Porém, mais importante que suas conquistas trabalhistas foi a constituição de um espaço social, que permitiu, no “fazer-se”⁷⁴ de suas reivindicações, a reelaboração de sua auto-estima e da própria representação da imagem de velho que não eram. Pois ao mesmo tempo que os *inativos* iam realizando suas conquistas, ocorria a união entre eles. Na observação um do outro, a imagem de velhice sinônimo

⁷² Conforme o Jornal *A Gazeta*, “Legião Brasileira dos Inativos”, Fpolis, Ano XXX, n. 7659, em 04/07/1964, p. 8.

⁷³ Conforme o Jornal *A Gazeta*, “Aposentados do IAPM reivindicam atrasados ao delegado” e “Reivindicações dos aposentados pelos Institutos de Previdência Social”, são respectivamente de 08/12/1963, n. 7520, p. 1 e 18/12/1962, n. 7267, p.1 e 4.

⁷⁴ Ver o significado dado por E. P. THOMPSON, em seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. 1, 1987.

de doença e desdita se desfazia. Deixando de se encontrar isolados, tornavam-se um grupo que, forte, impunha à sociedade a reflexão sobre eles, alterando com isto a representação que faziam deles e propondo uma revisão na forma de agir para com eles. Estes velhos, então, exigiam e eram respeitados.

Por outros caminhos, os ideais da Associação Brasileira de Idosos alcançavam seus objetivos, de forma parcial, eu o sei, porque só há construção de um sujeito com sua efetiva participação e por isso, o respeito e a identidade construída a partir da organização da Legião Brasileira de Inativos, por exemplo, não atingiu a todos os velhos, mas apenas aos seus membros efetivos.⁷⁵

Contudo, é importante frisar que todos os velhos que mostrei, afinal por aqui apareceram muitos, fossem em sua condição de personagem ou de sujeito histórico, apresentou uma leitura própria da velhice, ou seja, cada um respondeu de maneira pessoal a pergunta: Velho, quem é este sujeito?⁷⁶ Suas respostas mostraram, entre outras coisas, que a velhice não é advento que o tempo traz para cada um de nós. A história de cada um, associada a história da sociedade na qual vive, é o único parâmetro determinante (se assim posso referir-me a algo tão fluídico) da velhice.

⁷⁵ Ver a metodologia desenvolvida por Eder SADER, em seu livro *Quando Novos Personagens entraram em cena*. Aproveito para salientar que discordo da idéia de que o discurso, exclusivamente, possa construir um sujeito. THOMPSON ao construir a idéia de “fazer-se”, como o processo ativo de constituição de uma classe social contrabalança, em minha dissertação, a metodologia desenvolvida por FOUCAULT, em relação ao discurso.

⁷⁶ Anita NERI, em seu livro *Envelhecer num país de jovens*, ao questionar o que seria velho do seu leitor, ela alerta que: “Porém, ao responder, terão revelado pouca argúcia, porque poderiam e deveriam devolver a pergunta dizendo, mas de que velho estamos falando? Onde mora? O que faz? Que idade tem? Quais suas condições de saúde? (...) Ou seja, a resposta a qualquer tipo de questão sobre velho e velhice no Brasil depende de a quem e como ela é feita, o que aliás é verdadeiro em relação a qualquer pergunta. Não existe uma resposta única, porque o próprio fenômeno da velhice tem múltiplos significados, contextualizados por fatores individuais, interindividuais, grupais e socio-culturais.” p. 33.

Por isso, o maior limite de divergência entre as respostas estaria na condição vivida, social e historicamente, durante a velhice, da década de 1960. Para os asilados, aqueles que estavam empobrecidos e muitas vezes também doentes, ser velho era não ser. Era existir como meio para o exercício da caridade, era trazer em si o emblema da tristeza, da decadência, da mágoa, da dor e da desdita. A imagem da desgraça que representavam, serviu por vezes, para desqualificar a 1ª professora, o programa de rádio e para julgar os comportamentos de outros tantos.

Mas, tudo era trabalho naqueles dias, e para aqueles que haviam trabalhado em condições reconhecidas pelo poder público e de forma a acumular alguma riqueza, dispensando desta forma o asilo e a caridade, ser velho era ser um jovem de espírito, era dar alicerce a realização dos jovens, era desfrutar de prêmios de uma vida laboriosa, era resguardar a tradição. Era ser um vencedor, enquanto para todos os demais velhos, a maioria, a velhice foi tempo de ser um vencido. A história de cada um lhe caracterizou a velhice, enquanto o tempo foi um mero espectador.

Dos muitos velhos entrevistados no espelho, dois, precisam de maiores atenções se desejo alcançar respostas às minhas questões. Eles foram os pontos de partida para a reelaboração da velhice durante a década de 60, no Brasil. São eles o velho - cidadão trabalhador e o velho paciente da nova clínica, a Gerontologia. A definição deste sujeitos por parâmetros tão específicos lhes determinou um novo espaço social mediante uma nova forma de assisti-los.

As últimas palavras são ditas. O ator se curva. O velho da década de 1960, no Brasil, está delimitado. Pode-se, então, tirá-lo do palco e contrapô-lo às práticas políticas e médicas que sustentaram sua reconstrução. A cortina se cerra!

CAPÍTULO II:

VELHO - CIDADÃO TRABALHADOR

(...)

*Meu pai sempre me dizia,
meu filho tome cuidado
Quando eu penso no futuro,
Não esqueço o meu passado.
Paulinho da Viola, 1972.*

Olimpio, Rudolf, Ciro, Tristão e Pedro Selle, velhos que trabalharam e que se distinguiam de outros, na voz de seus locutores, pelo fato de serem trabalhadores. Esta forma de recorte da existência destes homens não foi aleatória, pois além de trabalhadores, certamente, eles também podem ter sido pais, clientes, amantes, partidários de grupos esportivos e políticos, entre tantas outras coisas. A especificidade do recorte **trabalhador** corresponde nitidamente a circunstância histórica em que estes relatos foram construídos⁷⁷.

⁷⁷ Ver Michel FOUCAULT, nos lembra: "O que conta nas coisas ditas pelos homens não é tanto o que teriam pensado alguém ou além delas, mas o que desde o princípio as sistematiza, (...)" *O Nascimento da Clínica*, p. XVIII

Como apresentei no capítulo anterior, Rudolf foi um professor renomado, que aos 70 anos, mantendo-se no exercício de sua profissão, era elogiado por não admitir “a idéia de uma última fase da vida caracterizada pelo descanso e pela vîlegiatura”⁷⁸. Seu Olímpio, ao contrário de Rudolf, era alguém que mendigava pelas ruas. Os elogios que lhe cabiam estavam no fato de ter sido um dentista, haver trabalhado e conquistado “a reserva moral”, o último tesouro que lhe restou, depois de anos de trabalho honesto.

Poderia retomar as histórias de cada um daqueles homens, estabelecendo suas condições de ricos ou pobres, de possuidor de bens e família ou de abandonados a própria sorte, para evidenciar as nuances que envolviam as suas situações de trabalhadores. Mas o que quero observar, ao discutir a relação do Estado com os velhos, é o valor construído para o trabalho, que tornou-se critério de valorização do indivíduo em uma circunstância precisa de nossa História, transformando Rudolf em cidadão e Olímpio em um pobre mendigo.

Parto da idéia de que a velhice não é um fenômeno autônomo na vida das pessoas, mas uma decorrência de toda a história do indivíduo, adquirindo assim mil contornos. Por isso, quando detenho-me sobre a constituição da assistência ao velho na década de 1960, e faço neste capítulo a discussão do Estado em sua relação com este sujeito, não posso abandonar a história que antecedeu à velhice destes indivíduos. Pois quem era um velho aposentado na década de 1960 senão o trabalhador das primeiras décadas do século XX, que passou por todo um processo histórico, bastante específico, no qual sua identidade de trabalhador e mesmo de pessoa, constituiu-se mediada pelo direito à cidadania. É para esta história que me volto agora.

⁷⁸ *Jornal A Gazeta*, “Setenta anos e sem ter tempo para envelhecer”, de Elizabeth Jerwitz (correspondente de Hamburgo), Fpolis, Ano XXIX, n. 7174, em 16/08/1962, p. 11.

II.1 - Construindo a cidadania:

No Brasil, ao início do século XX até a década de 1920, trabalhadores e miseráveis possuíam uma representação bastante assemelhada na ótica das classes dominantes⁷⁹. Diante desta representação, o trabalho estava relacionado à necessidade. Trabalhava quem precisava. Não existia nenhuma noção de prazer ou realização pessoal associada ao trabalho. Isso não é de estranhar, pois, a escravidão era ainda uma lembrança muito recente e os próprios imigrantes, refugiando-se das necessidades que passavam em seu país, traziam consigo a feição de trabalhadores e também de pessoas sofridas, ao Brasil.

As desigualdades sociais não eram consideradas como decorrentes das formas desiguais da propriedade do capital, mas como resultado de uma justa e diferenciada distribuição de funções sociais, como pregava o Positivismo. Assim sendo, conjugando trabalho = a necessidade e trabalhador = a necessitado, as manifestações de protesto eram interpretadas como rebeldia, falta de resignação à condição de vida existente.

Os homens pobres, trabalhadores ou não, eram descritos como *párias* da sociedade, sendo que a cidadania era um privilégio exclusivo dos senhores⁸⁰, os únicos, em suas próprias percepções, responsáveis pelo crescimento econômico e político da sociedade em que viviam. Cidadania significava ter poder. Ao trabalhador, visto como necessitado, nenhuma cidadania era concedida. Eles não precisavam de poder, mas sim

⁷⁹ Dezenas de citações demonstrando esta forma de representação estão discutidas por Maria Célia PAOLI, no texto: "Trabalhadores e Cidadania: a experiência do mundo público na história do Brasil Moderno", *Estudos Avançados*, IEA-USP, São Paulo, 3 (7): 40-66, set./dez. p. 45.

⁸⁰ Ver Sérgio ADORNO. *O Liberalismo na formação da ordem social competitiva*. São Paulo Paz e Terra, 1987.

de caridade ou *corretivos*. Desta forma, as greves, frequentes no período, eram entendidas como reclamações que precisavam de soluções imediatas, ou seja, o uso da violência ou a distribuição de favores, o que significava a não obtenção de qualquer garantia legal.

Na outra ponta desta relação histórica encontravam-se os anarquistas, que como líderes do segmento social discriminado, faziam uma outra leitura do trabalho. Para alcançar esta outra leitura detenho minha atenção em 4 depoimentos de velhos trabalhadores⁸¹. Eles, uma mulher e 3 homens, nasceram no final do século passado e acompanharam, em suas vidas pessoais, a história que ajudaram a construir, a história do próprio trabalho e da velhice da década de 60, no Brasil.

Elvira Boni, filha de imigrantes italianos, desde cedo, aos 12 anos, começou a trabalhar e a participar da Liga Anticlerical de cunho, autenticamente, anarquista. Os relatos de suas atividades como operária de ateliês de costura mostra, a cada linha, como os indivíduos que estavam envolvidos diretamente com a atividade fabril encontravam no trabalho o critério possível para a dignidade, a liberdade e para a própria existência.⁸² A partir da construção de um parâmetro de identidade trabalhadora por meio da dignidade que o trabalho atribuía, as relações com as classes dominantes começaram a alterar-se e com ela as representações que existiam. Dona Elvira, em 1919, organizou a “União das Costureiras” e três meses depois realizou a

⁸¹ Os depoimentos foram coletados em Angela de CASTRO GOMES. *Velhos Militantes - depoimentos*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988.

⁸² Ver M. Célia PAOLI: “Os anarquistas (...) santificaram o gesto cotidiano do trabalho, atribuindo-lhe um valor intrínseco de dignidade, liberdade e inteligência. (...) A imprensa operária (...) elabora a categoria de ‘dignidade’ como o centro da condição proletária e, através dela, costura os traços comuns de proletários muito diferentes.” Op. cit. p. 48.

1a. greve do setor. Esta experiência além de ser significativa para si, fora também para muitas outras mulheres:

“E aí começamos. Uns 3 meses depois fizemos uma greve. Mandamos um memorial para as donas dos ateliês, das fábricas onde havia costura, pedindo oito horas de trabalho e melhores ordenados. Por incrível que pareça, o *Jornal do Brasil* daquela época nos recebeu muito bem. Puseram em letras bem grandes: “A greve das abelhas do luxo”. A conquista das oito horas foi imediata. Onde minha irmã trabalhava, o horário passou a ser de oito às cinco; na Casa Osório, de nove às seis. (...)

O Bandeira Melo [chefe de Polícia] me deu muitos conselhos, disse que eu não me deixasse levar por aqueles sindicalistas da União dos Alfaiates, porque eles só sabiam fazer barulho e mais nada. Eu digo: ‘Não, nós temos idéias próprias. Não vamos nos deixar levar por ninguém.’”⁸³

Digladiando-se entre um projeto de modernidade, importado pela classe dominante, e as reivindicações operárias que o ameaçavam⁸⁴, concebeu-se a cidadania como desdobramento da questão social, isto é, a idealização de uma sociedade justa como sendo aquela em que todos os membros possuem seu espaço garantido e são reconhecidos como indivíduos possuidores de direitos, ou seja, cidadãos. No dia a dia tal proposta efetivava-se por pequenas ações. D. Elvira, junto com suas companheiras, através da greve de 1919, por exemplo, ensinavam a suas “madames” que elas não eram moças precisando de um serviço, mas trabalhadoras que possuíam direitos e os exigiam. Neste embate histórico dos diferentes valores atribuídos ao trabalho foi construindo-se o ideal da cidadania.

⁸³ GOMES, Angel. Op. cit. p.34.

⁸⁴ Ver Kazumi MUNAKATA, *A legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo : Brasiliense , 1984. O liberalismo adotado pela classe dominante brasileira, em especial a dos industriais, ao afirmar o direito inalienável da propriedade ao homem, estivesse esta detendo-se sobre bens materiais ou força de trabalho, tornava-se suscetível ao debate anarquista do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Especificamente sobre o projeto de modernidade que fundamentou a constituição da elite brasileira ver Jeffrey NEEDELL. *Belle Époque Tropical...* São Paulo : Cia da Letras, 1994.

É exatamente estas experiências que me interessam. Pois, foram as sucessivas leituras quotidianas do trabalho que levaram cada trabalhador a ser o velho que fora, na década de 60.

Os anos que se seguiram após a 1ª. Guerra Mundial mudaram a face do Mundo, as relações entre os países e também as relações entre trabalhadores e empregadores. O próprio Tratado de Versalhes, ao criar a Organização Internacional do Trabalho (OIT) dá início a uma outra forma de encarar a questão⁸⁵. A Organização criada postulava pela instituição de direitos trabalhistas que, garantidos pelo Estado, teriam como objetivo conter o *descontentamento* que as péssimas condições de trabalho provocavam. O teor destas preocupações são decorrentes de alguns fatores, como a ocorrência da Revolução Russa, em 1917, e a propagação das idéias comunistas por todo o mundo proletário, como também, o esforço dos países de maior desenvolvimento industrial de homogeneizar os gastos de produção a fim de manter a competitividade com os países que não realizavam qualquer política de amparo ao trabalhador.

No Brasil, também membro da Liga das Nações, os fatores internos foram acrescentando, com peso muito maior, novas configurações às relações entre elite e massa popular. Seu João Lopes, militante comunista, neto de escravos, ao chegar no Rio de Janeiro em 1921, vindo do interior do estado, ficou estarrecido com o conturbado clima da cidade. Greves de diversas categorias estavam organizadas,

⁸⁵ MUNAKATA, op. cit. p. 31.

principalmente dos marinheiros e portuários que suspendendo o funcionamento do porto, parou, também, a cidade.⁸⁶

Além de todas as greves e problemas econômicos do país, a crítica levantada, na década de 1920, à maneira como a sociedade brasileira articulava-se, seja no campo político através dos movimentos tenentistas, seja no campo cultural através do modernismo de 1922, teve suas repercussões no funcionamento das relações sociais do trabalho e conseqüentemente nas representações que as envolviam.

Os sindicatos, a partir daí não tão anarquistas, passaram a estabelecer estratégias de ação e a realizar reivindicações que ultrapassavam o âmbito das relações possíveis entre patrões e trabalhadores, pautando em suas discussões um espaço para a intervenção da figura do Estado. A proposta anarquista de uma gestão autônoma dos trabalhadores sobre suas condições de trabalho foi substituída pela proposta comunista de conquista do Estado, para através deste, organizar uma outra sociedade.

Além disso, a predominância da organização sindical nos moldes comunistas, a partir de 1927⁸⁷, instituiu uma outra forma de relação destas entidades com os próprios trabalhadores. A proposta comunista para os sindicatos, além de ser de uma central sindical, era também de vigilância e controle, a fim de dar um padrão único à organização e retirar dos seus membros todo o poder de decisão. Esta proposta foi evidenciada nos editoriais dos jornais comunistas, como no de 01/01/1927, do Jornal “O Internacional”:

⁸⁶ GOMES, Angela. *Velhos Militantes - depoimentos*, p. 85.

⁸⁷ MUNAKATA, op. cit. p. 42.

“O que nós precisamos hoje, na época das grandes lutas de classe, é termos técnicos capacitados para organizar as grandes massas desorganizadas”⁸⁸.

Considerando a relação de descontentamento estabelecida entre a elite comercial e industrial com o Estado Oligárquico⁸⁹, e também muitos dos acontecimentos e preocupações da década de 1920, como a tutela organizada pelos sindicatos de cunho comunista com seus membros, é fácil compreender porque todos os setores sociais passaram a exigir novas formas de distribuição da participação política e curiosamente a vislumbrá-la através da existência de uma organização centralizadora e norteadora que proporcionasse uma tal “democracia social”, até então, não existente.⁹⁰

No jogo social, o trabalho tomou nova posição: passou a ser critério de justificativa da organização de movimentos contestatórios, bem como credencial à participação neles. O trabalho não era só algo que os indivíduos das classes mais populares tomavam para si como forma de distinção, era também, elemento de ação estratégica de todos os setores sociais, fossem os empresários que o reconheciam a fim de tentar estabelecer os limites das concessões, fossem o grupos políticos que o buscavam para serem aceitos e apoiados pelas massas. A posição estratégica que o trabalho tomou está exemplificada nos discursos da Aliança Liberal⁹¹, que o tomavam

⁸⁸ Apud MUNAKATA, op. cit. p.50.

⁸⁹ Refiro-me a forma de Estado instituído no Brasil no período de 1894 a 1930, conhecido como República Oligárquica, na qual as oligarquias latifundiárias estaduais controlando o governo impunham o modelo econômico que reforçava a idéia de uma “vocação agrícola” para o país, o que correspondia   situa o de dependência externa e se contrapunha aos interesses econômicos das elites comercial e industrial.

⁹⁰ Ver M. Célia PAOLI. “Trabalhadores e Cidadania...”, p. 50.

⁹¹ Esta Aliança foi um partido de oposi o   candidatura de Júlio Prestes, que apoiava a elei o de Getúlio Vargas e João Pessoa, fundada em setembro de 1929. Boris Fausto afirma a respeito da “Ideologia da Aliança Liberal” (subtítulo do qual retirei a afirma o a seguir): “Nos manifestos da

como justificativa de suas ações e nos discursos comunistas que objetivando acabar com o capitalismo buscava transformar seu ponto mais forte, a expropriação da mão-de-obra.

Desta forma, a organização da “Aliança Liberal” no fim da década de 1920, pretendeu liderar a conquista da “democracia social”⁹². Procurando representar a oposição às oligarquias, o partido dizia garantir a organização de um Estado que reconheceria, a todos que cooperassem com ele, a cidadania.

A forma de Estado inaugurada após esta campanha, com o governo provisório de Getúlio Vargas, direcionou aos seus interesses o novo valor atribuído ao trabalho. Por esta ótica, entende-se quando Getúlio Vargas ao assumir o governo em 1930, afirma:

“A Revolução escapou ao exclusivismo de determinadas classes. Todas as categorias sociais, de alto e baixo, sem diferença de idade ou sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos seus filhos.”⁹³

O novo governo instituiu-se disposto a amparar, como um grande pai, a todos os filhos capazes à colaboração, ou seja, ao trabalho. Passando este a ser o critério definidor da participação na construção de um país novo, e não mais as diferenças

Aliança Liberal, não se encontram quaisquer traços de um programa industrialista. (...) [Contudo], alguma coisa de novo se filtra, tanto em algumas promessas dirigidas à classe operária, aludindo à aplicação da lei de férias, ao advento do salário mínimo, como nas afirmações acerca da necessidade de se resolver o problema siderúrgico”, p. 44. *A Revolução de 1930 - historiografia e história*. São Paulo : Brasiliense, 1994.

⁹² A respeito da representatividade da Aliança Liberal, Boris Fausto afirma: “O agravamento das tensões no curso da década de vinte, as peripécias eleitorais das eleições de 1930, a crise econômica propiciam a criação de uma frente difusa, em março/outubro de 1930, que traduz a ambiguidade da resposta à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais.” Op. cit. p. 113.

⁹³ In: *Coletânea de documentos históricos para o 1o. Grau*. “Discursos de posse de Getúlio Vargas”, 3/11/1930. Secretária de Estado da Educação - CENP. São Paulo, 1978.

sociais, ou mesmo de idade e sexo. Também, este Estado, passou a agir como o único capaz de reconhecer os direitos de participação social e política, tutelando todas as lutas e conflitos das relações entre empresários e trabalhadores. Portanto, o Estado passava a assumir o papel que, a maioria dos movimentos da década de 1920 haviam projetado como o necessário para o alcance da “democracia social”.

As palavras de D. Elvira atestam a expectativa da população com a “Revolução de 1930”. Na época encontrava-se casada e tanto ela como o marido participavam do movimento anarquista. Diz ela que seu marido: *“ficou muito entusiasmado com a revolução, porque imaginava que ia ser uma coisa muito boa.”*⁹⁴ Porém, o senhor Eduardo Xavier, outro dos velhos depoentes que observo, através de seu olhar retrospectivo, afirma, como comunista e trabalhador que fora, o que significou a tomada do ideal de todos por Getúlio:

(...) Getúlio empolgou os trabalhadores. Agora, nós, do Partido, fizemos uma burrada, porque não queríamos nem Júlio nem Getúlio, e lançamos um candidato próprio [Minervino de Oliveira]. Nós ainda não éramos capazes de ser autônomos nesse problema, e devíamos ter apoiado o Getúlio. Devíamos ter ficado com o programa dele na mão e ter lutado por aquilo que interessava ao trabalhador e ao povo em geral - só ao trabalhador seria sectário. Devíamos ter ficado dentro da história, e não abandonar tudo nas mãos dele. Ai ele fez o que quis.”⁹⁵

“Ter ficado dentro da história”, foi exatamente isto que o novo governo tentou impedir aos trabalhadores. A partir da forma como foi articulado, o novo governo, procurou esvaecer a identidade de classe, pautando a existência e a própria condição de trabalhador à regulamentação deste ao Ministério do Trabalho. Este Ministério não era apenas um órgão administrador de conflitos trabalhistas, mas era o próprio promotor da condição de cidadão a todos aqueles que se submetessem aos seus critérios

⁹⁴ Angela GOMES. *Velhos Militantes - depoimentos*, p.56.

⁹⁵ Angela GOMES, *Op. cit.* p. 135.

Ficar fora da história, como pensava Seu Eduardo era algo muito difícil. Afinal, a fábrica, a oficina, o escritório, cada local de trabalho repunha todo o tempo a questão que a luta não havia terminado, mesmo que houvesse um discurso dourado a falar dos novos dispositivos legais sobre os direitos trabalhistas.

Porém, da mesma forma que os trabalhadores continuaram no seu dia a dia a recolocar a luta por seus direitos, também, os industriais mantiveram-se próximos aos seus interesses e a partir de então, defensores de um projeto de Nação que os favorecia.

A circunstância histórica tornava-se bastante distinta daquela vivida no início do século. A idéia de uma “vocação agrícola” para o país era substituída pela idéia de que o desenvolvimento seria alcançado mediante a industrialização, e esta só poderia ser realizada por meio de uma administração isenta de paixões e partidarismo, ou seja, por um Estado racional e racionalizado, no qual a voz dos técnicos especializados, como administradores competentes, objetivos e neutros, tornou-se a única com competência para falar, ou melhor, ditar as regras sociais. Dentro desta lógica estabelece-se a forma corporativista de lidar com as questões sociais.⁹⁶

O corporativismo, alegando isenção partidária e definindo as lutas entre classes como um desvio da prática liberal, propõe a reordenação da sociedade sob novos critérios, como a organização de patrões e trabalhadores em um mesmo grupo, o grupo dos produtores econômicos. Desta forma, há apenas empregados e empregadores e acima deles, um corpo pensante a determinar-lhes direção. Ao inverso do contrato de trabalho, que é o acerto de comum acordo entre partes aut nomas e diferenciadas de

⁹⁶Estas idéias são amplamente exploradas no texto: “A Seguridade na Travessia do Estado Assistencial Brasileiro”, de Maria do Carmo FALCÃO. In: *Os direitos (dos desassistidos) Sociais*, Cortez, SP, 1989. p. 110 - 126.

uma relação, surge a convenção coletiva de trabalho, na qual se estabelecem, de maneira uniforme e autoritária, as formas de relação entre as partes. Os anos transcorridos até 1935 modificaram o poder operário autônomo à medida que instituiu a Legislação Sindical e as diversas Leis Trabalhistas⁹⁷. Nas relações de força existentes entre operariado, empresariado e Estado, este último cada vez mais ampliou a sua autoridade em detrimento da autogestão dos primeiros e em favor das garantias de produção dos segundos.

As palavras de um militante comunista e sindicalista esclarecem até que ponto a queda de braço entre Estado, operariado e industriais ia:

“(...) Ao lado das organizações independentes, começaram a se formar novos sindicatos, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, e o governo só dominou a situação porque decretou que apenas os associados desses sindicatos poderiam recorrer à Justiça do Trabalho para ter o benefício da legislação. Isto mostra a oposição que o governo encontrou. Ele só conseguiu liquidar com os sindicatos independentes porque tomou essa medida de ordem burocrática, e até mesmo policial. Porque a gente era preso à beça! Saía de uma assembléia e entrava em cana, passava três ou quatro dias na cadeia.”⁹⁸

Este militante, Hilcar Leite, aos 72 anos de idade, com toda uma formação intelectual, manteve clara a lembrança do poder do Estado para regular a cidadania dos trabalhadores após a criação do Ministério do Trabalho. A carteira do trabalho torna-se documento concedido apenas aos sindicalizados oficiais, e somente os portadores desta, poderiam reclamar o cumprimento das leis trabalhistas e mesmo serem atingidos por ela. Ser cidadão não era mais conquistar reconhecimento público de si, mas adequar-se às regras existentes, submetendo-se a tutela do Estado.

⁹⁷ M. Célia PAOLI. “Trabalhadores e cidadania...”, p. 52 a 54.

⁹⁸ Angela GOMES. *Velhos Militantes - depoimentos*, p. 171.

Esta estrutura de construção da cidadania era possível à medida que, ao assumir as idéias corporativistas de administração das questões sociais, o Estado passou a defender a existência de uma categoria homogênea - os cidadãos. Esta categoria, além de substituir as demais existentes que evidenciavam as diferentes classes sociais, estabelecia uma aparente democracia. Nem trabalhadores ou empresários, nem políticos ou sindicalistas, apenas, todos, cidadãos.

A condição de cidadão definida de forma tão genérica ficava destituída de historicidade. Era algo concedido e não conquistado.⁹⁹

Apesar da definição tão genérica da cidadania, ela não era garantida indiscriminadamente. Vinculada à ela encontrava-se a capacidade produtiva do homem. Desta forma, não é de estranhar que os velhos não fossem os mais prestigiados brasileiros, na medida em que eles não eram tal como seu Rudolf, seu Ciro, seu Tristão - trabalhadores.

Em toda essa história levantada sobre o valor do trabalho, encontra-se o Estado brasileiro. Este Estado tem como característica norteadora a posição de dirigente de um país capitalista desenvolvido de maneira desigual e, portanto, promotor de um intenso processo de urbanização e crescimento industrial, como também de uma intensa miséria urbana e rural.¹⁰⁰ Este Estado é “o agente básico na definição e manutenção da

⁹⁹ Cidadãos ou filhos da grande pátria, como Vargas referiu-se ao povo em seu discurso de posse em 1930. Convém esclarecer que minhas interpretações acima apresentadas estão conforme a conclusão apresentada no livro de Angela GOMES. *Burguesia e Trabalho*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979. Neste a autora salienta que a “ideologia da outorga”, ou seja a entrega das leis trabalhista pelo Estado, corresponde à representação do Estado paternalista muito difundida no país e na qual fica subestimado “a relação entre a doação ou antecipação do Estado e a prática das classes sociais envolvidas no processo e aí, não apenas a do operariado, como também a do empresariado.” p. 46.

¹⁰⁰ Afirma Maria do Carmo FALCÃO, a respeito desses resultantes do subdesenvolvimento: “Os países do Terceiro Mundo guardam, na maioria dos casos, enorme selvageria econômica,

'ordem social' correspondente ao projeto econômico a que serve."¹⁰¹ E assim, mediante o compromisso econômico de desenvolvimento da industrialização, cada vez mais tornou-se inevitável o controle dos artifícios deste empreendimento. Controle este realizado via reconhecimento da cidadania de alguns brasileiros, sob critérios bem precisos.

No entanto, a idéia de Estado como uma entidade supra-sociedade não é a que defendo. Ao contrário, percebo e o tomo como um agente resultante das relações entre as classes sociais dentro do País, ou seja, ao mesmo tempo que expressa os interesses das classes detentoras do capital, articula as forças sociais prementes da estrutura econômica que não pertencem ao primeiro grupo. Se este detêm o direito ao uso da violência, o direito a determinar a instância legislativa e judiciária, a manipulação destes poderes dar-se-á somente nos limites que os diferentes grupos sociais o permitem e, assim sendo, o Estado é uma dimensão da sociedade civil funcionando por meio de um conjunto de instituições. As experiências de seu Hilcar Leite como representante sindical atestam minhas colocações. Pois mesmo havendo um grande monitoramento da ação sindical, o Estado, muitas vezes teve que ceder para não perder.

"(...) Havia, por exemplo, uma empresa chamada FON-FON, que estava com os salários atrasados. O pessoal me chamou, me deu os dados, e fui lá. Na hora, o representante do sindicato disse: 'O nosso companheiro Hilcar Leite é quem vai expor.' Tínhamos elaborado um trabalho - evidentemente o trabalho não era só meu, era de toda a equipe trotskista - em que mostrávamos que a empresa não pagava, não porque não tivesse renda, mas porque estava aplicando a renda fora, em outras coisas. Se deixasse de desviar recursos, ela teria dinheiro para pagar em dia. No final veio a decisão: 'O presidente da Junta, diante dos argumentos mostrados aqui, decide que a parte dos empregados tem razão.' Esse tipo de coisa fazia parte

redundando em altas taxas de desigualdade social, regimes políticos autoritários, grande endividamento externo e a pobreza banalizada. Estes fatores consagram o perfil do Estado Assistencial." In: *Os direitos (dos desassistidos) Sociais*, p. 115.

¹⁰¹ Heloisa OLIVEIRA. *Assistência Social: Do Discurso do Estado à Prática do Serviço Social*. Editora da UFSC, Fpolis, 1989, p.23.

da luta diária. É parte da militância sindical a defesa diária dos interesses dos trabalhadores. Não importa o envoltório, o fundamental era o conteúdo.”¹⁰²

O imbricamento social estabelecido entre Estado e os grupos que o formam, levou-o a tomar uma postura conciliatória a fim de estabelecer e estabilizar as relações de dominação do capital sobre o trabalho.

Foi sob a perspectiva de Estado abstrato às relações sociais que Vargas, ao instaurar o Estado Novo, julgou destruir a “*arena de lutas estéreis*”¹⁰³, ou seja, ter dado um basta aos movimentos populares e partidários existentes. Mas esta possibilidade é remota, desde que o espaço de diferenciação entre as classes, a sociedade capitalista em todo o seu conjunto, se manteve. No entanto, não posso desconsiderar que a repreensão organizada durante os anos de 1937 a 1945, impossibilitaram a formação de um espaço público de contestação, sendo que as manifestações ocorridas foram resultados das prementes necessidades das classes sociais. Havia reclamações das condições de consumo de bens primários, tanto quanto a solicitação do cumprimento da CLT, entre outras.¹⁰⁴

O período da 2ª. Guerra Mundial, no qual a produção brasileira cresceu enormemente em decorrência do aumento da demanda, foi de extrema repressão, controle e submissão dos operários aos interesses dos empresários, protegidos pelo Estado ditatorial que almejava realizar o *crescimento* da Nação.¹⁰⁵ O trabalhador, neste

¹⁰² Angela GOMES, *Velhos Militantes - ...*, p. 174.

¹⁰³ In: *Coletânea de documentos históricos para o 1o. Grau*. “Pronunciamento de posse de Getúlio Vargas, 10/11/1937”. Secretária de Estado da Educação - CENP. São Paulo, 1978.

¹⁰⁴ No texto: “Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros”, In: LEITE LOPES, José Sérgio, org. *Cultura e Identidade Operária*. Marco Zero, RJ, 1985. Há uma exemplificação intensa das reivindicações operárias e empresariais ocorridas durante o Estado Novo.

¹⁰⁵ Ver M. Célia PAOLI. “Trabalhadores e cidadania...”, p. 61-64.

contexto, foi definido como o soldado de uma guerra interna, pesando sobre ele todos os ônus de garantia da *vitória* do desenvolvimento sobre o atraso econômico. Portanto, nestas condições o trabalho perdeu um pouco de sua configuração anterior, para tornar-se a condição *sine qua non* da exploração. Da experiência coletiva do sindicato e das reivindicações, o trabalhador passa a luta individualizada e solitária de resguardar-se das infinitas formas de exploração que a justiça trabalhista e os interesses de seus patrões lhe afligia. Como afirma Maria Célia PAOLI: “*a superexploração do trabalho voltou a ser o padrão aberto que comandava a acumulação do capital industrial, aceito pela sociedade e justificado pela lei.*”

Além disso, os sindicatos autônomos e qualquer movimento de esquerda eram perseguidos e para contrabalançar, a propaganda a favor do governo era escancarada.

Como afirmou Hilcar à pergunta abaixo:

“*Havia, se não um aplauso, ao menos uma adesão ao regime [do Estado Novo]?*

Claro, tanto mais que o grosso da população era partidário dos Aliados, e o governo se aproveitou disso para puxar a sardinha para o próprio prato. ‘Dê ouro para o Brasil’, ‘As pirâmides da vitória’... Era preciso trabalhar para que os Aliados vencessem. O governo, no que era possível, melhorava a aplicação das leis sociais em pontos sem a menor importância política. E o pessoal ficava satisfeito. Aí é que os pelegos se transformaram em dirigentes mesmo, começam a ter massa própria.

(...)

A coisa mais difícil era a gente tentar mostrar a verdade, porque ninguém acreditava. A massa de propaganda era imensa, pelos jornais, pelo rádio. Todo mundo ouvia as palestras do Marcondes Filho. Não é à toa que a Rádio Mauá, que era a rádio do Ministério do Trabalho, começava a irradiar às cinco horas da manhã (...)¹⁰⁶

Quando terminou o Estado Novo, em 1945, outros rumos foram tomados na relação de trabalhadores, patrões e Estado. O caráter democratizante da nova Constituição, como o direito de greve, permitiu a rearticulação dos protestos. Exemplo disso, foram as greves agitadas ocorridas nos anos de 1946 e 1947 e,

¹⁰⁶ Angela GOMES, *Velhos Militantes ...*, p. 188.

consequentemente, a motivação para a reelaboração da identidade operária e do valor atribuído ao trabalho.¹⁰⁷ A experiência anterior, como em todas as circunstâncias, não foram anuladas e foi a partir daquelas que se pautou o novo momento. Assim sendo, a crença fiel na autonomia da legislação trabalhista foi substituída pela certeza de que, sem haver manifestação e assentamento dos limites desejados pelos trabalhadores, era impossível efetivar-se seus direitos.

O trabalho continuou revestido da mesma áurea, ou seja, de redentor do atraso econômico que, desde a revolução de 1930, lhe foi atribuída. Mas o grande resultado da experiência vivida pelos trabalhadores nos anos da 2ª. Guerra Mundial, foi a mudança na forma deles encararem a tutela do Estado sobre suas questões de direito. Os governos que se seguiram no período da *Redemocratização* foram cada vez mais ampliando a voz dos trabalhadores a fim de garantir-se no poder, mesmo que muitas vezes o direito de falar não lhes concedia o direito de serem ouvidos, também.

Durante o período da *redemocratização* foram reforçados antigos ideais dos grupos dirigentes. O processo de constituição de uma outra circunstância histórica iniciou-se entre 1956-1960, anos decisivos para a metamorfose do Brasil agrário em industrial¹⁰⁸. A viabilização desta mudança foi assumida por Juscelino Kubitschek. O ideal do desenvolvimento consequente da industrialização, propôs em seus discursos, a construção de uma Nação forte, que primaria pelo bem-estar de todos os brasileiros.

¹⁰⁷ As palavras de M. C. PAOLI, combinando poesia e análises profundas, aponta os resultados finais da experiência do Estado Novo: “Desse modo, a natureza ambígua dos direitos promovidos pelo Estado - seu sucesso em promover identificações e seu relativo fracasso em produzir cidadãos a partir da idéia de justiça social - mostra uma experiência política de integração social cujo espaço é feito de práticas múltiplas, que continuam vivas apesar de o espetáculo estatal ter aparecido como ato único.” p.65.

¹⁰⁸ Ver O. IANNI. *Estado e capitalismo*. 2ª ed. SP. Brasiliense, 1989.

Assim sendo, a ideologia, rotulada de nacionalista e mais tarde desenvolvimentista, açambarcava todos os elementos da Nação, fazendo convite acalorado à sua construção, na qual alguns entrariam com seu espírito empreendedor e outros, a maioria, contribuiriam com sua força de trabalho e consumo. O otimismo, tão marcante desses discursos, materializa-se na classificação do país numa condição provisória: “em vias de desenvolvimento”. O futuro passa a ser a próxima estação, na qual desembarcaria a riqueza, a justiça social e toda a glória possível.

“Na organização da vida nacional cabe-lhes [aos trabalhadores] papel de alto relevo, eis que representam poderosa força na promoção da grandeza da Pátria! Distribuídos pelos mais diversos setores de atividades, entregando-se aos mais variados misteres, eles se devotam dia por dia, hora por hora, ao trabalho continuado e honesto, do qual eles se engrandecem e o país se torna mais forte.”¹⁰⁹

Transformar o país numa potência econômica era desafio assustador. No entanto, possível, já que havia recursos naturais e mão-de-obra em grande quantidade, inexplorados. Era, portanto, preciso investir: em tecnologia para racionalmente explorar as riquezas naturais e “concientizar” cada brasileiro da força de trabalho que ele possuía. Proposto o objetivo, pude encontrar centenas de vezes propagandas, discussões políticas e sociais, formulação de explicações para os problemas do país e muitos outros enunciados tendo como elemento sistematizador a questão do trabalho.

Em 1962, realizando um Curso de Programas e Projetos, o engenheiro Annito Zeno Petry, afirmou:

“Pessoa Humana: Maior riqueza do País.

Ao homem - força de trabalho - e elemento ativo do processo de desenvolvimento, devem ser oferecidas condições de higiene que lhe permitam a utilização total de suas energias (...)”¹¹⁰

¹⁰⁹ *Jornal A Gazeta*. “Mensagem ao Trabalhador Catarinense”, de Heriberto Hulse. Fpolis, Ano XXV, n. 6.529, em 01/05/1960, p. 1.

¹¹⁰ *Jornal A Gazeta*, “Pessoa humana: Maior riqueza do País”, de Annito Zeno Petry, Fpolis, Ano XXVII, n. 7069, de 27/03/1962, p. 5.

O engenheiro defendia uma proposta de saneamento público partindo da premissa de que sem este, o homem, “maior riqueza do País e do processo de desenvolvimento”, estaria limitado em suas potencialidades.

As próprias campanhas políticas buscam na valorização do homem trabalhador a base de sua estratégia eleitoral, como foi o caso de Adhemar de Barros, quando candidato à presidência do país:

“ (...) O homem do Brasil produz menos do que a sua imensa capacidade exige. A melhor parcela deste potencial é malbaratado na rude e dramática conservação da própria vida. Em termos monetários o homem do Brasil produz anualmente mais de um trilhão e cem bilhões de cruzeiros em bens de raiz e de consumo. Isto representa uma força imensa de conjunto a ser posta à serviço de sua valorização. Só assim deixará o homem de servir aos grupos privilegiados do governo.”¹¹¹

O discurso é direto entre candidato e trabalhador, entre aquele que produzia um valor extraordinário de riqueza que, no entanto, era ludibriado por interesses mesquinhos, e aquele que, reconhecendo o valor do homem do Brasil, passaria a defendê-lo, caso fosse eleito.

Não era apenas o político almejando a eleição que se lembrava do trabalhador, também quando eleito mantinha seus laços de intenso *respeito* a este sujeito social. Este é o caso das palavras do Prefeito de Florianópolis Acácio Santiago:

“Na data consagrada ao trabalhador, o Prefeito de Florianópolis, cumprimenta a todos os que com seu labor motivam o engrandecimento da Pátria e das condições sociais do povo brasileiro, fazendo os melhores votos pela plenalização do primado do trabalho.”¹¹²

O homem fazia, com seu trabalho, crescer o país e melhorar as condições de vida do povo, desejando, como felicidade, a realização do trabalho em toda a sua

¹¹¹ Jornal *A Gazeta*, “Quanto Produz o Homem do Brasil”, de Adhemar de Barros, Fpolis, Ano XXV, n. 6616, de 25/08/1960, p. 5.

¹¹² Jornal *A Gazeta*, “Saudação do Prefeito aos Trabalhadores”, de Acácio Santiago, Fpolis, Ano XXXI, n. 7618, de 01/05/1966, p.1.

extensão. O trabalho era a pedra mágica que todos os poderes instituía a quem o realizava e, assim pensando, o Tribunal Regional Eleitoral organiza propagandas a fim de garantir que o maior número de eleitores possíveis comparecessem às eleições de 1960:

“Tu que estás integrado no complexo econômico da Nação; dedicando-se ao comércio, à indústria, à agricultura, ou a qualquer outro ramo, também deves integrar-te no processo político, fazendo uso do direito do voto (...)
 Todo cidadão que contribui para a grandeza econômica do País deve também contribuir para a sua grandeza administrativa, usando conscientemente o voto.”¹¹³

Quem era o eleitor senão o trabalhador, aquele que pelo seu trabalho participava da construção da grande Nação. O direito de votar era uma extensão do trabalho que o indivíduo realizava. Votar era completar a integração à sociedade e nada caracteriza tão bem a cidadania como o direito de voto. Os próprios empresários, envolvidos no novo discurso, passaram a perceber o trabalhador por esta ótica. É desta forma que um rico proprietário, o senhor Lauro de Souza Carvalho, apresenta seus empregados como *colaboradores*:

“Contamos com o esforço de centenas de devotados colaboradores, distribuídos em nossas organizações, que se estendem por sete Estados do Brasil empregando milhares de pessoas e implicando em consideráveis investimentos. Preocupados em alcançar, com novas lojas e fábricas, todo o território nacional, esforçando-nos para ajudar a construção do ‘Grande Brasil’, na expressão feliz de Augusto Frederico Schmidt.”¹¹⁴

Não é apenas o trabalhador que é um colaborador do empresário, este por sua vez, realiza o objetivo maior, que é a construção do *Grande Brasil*. Sem o seu poder investidor como poderiam aquelas *milhares de pessoas* realizar sua parte no grande

¹¹³ Jornal *A Gazeta*, “Nota do T. R. E. - Catarinense!”, Fpolis, Ano XXV, n. 6529, de 01/05/1960, p. 1.

¹¹⁴ Jornal *Diário de Notícias*, “Como emplacar 100 Anos - A vida depois dos 40”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXV, n. 12.927, em 10/01/1964, 2a. seção, p. 2.

projeto? Projeto este que era de todo um país e não apenas de um setor e, assim sendo, as relações de intertextualidade não dizem respeito apenas a forma como delimitavam-se os membros da Nação, mas também como pensavam em organizá-la a partir da ação destes. É desta forma que Juscelino Kubitschek, ao referir-se à sua meta-síntese, atribuiu sua realização aos trabalhadores e os colocou como soldados defensores de um ideal nacional - o avanço, a modernização e a riqueza:

“Tenho um interesse todo especial em vos dirigir a palavra, trabalhadores, neste 1º de Maio, ao falar-vos daqui de Brasília - cidade erguida pela energia de nossos trabalhadores, prova de eficiência, capacidade e dedicação do operário brasileiro. (...) Posso agora proclamar que caminhamos 50 anos e o faço diretamente a vós trabalhadores como a um exército já vencedor na 1a. batalha.”¹¹⁵

No projeto proposto, os trabalhadores e sua atividade adquirem novos papéis, cuja contestação e exigência de maior autonomia são inevitáveis. O empresariado, portanto, precisou mudar substancialmente a forma como relacionava-se com estes. Surgiu neste contexto a premiação aos mais antigos trabalhadores e outras maneiras de fazer os indivíduos acreditar na sua importância dentro do espaço produtivo.

Exemplifica este momento o relato de parte do discurso proferido no “Dia da Indústria”, em 1956, quando os mais antigos operários da indústria paulista, almoçaram ao lado de autoridades civis e militares e de industriais, receberam medalhas de ouro e foram homenageados com as seguintes palavras de Antônio Devisate, presidente da FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo):

“...[o encontro era a] exaltação do trabalho persistente, tenaz (...) entre os milhares de operários paulistas os mais antigos, aqueles que têm dedicado sua vida às atividades na indústria (...) E a estes queremos dizer-lhes, num reconhecimento público, um muito obrigado

¹¹⁵ *Jornal A Gazeta*, “Discursos proferido por JK em 01/05 - Dia do Trabalho”, Fpolis, Ano XXV, n. 6537, de 12/05/1960, p.6.

pelo esforço realizado. Eles simbolizam a admirável têmpera de nossa gente e a fidelidade às empresas onde trabalham e mourejam.”¹¹⁶

Também em Santa Catarina, em rela o ao polo industrial de Joinville, a prática de elogiar e condecorar antigos trabalhadores era comum:

“Uma das coisas que vem prendendo a aten o dos dirigentes de indústrias é a parte social de seus colaboradores. Por todos os meios os industriais vem dando o apoio as iniciativas sociais aos seus empregados e operários.

Joinville, o maior parque industrial de Santa Catarina é o município que mais contribuiu para os cofres públicos no Estado, é o exemplo do que podemos chamar de verdadeira amizade entre patrões e empregados.”¹¹⁷

Esta forma de rela o evidenciada por um *respeito* ao trabalhador fica bem demonstrada nas comemora es do Dia do Trabalho, 1o. de maio, tão comuns e intensas durante os primeiros anos da década de 1960 e, que foram tendo menor importância a partir de 1966, em decorrência da organiza o dos governos militares.

Em 1961, João Goulart fez uma mensagem calorosa aos trabalhadores brasileiros:

“Nesta data de tão profunda significa o para todos nós, não poderia eu, firmado nos laços e compromissos que, de há muitos anos, me prendem à luta das classes obreiras do meu país, deixar de trazer-vos a reafirma o de minha solidariedade e do firme propósito de continuidade de nossos esforços comuns na caminhada árdua e longa em busca da justiça social. (...) Representais, valorosos trabalhadores, na comunidade nacional, uma de suas mais expressivas e ponderáveis forças. Ninguém mais, hoje em dia, poderá recusar-vos, pela vossa maturidade, audiência e presença na soluço dos problemas de maior significa o para a segurança de nossa soberania e o bem estar de nosso povo.”¹¹⁸

Maturidade, audiência e presença, estas palavras de João Goulart pontuam muito bem as outras formas pautadas de perceber os trabalhadores nos anos que antecederam ao governo militar. A estratégia política era bastante sutil. O chamado

¹¹⁶ Boletim Informativo, n. 334 de 27 de fev. de 1956. In: TREVISAN, Maria José. *50 Anos em 5 ... A FIESP e o Desenvolvimentismo*. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 88.

¹¹⁷ *Jornal A Gazeta*. “A Indústria e seu Campo Social”, do correspondente de Joinville, Fpolis, Ano XXIX, n. 7.255, em 02/12/1962, p. 8.

¹¹⁸ *Jornal A Gazeta*, “Mensagem do vice-presidente João Goulart aos trabalhadores brasileiros”, João Goulart, Fpolis, Ano XXVI, n. 6809, em 03/05/1961, p. 6.

populismo, a política de então, buscava o equilíbrio quimérico entre as reivindicações das classes operárias e a expansão do capital.¹¹⁹ Os trabalhadores, por sua vez, eram numerosos e mesmo com seus sindicatos totalmente regulados pelo governo, expressavam uma força, não pelos motivos que a classe dirigente lhes atribuía, de construtor da *grande Nação*, mas sim pelo peso político e exigências que faziam.

As experiências anteriores a 1935 não haviam sido sepultadas e eram exatamente os velhos militantes com seu *know how* que incitavam os novos trabalhadores à luta. Pois se o governo insistia em criar uma lógica otimista e desenvolvimentista para a época, os mais experientes trabalhadores lembravam que a liberdade ora concedida não podia ser desperdiçada.

É preciso considerar, também, que o acelerado processo industrial realizado a partir de 1950, com dependência ao capital externo, atraiu grande camada da população rural para o meio urbano. Esta população aglutinada em torno da fábrica, procurou criar novos referenciais que substituíssem os laços de camaradagem, que o meio rural oferecia. Decorrente destes anseios, os trabalhadores encontraram em políticos carismáticos, como Getúlio Vargas, o emblema da proteção. Mais tarde, as figuras de Juscelino Kubstcheck, Jânio Quadros e de João Goulart, também carismáticas, conclamaram o povo a tornar-se “brasileiro”, trabalhando por seu país. Desta forma o grupo dos trabalhadores ficou, a grosso modo, dividido em dois: um

¹¹⁹ Afirma Otávio IANNI, a respeito: “a ideologia populista tende a diluir as linhas que distinguem as classes sociais e marcam os seus antagonismos, ao valorizar positivamente todas as manifestações da aliança policlassista. Em nome do nacionalismo, por um lado, e da industrialização e reforma agrária, por outro, negam-se ou minimizam-se as contradições de classes. Os movimentos, partidos e governos populistas - principalmente estes - preconizam a ‘paz social’, a ‘harmonia das classes’ ou a ‘aliança entre o capital e o trabalho’. Os inimigos são a oligarquia (patrões, caciques, caudilhos, gamonales, coronéis) e os interesses estrangeiros ou o imperialismo.” In: *A formação do Estado Populista na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 160.

grupo mais antigo que tinha uma trajetória sindical mais ampla e o segundo, que formado pelos emigrantes, apegavam-se com maior intensidade aos discursos populistas.

O discurso desenvolvimentista explorou a divisão existente entre os trabalhadores, caracterizando a causa dos problemas nacionais como “a pobreza nacional”, ou seja, a pobreza como um mal geral e não específico de uma classe que era explorada e marginalizada; pois se a pobreza pode representar para a classe social que a vive: fome, doença, desabrigo, analfabetismo e uma velhice doentia, entre outras coisas; para o país, segundo o discurso, representava apenas dificuldades de expansão da produção e oneração dos gastos públicos. Desta forma, o discurso reivindicatório do grupo mais antigo de trabalhadores caía no vazio. As vítimas do sistema capitalista, como diria um sindicalista, tornavam-se os vilões do atraso econômico, conforme a representação criada sobre os problemas nacionais.

Mediante esta representação da pobreza, para combatê-la era necessário produzir a riqueza nacional. Ou seja, era preciso a contribuição de todos para a formação do capital, que geraria o impulso necessário à produção e modernização da indústria e a partir da qual, ocorreria a “natural” redistribuição da riqueza via salários, sanando então os problemas decorrentes da pobreza particular e irradiando para sempre a pobreza nacional. A fórmula parece lógica, no entanto a etapa da redistribuição foi constantemente protelada, mediante a existência de outros elementos constituintes deste processo histórico. Tanto quanto o atendimento aos não-trabalhadores, como no caso dos aposentados, ficava deslocado na proposta.

Se o discurso desenvolvimentista e populista era propalado pelo governo, certamente a oposição política fazia críticas a ele. No entanto, a disputa política ia apenas do extremo situacionismo que defendia o desenvolvimentismo, vendo-o como projeto redentor, ao oposicionismo possível, que apenas exigia o cumprimento *fidel* da legislação trabalhista. A lógica criada para interpretar os problemas nacionais era compartilhada por ambos, tanto que Fernando Ferrari, político udenista, afirmou:

“Lutamos - é o próprio parlamentar quem declara - pela implantação no país do autêntico trabalhismo, isto é, de um sistema político que consagre o trabalho como fator principal da produção e o aceite como base moral da propriedade. Nossos objetivos podem resumir-se no seguinte: nenhuma criança sem escolas por motivo de pobreza. Nenhum lavrador sem terra, por falta de crédito para adquiri-la. Nenhuma família sem casa por ausência de recursos para comprá-la. Nenhum trabalhador envelhecerá com medo por ausência do seguro social”¹²⁰

O político critica seriamente o governo e o descaso aos trabalhadores, porém, como homem de seu tempo, percebia os trabalhadores sob a mesma ótica do discurso oficial que os chamava de colaboradores. Era apenas um populista de oposição. Exigia o respeito aos direitos dos trabalhadores aproveitando o ensejo de definir-se como pertencente a um partido que de fato poderia defendê-los.

Intenções partidárias à parte, as contradições do populismo estavam colocadas, pois este juntamente com o projeto desenvolvimentista, ao construir o trabalho como meio eficaz de elevar o país “à condição de Nação líder no Mundo”¹²¹, no interior do qual, desarticulou a expressão política dos trabalhadores, estabeleceu os meios de constituição de uma sociedade civil, garantindo a liberdade de expressão e, como

¹²⁰ Jornal *A Gazeta*. “Fernando Ferrari à Imprensa: Lutamos pela implantação do trabalho, como fator moral da produção e da propriedade”, Fpolis, Ano XXVII, N. 6935, em 04/10/1961, p. 6.

¹²¹ Jornal *A Gazeta*, “Dia do Comerciante”, Fpolis, Ano XXV, n. 6586, em 16/07/1960, p. 2.

afirmou seu Hilcar, permitindo em muitas ocasiões que a luta diária não fosse esquecida.

Devido a esse tiro pela culatra, o populismo alcançou seu limite máximo. Ele não consegue mais sozinho garantir a acumulação do capital e conter os conflitos sociais. A liberdade concedida foi novamente capitulada. Seu Hilcar, que em 1986 ainda participou das campanhas eleitorais, delimitou com muita clareza o impasse que ficou firmado em 1964:

“Nesses anos todos [anos 30, 40, 50 e 60] o getulismo, utilizando os mais diferentes aliados, defende os interesses dos possuidores - industriais, senhores de terras - com a participação controlada, pelo menos politicamente, das massas. Com o novo desenvolvimento, essa participação popular se torna muito mais perigosa. A economia no Brasil tinha chegado a um beco sem saída, a burguesia não tinha fundos para enfrentar uma nova fase. Era preciso criarem-se novas condições, muito bem expressas pelos homens que chegaram depois de 64: a abertura ao capital estrangeiro e o direcionamento de toda a economia para o mercado externo.”¹²²

Dentro desta nova circunstância muitas coisas precisavam ser mudadas. Os governos militares tentaram, então, redimensionar a questão do trabalho, salientando que os trabalhadores eram os construtores, mas precisavam ser obedientes e pacíficos para de fato colaborarem com o país.

A tentativa de estabelecer novas bases para o relacionamento entre empresários e trabalhadores estava, também, ligado ao processo internacional, conhecido como Guerra Fria, no qual os interesses capitalistas estavam digladiando-se com as propostas comunistas de articulação do operariado e da própria saída do subdesenvolvimento, realidade comum aos países latino-americanos. Partindo deste ponto de interpretação, a imagem esculpida de colaborador para o trabalhador era uma das formas de precaver-se das idéias comunistas, anti-imperialistas e nacionalistas presentes. Foi neste sentido que

¹²² Angela GOMES, *Velhos Militantes...*, p. 199.

se expressou o diretor presidente da Fundação Tupy S A em 1o. de maio de 1966, quando salientando os problemas nacionais destacou o dever de cada *colaborador*, que se mantendo confiante e pacífico, permitia a solução dos mesmos. Também nesta data os mais antigos trabalhadores foram homenageados. Entre eles estava o Sr. Arno Schwarz, que recebeu uma medalha de platina, em homenagem aos 45 anos de trabalho. Este homem, fotografado, tinha cabelos brancos e uma feição bastante envelhecida, já havia trabalhado quase meio século e ainda continuaria.

Dizia a reportagem:

“Em reconhecimento aos méritos de veteranos colaboradores, foi, a seguir, feita a outorga de medalhas alusivas aos anos de trabalho, tendo mais de uma dezena de colaboradores da Fundação Tupy S.A recebido medalhas de 20, 25, 30, 35 e 45 anos de atividades na Empresa.”¹²³

Porém, dentro desta nova relação reguladora, o 1o. de maio foi perdendo expressão para que outras comemorações viessem ocupar seu lugar. Este é o caso do “Dia Nacional da Família”, criado por Castelo Branco.

“(…) Instituído por lei presidencial, a efeméride de hoje, bem merece o apoio de todos, visto que é a família a célula ‘mater’ de uma Nação. (...) O Brasil, país tradicionalmente cristão, não poderia deixar de festejar tão importante data, pois o Dia Nacional da Família, é o próprio dia da nacionalidade.”¹²⁴

O que fazia o Brasil crescer não é mais o trabalho, mas a ordem, valor este assegurado pela família que, quando autoritária e ordeira, era o modelo em diminuto do governo que se estabelecia. Afinal, o novo regime tinha um desafio a superar. Segundo

¹²³ *Revista do Sul - o Vale do Itajaí*, “Noticiário de Joinville - 1o. de maio na Fundação Tupy S.A”, Itajaí, Ano XXIII, n. 175, Maio e Junho/1966, p. 14 e 15.

¹²⁴ *Jornal A Gazeta*, “Hoje: Dia Nacional da Família”, Fpolis, Ano XXIX, n. 7269, em 11/12/1964, p. 8.

os discursos que justificaram o “Golpe Militar de 1964”¹²⁵, era preciso colocar “a casa em ordem”; desfazer a “anarquia” que os subversivos haviam lançado. De fato, era preciso oferecer condições atraentes para o capital estrangeiro instalar-se, tal como, fontes energéticas abundantes, infra-estrutura viária adequada e mão-de-obra de baixo custo, garantida por uma política salarial rígida e sistema educacional deficiente.¹²⁶

Os governos militares, também, alteraram consigo a noção de cidadania, pois se no período da ditadura de Vargas, sua definição estava atrelada a regulamentação das profissões, a existência da carteira profissional e a organização do sindicato nos moldes governamentais, no outro período ditatorial vivido pela sociedade brasileira, com a instalação da ditadura militar em 1964, a cidadania viu-se ainda mais regulada, pois era vinculada ao controle dos benefícios pela unificação do sistema previdenciário e ao estabelecimento de uma política salarial que não permitia a livre negociação. A cidadania torna-se concessão possível apenas aos “filhos pródigos” que, voltando à casa paterna, submetem-se obedientemente às ordens dadas. Todo espaço de debate político foi, gradativamente, abafado.

Mas as experiências já haviam sido somadas. A face enrugada e os cabelos brancos carregavam em si muitas vitórias e derrotas. Era impossível esquecê-las.

¹²⁵ As análises realizadas no livro de José Luiz FIORIN, *O Regime de 1964*, muito esclarece a respeito das intenções discursivas dos militares brasileiros de 1964. Para exemplificar minhas afirmações: “Como a nação é um quere-ser único, uma aspiração, o Estado é o sinal visível desse querer-se único, e portanto, uno e indiviso. Reside aqui um dos pontos cruciais da manipulação discursiva: o Estado é o sujeito operador que realiza a conjunção entre o sujeito de estado “Brasil” e o objeto-valor “ordem” e a nação, sendo um querer-ser que implica um querer-fazer, é apenas uma modalização do Estado”. p.41-42.

¹²⁶ Ver Wanderley SANTOS, *Cidadania e Justiça...*, Campus, SP, 1979. “O controle sindical e o controle do salário profissional foram as formas autoritárias encontradas para compatibilizar os objetivos de acumulação acelerada, modernização tecnológica da economia e baixo nível de investimento educacional.” p. 105.

Mesmo porque a velhice não tinha mais os mesmos significados, por isso não era o tempo de aposentar a militância. Era apenas o tempo de retomar a luta e dar-lhe nova direção. Os que lutaram não eram simplesmente os velhos, mas sim os inativos.

II.2 - Inativo - a face envelhecida da cidadania:

O sujeito inativo é construído na história brasileira por diferentes meios. Sua matriz geradora é a história da cidadania e, portanto, o inativo não é outro senão um trabalhador que envelheceu, com muitas experiências de reivindicação, que assumia a cidadania regulada, constituída em sua relação com a sociedade brasileira. Analisar a construção deste sujeito é fazer uma abordagem do sistema previdenciário, da instância legislativa e administrativa do Estado Brasileiro, campos nos quais travaram-se as relações históricas entre velhos e Estado.

Foi exatamente através do dispositivo legislativo da constituição de um sistema previdenciário que o governo passou a pautar sua relação com os velhos. Apesar do termo genérico, é bom ressaltar, que nem todos os velhos eram “merecedores” da atenção do Estado. Muitas das pessoas maiores de 65 anos não eram consideradas cidadãs, ou seja, não poderiam usufruir dos benefícios concedidos àqueles que estavam atrelados ao Estado.

O sistema previdenciário, criado em 1966, era um desdobramento das funções do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado em 1923 e que depois transformou-se no Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Este órgão era composto por representantes dos empregados, dos patrões e por funcionários do governo que, *neutros*, por serem técnicos e especialistas, regulavam a constituição das Caixas de

Aposentadorias e Pensões (CAPs) e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)¹²⁷.

Como todo o governo, o DNT funcionava para garantir o processo de acumulação, fazendo com que as associações previdenciárias velassem as desigualdades sociais geradas pelo próprio sistema. Neste sentido Clodoveu D'Oliveira, presidente do Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, julgando-se portador de *objetividade* e *neutralidade*, afirmou em relação ao funcionamento da CAP dos Estivadores:

“A existência de 8% de maiores de 59 anos (...) é um pesado encargo no custo dos serviços de transporte, pois demonstra que somente 92% dos trabalhadores em estiva é que realmente podem fazer jus aos salários recebidos”¹²⁸

A lógica era perceber apenas os *verdadeiros* trabalhadores, desqualificando aqueles que por sua idade já não possuíam a mesma produtividade e em breve teriam direito a aposentadoria. As questões que os preocupavam era o encargo financeiro das aposentadorias, por quanto tempo teria a CAP que sustentar aquele *ônus*, quantas pensões, após a morte, os dependentes do aposentado teriam direito e outras preocupações nesta perspectiva das finanças. O objetivo da discussão era um só, reduzir gastos, da CAP e do patrão. No entanto, até 1953, enquanto as CAPs e os IAPs existiram como representantes de profissões específicas, as oportunidades de lutas por estes direitos eram maiores, pois a rentabilidade de determinados processos produtivos oferecia a seus empregados melhores benefícios. A partir da unificação previdenciária

¹²⁷ Maiores informações do processo histórico da Previdência Social no Brasil pode ser encontrado em: Antônio PAIM; Vicente BARRETO. *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. EDUSP, SP, 1989, p. 271-277.

¹²⁸ Apud Kazumi MUNAKATA. *A Legislação Trabalhista no Brasil*, p. 74.

os setores profissionais ficaram iguados e o Estado Militar torna-se o grande mentor de qualquer concessão.

Muito antes disso, porém, o Estado foi tomando conta do controle da assistência ao trabalhador, substituindo com suas ações atividades sindicais que funcionavam como chamariz, tal como: atendimento médico e odontológico, distribuição de alimentos etc. Além de anular este trunfo dos sindicatos autônomos, o Estado, procurando conter as reivindicações sempre constantes e velá-las com serviços assistenciais, cria em dezembro de 1949 o serviço do SAMDU (Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência), tendo por objetivo prestar assistência médica domiciliar e de urgência aos segurados em geral. Anteriormente, criou o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), que servia para o abastecimento dos produtos alimentícios da cesta básica a preços mais acessíveis¹²⁹. A própria LBA (Legião Brasileira de Assistência) criada em 1942 a fim de dar apoio às famílias dos homens convocados para a 2ª. Guerra Mundial, a partir de 1969, toma para si a responsabilidade de promover a “implantação e execução da política nacional de assistência social para o cidadão e a família”.¹³⁰

Em 1953, dá-se a primeira tentativa de unificação dos IAP's, sendo que todas as categorias profissionais passaram a ter suas instituições patrocinadas, majoritariamente, pelo Estado. No entanto, será em 26 de setembro de 1960, que é promulgada a “Lei Orgânica da Previdência Social”, uniformizando os benefícios e serviços oferecidos

¹²⁹ Ver *Jornal A Gazeta*, “Histórico da Previdência Social”, de Antônio Carlos Brito, Fpolis, Ano XXIX, em 23/07/63, p.5.

¹³⁰ Estatuto da LBA, de 08/02/1979, decreto n. 83.148, artigo 2o. Apud OLIVEIRA, Heloísa. *Assistencial Social: ...*, p. 94. Os termos do estatuto desta instituição revela nitidamente o interesse dos governos militares.

pelos IAP's, como também garantindo os mesmos benefícios a todos os trabalhadores submetidos à CLT, sendo, então, em 1966, criado o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS¹³¹. A partir deste momento, como já salientei, as possibilidades de articulação e pressão de alguns grupos produtivos são desfeitas, pois a instância previdenciária saiu totalmente do alcance das mãos dos trabalhadores.¹³²

Os marítimos, por exemplo, antes de 1966, tinham garantido, para aqueles que haviam trabalhado durante a 2a. Guerra Mundial, uma lei de aposentadoria que permitia um aposento integral após “desembarque”. A partir da unificação, ficaram estes trabalhadores, que haviam avançado consideravelmente na garantia dos direitos trabalhistas para si, reduzidos às míguas benesses do Estado. No caso da aposentadoria, eles passaram a receber apenas o índice correspondente ao número de contribuições realizadas ao IAPM (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos).¹³³

Anterior a 1966, a discussão da abrangência da Previdência Social tomava conta da imprensa e dos poderes legislativos, caracterizando com nitidez a amplitude da resolução que seria tomada. Pautada por esta discussão a problemática do velho tomou

¹³¹ Ver A. PAIM; V. BARRETO. *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*.

O livro de OLIVEIRA, Heloísa de. *Assistência Social: Do discurso do Estado à Prática do Serviço Social*, discute nas páginas 80 a 86 as articulações políticas realizadas a partir da instituição de um sistema Previdenciário único.

¹³² Entre 1971 e 1973 o quadro de cobertura da Previdência Social completa-se. É criado o FUNRURAL, garantindo assistência ao trabalhador do campo; são formulados, também, as leis que regulamentam os serviços de empregada doméstica e dos profissionais autônomos. A proposta de atrelamento da população trabalhadora ao Estado Previdência Brasileiro exemplifica-se pela rigorosa fiscalização e restritas autorizações para o funcionamento de empresas particulares que ofereciam planos de “montepios”.

¹³³ Informações recolhidos com o ex-combatente da Marinha Mercante Waldy Sant'Anna, em janeiro de 1996.

conta do debate político, jornalístico e científico. Neste sentido Saulo Ramos, senador pelo Estado de Santa Catarina, em 1960, cedeu a seguinte entrevista “A Gazeta”, de Florianópolis:

“Sou francamente pelo monopólio estatal dos seguros, tendo-se em vista que o interesse social não pode ficar ao sabor do privatismo. Salienta-se, ainda, o fato de que a Previdência deve seguir uma sistemática, deve obedecer a uma uniformidade, e, assim, não pode ser colcha de retalhos, demais dentro das tendências sociais de nosso tempo, cabe ao Estado cuidar dos problemas assistenciais do homem e sua família, não podendo semelhante matéria, ficar à mercê de particularismos.”¹³⁴

Saulo Ramos ao afirmar que cabia ao “Estado cuidar dos problemas assistenciais do homem e sua família”, colocou a situação do trabalhador idoso aí implícita. O trabalhismo tão forte na argumentação política não poderia defender a organização de um sistema previdenciário privado, porque isto significaria abrir mão de instrumento poderoso para controlar a massa trabalhadora e garantir a acumulação do capital. Dentro desta visibilidade, o direito à aposentadoria será revestido do caráter de concessão, passando a compor, portanto, o mesmo campo de significação que a assistência ocupava¹³⁵. No ano em que a Previdência Social foi unificada vivia-se no Brasil o primeiro governo do regime militar e segundo seus objetivos, não bastava dizer que o Estado era o grande provedor de toda a Nação, ele precisava garantir meios para que seus membros fossem tutelados, em grande abrangência.

Porém, a aprovação do sistema previdenciário unificado foi morosa. O poder legislativo e executivo tinham uma difícil ambigüidade a resolver. Se por um lado, era

¹³⁴ Jornal *A Gazeta*. “Saulo Ramos e a Previdência Social”. Fpolis, Ano XXV, n. 6513, em 09/04/1960, p. 1.

¹³⁵ Interessante observar que de forma sintomática, até hoje, os termos burocráticos, utilizados pelo INSS, para designar a aposentadoria é *benefício*, e o setor responsável pelo seu requerimento é o *setor de concessão*.

politicamente inviável permitir que o sistema previdenciário funcionasse a revelia do controle estatal, por outro lado, era incoerente ao discurso desenvolvimentista garantir direitos a não-trabalhadores, como seria o caso dos aposentados. Permeando toda a discussão um grande compromisso: garantir que as pressões sociais não viessem a atrapalhar o crescimento econômico.

Hermes Macedo, outro político catarinense, foi categórico ao criticar a concessão de aposentadorias:

“[ele considerava] altamente pernicioso aos reais interesses da Nação as abusivas concessões de inatividade remunerada de pessoas ainda em plena capacidade de trabalho, principalmente quando o país empobrece em consequência da crescente improdutividade de nosso povo (...) O Brasil está se transformando em um verdadeiro país de aposentados, contrariamente ao que ocorre em nações progressistas(...)”¹³⁶

Quem lia estas declarações, quem as comentava? Entre os leitores, certamente, estavam os velhos que percorreram uma trajetória bastante periclitante para constituir-se em trabalhadores, ora aposentados na década de 60, no Brasil. Olímpio, Ciro, Tristão, Pedro Selle, Elvira Boni, Eduardo Xavier, João Souza e Hilcar Leite, eram algumas destas pessoas que presenciaram o debate da aposentadoria, a revisão dos conceitos de pessoa produtiva, no tempo em que estavam vivenciando a velhice.

Como essas pessoas interpretariam as palavras do deputado Hermes Macedo, é uma verdadeira incógnita. Mas, certamente, eles deveriam questionar-se de como poderia ser “*pernicioso aos reais interesses da Nação*” a concessão de uma aposentadoria. A surpresa adviria, principalmente, do fato deles reconhecerem-se como cidadãos, e como tais, merecedores de direitos. Enquanto, o deputado estadual

¹³⁶ Jornal *A Gazeta*, “Brasil: país de aposentados”, do Deputado federal Hermes Macedo, Fpolis, Ano XXX, n. 6 957, em 29/10/1961, p.6.

lembrou-se de “evidenciar” a pobreza que as aposentadorias provocavam ao país, eles, lembravam-se da riqueza que ajudaram a construir.

No entanto, para o governo, era algo preocupante a questão do direito a aposentadoria, tendo o trabalhador plenas condições de trabalho. O maior motivo desta preocupação residia no fato da quantidade de aposentados, na década de 1960, não ter precedentes.¹³⁷ Buscando reduzir estes índices, o governo criou, por diversas vezes, leis que beneficiavam com abonos o salário daqueles que continuassem trabalhando, mesmo tendo atingido o tempo hábil de serviço.¹³⁸

Três anos mais tarde, em 1966, após aprovação do abono acima referido, foi criada uma outra lei, cujo teor era garantir que o indivíduo, completando seu tempo de serviço, pudesse requerer sua aposentadoria e manter-se trabalhando na mesma função, não tendo, porém, o direito à filiação a qualquer Instituto Previdenciário e, conseqüentemente, a uma nova aposentadoria. Tudo isso visava, na justificativa da lei, reduzir a obrigação que “onera e molesta o segurado, avoluma inutilmente os serviços

¹³⁷ Não há catalogado em nenhum setor do atual INSS os dados referentes à quantidade de aposentados nas décadas de 1940, 1950 e 1960. No entanto, os próprios índices de crescimento da população idosa, durante a década de 1960, atestam por si só o número elevado de aposentadorias que poderiam ser requeridas. Além disso, o fato da existência de mais de 140 Caixas de Aposentadorias e Pensões surgidas na década de 1930 e que foram sendo gradativamente unificadas nos Institutos de Aposentadoria e Pensões da década de 1950, comprovam a quantidade significativa de pessoas que próximo a década de 1960 e 1970 possuíam o direito a aposentadoria. Os índices de aposentados tendiam unicamente a crescer, pois as tabulações da “Esperança de Vida ao nascer, segundo as grandes regiões e unidades da federação”, comprovavam isto, tanto para nós hoje quanto para os governos da época:

Região sul	1940	1950	1960	1970
Paraná	45,13	53,82	57,50	64,37
Sta Catarina	51,65	53,92	60,85	66,78
R. Grande do Sul	52,05	57,22	65,17	64,52

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de População, p.228.

¹³⁸ Ver informações do jornal *A Gazeta*, “Aposentadoria Facultativa”, Fpolis, Ano XXIX, n. 7362, em 25/04/1963, p. 1. Nesta reportagem é informado que aos servidores civis, da administração indireta ou direta, será concedido um abono de 20% de aumento sobre o salário, quando tendo condições de aposentar mantiver-se em serviço.

das Instituições, e se reduz, afinal a mera formalidade sem sentido prático.”¹³⁹ Objetivo maior era garantido: mantinha-se o maior número possível de mão-de-obra a disposição do mercado.

Da forma como foi encaminhada, pelo governo, a aposentadoria passa a ser defendida só quando acompanhada de invalidez, de incapacidade para qualquer trabalho. Excetuando-se estes casos, o aposentado tinha mais vantagens em continuar trabalhando do que desfrutar seu direito. Por esta maneira, o governo encontrou uma forma de reduzir a brecha entre discurso desenvolvimentista e prática trabalhista. Pois de fato, o governo reservava melhores condições de vida apenas àqueles que continuassem trabalhando do que aos “incapacitados” ao trabalho.¹⁴⁰ Desta forma, continuou sendo comum a existência de leis que beneficiavam aos trabalhadores na ativa e abandonavam os aposentados que haviam exercido a mesma profissão, alegando, por parte do poder legislativo, que paridade só existia para quem encontrava-se em iguais condições de trabalho, o que desqualificava os aposentados.

A situação de injustiça vivida pelos trabalhadores aposentados em relação aos que estavam na ativa, ainda mantinha uma contradição em uma sociedade que tomava

¹³⁹ Ver *Jornal A Gazeta*, “Não é mais necessário desvincular-se do emprego para obter aposentadoria por velhice e tempo de serviço”, de Antônio Carlos Britto, Fpolis, Ano. XXXIII, em 16/08/1966, p.24.

¹⁴⁰ Interessante observar que nos Estados Unidos da América, apenas a título de comparação, o debate da aposentadoria deu-se em sentido totalmente contrário. Devido as circunstâncias históricas e culturais da nação norte-americana, o debate centrou-se na criação da imagem de uma vida prazerosa após aposentadoria a fim de que os trabalhadores optam-se pela aposentadoria, cedendo lugar aos trabalhadores mais jovens que encontravam-se desempregados. Enquanto no Brasil criou-se o inativo, nos USA o aposentado tornou-se o *sênior citizen*. Ver William GRAEBNER. *A History of Retirement*, In: JAMES, Timothy M. *Os Idosos na América*. Tradução de Mário Salviano Silva. *The Wilson Quarterly*, [USA], n. de Ano Novo, p. 15-21, 1985. “o significado da aposentadoria passou por uma transformação (...) Agora ela era uma forma de lazer, um meio de passar o tempo após a conclusão de uma vida de trabalho; era uma etapa inevitável da existência, mas para ser bem acolhida e até festejada”, p. 19.

como base o trabalhismo. Detectando, uma variante deste problema, o Deputado Estadual Delamar Vieira criou um projeto de lei, tendo como intuito, equiparar alguns benefícios distribuídos pela Previdência:

“O projeto de lei ora apresentado tem por fim sanar clamorosa e injusta disparidade com que o estado compensa o tempo de serviço de alguns servidores, hoje em inatividade, pois não se pode conceber que os anos de serviço de uns sejam premiados diferentemente dos de outros, se todos foram prestados com igual dedicação e sacrifício, em benefício da coletividade catarinense.”¹⁴¹

A argumentação do deputado era bem sustentada. A contribuição em serviço prestada pelo trabalhador não devia ser desconsiderada. O político de oposição frisava, em sua argumentação que, o velho assistido pelo Estado era alguém bem específico, o ex-trabalhador reconhecido pelo Ministério de Trabalho. Por isso, se a cidadania fora concedida, mesmo que regulada¹⁴², não poderia, depois de cessadas as atividades produtivas, ser sustada. Mediante colocações deste teor, o discurso desenvolvimentista encontrava sua coerência com o trabalhismo, ao estabelecer o aposentado como o ex-trabalhador. O Estado, sob esta perspectiva, não estava desperdiçando recursos em setores “não-produtivos”, mas sim reconhecendo seus *fiéis* colaboradores. Foi esculpida, assim, a nova designação: inativo - o sujeito que já esteve na ativa.

Pautaram-se, por este discurso, duas maneiras de encarar a aposentadoria, ou como prêmio ao inativo ou como *ajuda* diante da circunstância que o afastou do trabalho. Neste sentido o Ministro Eduardo Gomes, em 1965, afirmou a respeito:

¹⁴¹ Jornal *A Gazeta*, “Adicional aos que passaram a inatividade anterior a vigência da lei n. 281, de 27/07/1949”, Fpolis, Ano XXVII, n. 6957, em 29/11/1961, p. 6.

¹⁴² Ver Wanderlei SANTOS, no livro: *Cidadania e Justiça ...* “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei.” p.75.

“(..) A aposentadoria deve ser encarada ou como prêmio por trabalhos prestados a uma coletividade, ou como resultado de uma total incapacidade para qualquer espécie de função; nunca, entretanto, como sinônimo de incapacidade física apenas.”¹⁴³

Estas considerações podem revelar a forma sutil com que o governo estabelecia um benefício para ele próprio, com cara de direito para os assegurados, mas também, demonstram a articulação política realizada pelos aposentados, ou melhor, pelos velhos trabalhadores, que buscavam novas garantias a cada momento, pois afinal com todas as leis criadas a partir desta sintonia entre trabalhismo e desenvolvimentismo, eles, também, saíram ganhando.

Toda a tradição de reivindicações, de luta partidária não poderia ser esquecida¹⁴⁴. A mesma Elvira Boni que, em 1919, organizou a 1a. greve de costureiras do Rio de Janeiro, em 1955, era presidente da “Associação de Senhoras de Santa Teresa”. Como tal, organizou diversas manifestações contra a carestia, o aumento dos bondes, a falta de água, enfrentou a Igreja que a acusava de comunista e foi presa pela primeira vez em sua vida.¹⁴⁵ Ela, pessoalmente, não alcançou a aposentadoria por que após seu casamento, em 1922, deixou de trabalhar fora de casa. Mas, muitos outros, homens e mulheres, que participaram das mais diversas greves nos anos que antecederam a ditadura militar, chegaram a aposentar-se, e para estes, continuar

¹⁴³ Jornal *Diário de Notícias*. Coluna: “Como Emplacar 100 anos” - “A Vida depois dos 40”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXV, n. 13054, em 13/06/1965, 2a. seção, p. 1.

¹⁴⁴ A partir das idéias desenvolvidas por THOMPSON, interpreto que o conjunto de experiências vividas pelos velhos os haviam transformado em uma classe. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente se opõem) dos seus.” p.10. (...) “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, está é a sua única definição.” p.12. In: *A formação da Classe Operária Inglesa, vol 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.*

¹⁴⁵ Angela GOMES, *Velhos Militantes...*, p. 58-60.

reivindicando não era apenas mais uma opção política, mas sim a própria garantia de vida.

A história de vida de meu pai é um exemplo. Aposentado em 1964, pela Marinha Mercante, beneficiado com a aposentadoria integral, viu-se conduzido a organizar em sua cidade, junto com outros companheiros de categoria profissional, uma “Associação de Ex-combatentes”¹⁴⁶, cujo principal objetivo, era garantir que os direitos adquiridos fossem mantidos e ajudar que outros, marítimos e viúvas, requeressem junto ao sistema previdenciário unificado, seus direitos.

As leis que foram constituindo, ano a ano, a legislação previdenciária do Brasil, ao apontar à mobilização dos velhos pelos seus direitos, também, apontam para as condições de vida oferecidas aos assistidos da Previdência, e entre eles, os velhos aposentados, ou inativos, como categoricamente foram classificados. Observar e levar em conta estas situações é de extrema importância à medida que, pretendendo caracterizar a relação construída entre velhos e Estado, não posso apenas privilegiar a atuação de um - o Estado, e, colocar o outro como mero espectador.

Na situação do passado, como de hoje, o atendimento da Previdência era muito precário. Tanto que foi criado, no Regulamento Geral da Previdência Social, o artigo 202, no qual era estabelecido:

“que o atendimento dos beneficiários nos serviços de qualquer natureza das instituições será feito de modo a ter sempre em vista tratar-se de verdadeiros clientes, a quem é devido a prestação do serviço por direito legalmente assegurado e em virtude da contribuição descontada para a previdência social, com as limitações apenas das possibilidades técnicas, administrativas e financeiras.”¹⁴⁷

¹⁴⁶ Esta associação foi criada em 1969 e mantém organizada até hoje.

¹⁴⁷ *Jornal A Gazeta*, “Previdência Social”, Coluna de Antônio Carlos Britto, Fpolis, Ano XXX, n. 7456, em 01/09/1963, p.4.

O informe era transmitido não por acaso, mas porque a reportagem tinha um objetivo bem claro: “lembrar a certos servidores que os contribuintes não são indigentes”. As críticas à Previdência eram constantes por parte da oposição partidária, acusando geralmente os Institutos de serem cabides de empregos e oportunismos do PTB. Tal como as palavras do senador Jaime de Arruda Ramos, senador udenista, declara:

“A Previdência Social está falida. Nossas instituições estão em verdadeiro estado de falência, em razão da União nunca ter pago sua quota de contribuição (...) O Ministério do Trabalho está precisando de urgentes reformas pois o mesmo encontra-se em péssima situação estrutural. (...)

Disso tudo se conclui, não há como interpretar diferente, que alguma coisa é preciso seja mudada. E mudada em benefício do trabalhador. Que é quem contribui, quem paga, quem sustenta, e acima de tudo e antes de tudo quem tem direito ao benefício. Porque comprou o benefício. O benefício que não recebeu, porque os delegados encarregados de distribuí-lo fizeram falir a instituição.(...)

Trabalhadores catarinenses, a hora é de vocês. A oportunidade vocês a tem, para defender o que é de vocês. saibam escolher os candidatos de vocês. Para defender o patrimônio de vocês.”¹⁴⁸

A situação, ao contrário, desdobrava-se em evidenciar as realizações de assistência social, alegando com isto que reconhecia devidamente os interesses dos trabalhadores.

Fosse a voz do governo ou da oposição, a grande vedete dos debates políticos e jornalísticos era a Previdência Social. Mesmo, após a inauguração dos governos militares, esta instituição de cunho tão populista, não foi relegada a obscuridade. Ao contrário, ainda mais, era enaltecida a fim de que através dela, o Estado melhor pudesse manobrar os trabalhadores. O Estado-previdência toma sua melhor forma neste período

¹⁴⁸ *Jornal A Gazeta*, “Ao Trabalhador Catarinense”, de Jaime Arruda Ramos, Fpolis, Ano XXV, n. 6.002, em 05/08/1960, p. 1.

a fim de alcançar a legalidade que, mesmo com o uso da violência e o autoritarismo, não era possível.¹⁴⁹

A Previdência Social continuou sendo instrumento do jogo político e, nesta ordem, foi criada para o dia 24 de janeiro, a efeméride: O Dia da Previdência Social:

“Comemora-se hoje em todo o Brasil o Dia da Previdência Social, instituído com o fim de vincular as gerações sucessivas a uma tradição no sentido de perfeita compreensão e resguardo das finalidades da Previdência Social.”¹⁵⁰

Apesar de toda a significação positiva que o governo atribuía à Previdência Social, a propaganda não correspondia ao produto. Muitos eram os associados que se questionavam a respeito desta instituição. Constantemente, nos jornais, encontrei notícias, críticas e reportagens comentando o atraso no pagamento dos benefícios, a falta de atendimento, a precariedade dos recursos, o próprio valor das pensões etc. Em todas elas a argumentação central estava no fato de serem ex-trabalhadores que estavam a reclamar os seus direitos.

É exatamente na dimensão desta categoria que a primeira referência ao velho apareceu na instância legislativa. Em 1934¹⁵¹, quando foi tratado a respeito dos direitos a seguros que o trabalhador possuía, ficou estabelecido que, em caso de velhice, ele poderia requerer uma pensão. Nas constituições de 1937, 1946 e 1967, também as referências existentes aos velhos estão nestes mesmos limites: às suas condições de

¹⁴⁹ Ver as afirmações de Maria do FALCÃO: “O Estado autoritário populista é subviante às demandas de acumulação de capital. (...) a dupla autoritarismo e populismo tem se apresentado como estratégia de relativo sucesso na dispersão das tensões sociais e legitimação do Estado sem obrigatoriedade de realizar um pacto social e político do tipo Estado Previdência.” op. cit. p. 118.

¹⁵⁰ *Jornal A Gazeta*, “Hoje: Dia da Previdência Social”, Fpolis, Ano XXXVII, n. 7602, em 24/01/1967, p. 1.

¹⁵¹ Ver *Constituição Brasileira - 1934*, art. 121, alínea H: “(...) instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidente do trabalho ou de morte”.

trabalhadores e o direito que possuíam, caso pertencesse ao sistema previdenciário, a um aposento.¹⁵²

Também é significativo o conjunto de situações que acompanham o estabelecimento do direito. A velhice é uma situação comparada aos casos de doença, invalidez e morte, comumente. Estas comparações ficaram bem demonstradas nos termos do art. 157 da Constituição de 1946, no qual é dito com clareza, que a previdência seria **a favor** da maternidade e **contra as conseqüências** da doença, da velhice, da invalidez e da morte. Legisladores e médicos pensavam a velhice como um problema, comparado à invalidez, à morte e à doença. Estas comparações encontram seu sentido de ser nas representações disfóricas, ainda permanentes neste momento. Dentro da lógica do governo, ser velho, também, era ser incapacitado para qualquer trabalho.

Nos próprios comentários às leis existentes a respeito de aposentadoria por velhice, estava expresso este campo comum de significação:

“O contrato de trabalho se rescinde com a aposentadoria definitiva. (...) E a aposentadoria por velhice tem essa força decisiva do contrato de trabalho, porque é definitiva e se equipara à aposentadoria por invalidez.”¹⁵³

É interessante constatar na Constituição Catarinense de 1935 que a velhice ocupa um campo distinto do ocupado na Constituição Nacional do mesmo período.

¹⁵² Ver *Constituição Brasileira - 1937* - “Art. 137, alínea M”: “(...)a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes de trabalho.” *Constituição Brasileira - 1946* - “Art. 157, Inciso XVI”: “previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as conseqüências da doença, da velhice e da invalidez e da morte.” *Constituição Brasileira - 1967* - “art. 158, inciso XVI”: “previdência social, mediante contribuição (...), para seguro-desemprego, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte.

¹⁵³ Ver *Jornal A Gazeta*, “Previdência Social”, Coluna de Antônio Carlos Britto, Fpolis, Ano XXIX, N. 7463, EM 12/09/1963, P. 3.

Além de ser citada como decorrência de um direito trabalhista, a velhice ganhou espaço no art. 124¹⁵⁴, que tratava de serviços de assistência social. Em um rol de marginalizados sociais, figurava a *velhice desprotegida* como alvo da ação social do Estado e dos municípios. Esta configuração da relação do Estado Catarinense com a velhice manteve-se restrita aos mesmos significados que acima apresentei, ou seja, a percepção da velhice apenas como mais um problema, tal como as doenças incuráveis e a infância desamparada.

Na Constituição de 1947¹⁵⁵, neste campo específico, o caráter desta relação alterou-se. Se antes a imagem era limitada e disfórica, depois, tornou-se indiferente. Pois, nos artigos destinados às determinações do campo social, apareceram apenas referências aos menores desamparados e às pessoas desvalidas, bem como à preocupação em proteger e assistir à família. Nestas situações a questão do direito e da cidadania tão propaladas pelo governo passava despercebida, pois os segmentos sociais que eram atendidos, o seriam por decorrência de uma intenção de *caridade estatal*.

Isto ocorria, exatamente, porque a cidadania tinha um significado muito específico: era o direito concedido a quem oficialmente participava da “construção” do Brasil. Ser cidadão era ser um trabalhador registrado no Ministério do Trabalho. Aos demais brasileiros, que não classificavam-se nesta condição, eram negados os direitos e oferecidos paliativos, tendo por intenção realizar um “ato humanitário”, que designo por *caridade estatal*. Desta forma, a partir do trabalhismo, os velhos, entendidos como

¹⁵⁴ Ver *Constituição de Santa Catarina - 1935*, “Título VI - Da ordem Econômica e Social, art. 124, alínea i”, p. 248.

¹⁵⁵ Ver *Constituição de Santa Catarina - 1947*, “Título V, Da Ordem Econômica e Social, art. 157 e art. 185”, p. 306.

ex-trabalhadores, não eram enquadrados no grupo dos assistidos pela caridade, mas sim no grupo dos cidadãos, cabendo-lhes direitos contidos nas leis trabalhistas, como a aposentadoria. Tanto que diferente significado apresentava a aposentadoria por tempo de serviço. Porém, mesmo sendo revestida de uma áurea de “Prêmio”, esta também era incentivada a ser retardada.

Quanto mais firmou-se o conceito de cidadania regulada, mais os velhos trabalhadores afastaram-se do grupo “dos necessitados”, perante as leis.

Por isso, a Constituição do período militar, a de 1967¹⁵⁶, foi ainda mais reticente na questão de amparo aos velhos empobrecidos. O seu art. 163 lembrou apenas dos menores desamparados e das pessoas desvalidas. Também, ao delimitar sua ação sobre a família, excluiu totalmente a existência de velhos neste conjunto, assegurando atenção à maternidade, à infância e à adolescência, cujo objetivo seria garantir a vida aos futuros cidadãos.

A primeira atenção especial concedida aos idosos encontra-se na portaria n.82 do INPS, de 04 de julho de 1974. Nesta, ficou previsto o amparo previdenciário para os maiores de 70 anos, independente destes terem ou não contribuído regularmente ao sistema previdenciário. Apesar do governo ter instituído esta lei, sua relação com o idoso mantêm-se vinculada à noção de *caridade estatal*, tendo por objetivo último, velar a situação de miséria que milhares de trabalhadores idosos viviam. Dentro da estrutura de poder organizada pelo regime militar são claras as intenções de medidas do

¹⁵⁶ Ver *Constituição de Santa Catarina - 1967*, “Seção II: Da Saúde Pública e Assistência Social, art. 163” e “Título IV: Da Família, da Educação e da Cultura, art. 166”, p. 30.

caráter da portaria n.82.¹⁵⁷ Ou seja, quanto mais o Estado autoritário provesse as necessidades dos brasileiros, maior seria a extensão do seu poder, melhor estariam emaranhados a sua tutela e assim surdos aos movimentos de contestação existentes.¹⁵⁸

A estrutura de poder governamental, mesmo antes dos governos militares, buscou prever e antecipar-se aos conflitos sociais que, poderiam colocar em xeque sua estrutura. Esta intenção procurava ser realizada tanto através da legislação quanto através da organização de uma administração planejada.

A partir de 1958, o Brasil passou a viver a experiência administrativa dos planos governamentais. No bojo destes é possível entrever o significado que a velhice teria para o governo. O primeiro deles, chamado Plano de Metas, estendeu-se até o fim do governo de Juscelino Kubitschek. Anteriormente havia sido organizado o Plano SALTE, que não chegou a se efetivar. Todos estes planos de governo bem caracterizam a forma de relação pretendida pelos grupos sociais dirigentes com os demais grupos sociais. Todos priorizaram o desenvolvimento econômico e a manutenção dos interesses dos grupos empresariais, cabendo à situação social do país o total descompromisso.

¹⁵⁷ A respeito da legislação que favorecia aos velhos, a obra de Eneida HADDAD. *A ideologia da Velhice*, Cortez, SP, 1986, em seu capítulo 2: "E o Estado como se pronuncia? A velhice como objeto de intervenção legal no Estado Brasileiro", traz todo um histórico da criação destas leis até 1985, discutindo suas implicações políticas.

¹⁵⁸ Muito diferente, no entanto, são as propostas de garantia de direitos aos velhos na Constituição de 1988, seja esta federal ou estadual. Nela o velho aparece tanto como membro da família, como alguém que pode possuir saúde mas precisa de atenção governamental para obtenção de pensão especial. Então, sintonizado com os projetos da "Nova República" e dos grupos da 3a. Idade, foi garantido ao idoso "participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida..." (Constituição Catarinense de 1988, Cap. VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e das Pessoas Portadora de Deficiência. Seção III, art. 189, p.3). A discussão dos significados desta outra forma de relação do Estado com a velhice não cabe aos limites da proposta desta dissertação, mas cabe como ilustração, ao leitor, que houve outras formas da lei relacionar-se com o velho.

A opção pela realização de uma administração planejada fundamentava-se nas idéias corporativistas de direcionamento da Nação, que já foram discutidas neste capítulo, no item anterior.¹⁵⁹ Através dos planos de governo, os intelectuais tecnocratas que o realizavam, julgavam legitimar um tal de “capitalismo social”, ou seja, a construção da sociedade através de uma racionalidade capaz de impedir os favoritismos sociais. Esta fórmula revestia-se de tamanha *segurança e neutralidade* que cabia exclusivamente ao chefe do executivo aprová-la. Nem mesmo os representantes do povo, deputados e senadores, segundo o regime democrático, tinham a possibilidade de alterar as condições de desenvolvimento impostas pelos tecnocratas. Isto apenas revela a prática autoritária e desmobilizadora que os planos possuíam, bem como a intenção de organizar um cenário no qual as reivindicações populares estariam desmobilizadas.¹⁶⁰

Não havia, nestes planos de governo, um programa específico de atuação sobre as questões sociais. Pautavam-se, exclusivamente, objetivos de investimentos econômicos, julgando que todo desenvolvimento estava voltado, em última instância, para o homem brasileiro. A lógica de produção da riqueza nacional para superar a pobreza individual, era o ponto de partida dos planos de governo de então.

Na prática, porém, situações diversas exigiam que os governos tomassem resoluções de emergência e desta forma, muitas medidas de contenção de calamidades

¹⁵⁹ Complementa as análises propostas em Caio Navarro de TOLEDO. *ISEB: Fábrica de Ideologias*, Ática, SP, 1982. Principalmente no capítulo I “A Ideologia Pre/Clara”. p.31

¹⁶⁰ Detalhadas informações a respeito dos planos de governo e de suas implicações podem ser encontradas em M. José de OLIVEIRA, Heloísa M. José de. *Assistência Social: ...*, p.35 -68.

eram realizadas.¹⁶¹ A partir dos governos militares os planos de governo passaram a ser mais abrangentes em seus objetivos, pois além de visar a “arrumação da casa”, eram utilizados como instrumento de legitimação, procurando caracterizar para a população a capacidade notória do governo de realizar seus intentos¹⁶². Foram neste termos que os trabalhadores passaram a ser vistos como *colaboradores*, tal como já mostrei em páginas anteriores.

O Estado de Santa Catarina não fugiu a regra, também como a União, realizou seus planos governamentais e neles estabeleceu como prioridade o desenvolvimento econômico, que significava investimentos de capital às áreas produtivas. Qualquer reforma na política salarial, do sistema educacional e outras políticas de caráter mais amplo, eram completamente ausentes dos planos de governo. Os objetivos centravam-se em 2 pontos: o incremento econômico e a criação de meios para a capacitação do homem, a fim deste acompanhar o crescimento de seu Estado.

O primeiro plano de governo realizado no Estado catarinense foi o “Plano de Obras e Equipamentos”(POE)¹⁶³. Neste, o governador Irineu Bornhausen, entre outras coisas, elaborou uma estratégia de ação para atuar sobre a saúde pública. O objetivo era combater as doenças transmissíveis e realizar a educação sanitária, equipando para

¹⁶¹ Ver Vilmar Adelino VICENTE. Tese de Mestrado: *Política Social, instrumento de dominação*, Florianópolis, UFSC, 1983. “O social sempre foi subordinado à política econômica, apresentando medidas conjunturais, nunca estruturais, com soluções compartimentalizadas, numa evidente manipulação do social, empregado como antídoto à insatisfação popular em decorrência da compressão salarial e do cerceamento dos canais de participação da população.” p. 106.

¹⁶² A suposta autonomia de poder dos governos militares levou ao fechamento do ISEB, pois como afirmavam os governos militares “a existência do ISEB [era] um desserviço à Nação”, In: Caio TOLEDO. *ISEB: Fábrica de Ideologias*, p. 31.

¹⁶³ Ver *Mensagem enviada à Assembléia Legislativa, em 03 de março de 1955, pelo Sr. Governador Irineu Bornhausen, e Relatório apresentado a sua Excia. aos Secretários de Estado*. Estado de Santa Catarina, Fpolis, 1955, p. 17 e p. 134.

tal, os Postos de Saúde a fim destes alcançarem a população em geral, educando-a e resguardando a mão-de-obra de qualquer problema de ordem física.

Em 1961, o então governador Celso Ramos, após ter realizado o “Seminário Sócio-Econômico”¹⁶⁴ por todo estado catarinense, estabeleceu as seguintes metas para o seu plano de governo, o PLAMEG I: o “*amparo à maternidade e à infância, bem como às campanhas profiláticas das moléstias transmissíveis*”¹⁶⁵. Em todos os planos de governo, a velhice ficou à margem das atenções governamentais, e isto é muito compreensível, à medida que os planos estaduais eram a continuação dos objetivos nacionais e, portanto, a idéia vigente era promover o desenvolvimento econômico. Os velhos não sendo mais mão-de-obra ativa, estavam deslocados dos objetivos.

Afirmou o governador Celso Ramos, em 1965:

“A idéia de planejamento é vitoriosa no Estado e no país, Santa Catarina foi das primeiras unidades da federação a se alinhar às que tiveram convencimento de que valia a pena romper com os métodos tradicionais de administração. Quatro anos depois de deflagrado o processo, a avaliação dos resultados colhidos indica que o desenvolvimento econômico programado é capaz - e só ele realmente o é - de patrocinar, com as mudanças que promover, o progresso social

(...) É para qualificar o homem e torná-lo apto a distinguir o seu interesse e a promover a própria ascensão (e por via de consequência a do país) que aplicamos quantos recursos haja no Tesouro em proveito do Homem”(...)”¹⁶⁶

Como poderia o velho, alguém que não está com suas forças produtivas em pleno vigor, ter atenção de um governo que pensa a promoção social de seus *cidadãos* como meio para alcançar o progresso econômico? Quando dizia preocupar-se com o

¹⁶⁴ Celso Ramos, como presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, organizou em 1958 e 1959 o “Seminário Sócio-Econômico”. Este levantando os anseios econômicos e sociais das regiões catarinenses, serviu plataforma política para sua campanha eleitoral para o governo do estado.

¹⁶⁵ 1a. Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, Celso Ramos, em 15/04/1961. p. 33.

¹⁶⁶ In: 5a. Mensagem Anual do Governo Celso Ramos, “Santa Catarina: perspectivas de um Estado”, Celso Ramos, 1965. p.5.

homem, pensava em um indivíduo entre 20 e 45 anos, pertencente a população ativa do Estado.

O governador posterior, Ivo Silveira, associado aos objetivos ditatoriais do presidente militar Castelo Branco, deu continuidade ao PLAMEG II¹⁶⁷, que reforçava em seus objetivos a idéia de que o desenvolvimento econômico só era possível se houvesse um povo ordeiro, e claro bem comandado, a conduzi-lo.

Neste plano foi criada a “Meta IV: Melhoria das Condições Sociais”. Entre as ditas melhorias constava a saúde, a segurança, a cooperação social, a engenharia sanitária e habitação. Estas tinham como objetivo comum: *“atingir um complexo de serviços capazes de assegurar o bem estar coletivo e contribuir para a paz social”*¹⁶⁸. A “paz social” evidencia as preocupações de um regime autoritário de manter o controle sobre as manifestações de insatisfação popular, sendo que, assegurar o bem estar coletivo, significava o mesmo que manter o homem plenamente capacitado para o trabalho. Não podemos esquecer que era a *“noção desenvolvimentista-industrialista que se constituía como base ideológica dos planos”*¹⁶⁹. Sem dúvida, o velho que apenas onerava os gastos públicos com o seu direito à aposentadoria, não constava dos itens promotores do dito bem-estar social.

No entanto, a situação de miséria e mendicância de muitas pessoas, entre elas algumas já velhas, gerava sérias discussões nos meios de comunicação. Os jornalistas e

¹⁶⁷ A coligação “Aliança Social-Trabalhista”, que elegeu Celso Ramos como governador de Santa Catarina em 1960, também organizou-se e fez a vitória de Ivo Silveira, que deu continuidade ao “Plano de Metas do Governo II”.

¹⁶⁸ PLAMEG, “Meta IV - Melhoria das Condições Sociais”, Governo Ivo Silveira, Editora Pancrom, S. P., 1966, p.42.

¹⁶⁹ Sérgio SCHMITZ. *Planejamento Estadual: A experiência do Plameg*, Editora da UFSC, 1985, p. 125.

comentaristas não deixavam de reclamar do governo a racionalidade, que ele dizia tomar para organizar os planos de governo, a fim de resolver a situação gerada nas cidades com a presença destas pessoas. Desta forma, os velhos que não eram cidadãos passam a fazer parte do alvo dos comentaristas.

A voz da imprensa não fugia à regra de sua contemporaneidade, sendo os chamados problemas sociais evidenciados muito mais pelo incômodo que provocavam aos *homens de bem* e pelos *entraves* ao desenvolvimento que estabeleciam, do que por qualquer reflexão feita sobre as condições de consumo, imposta pela sociedade capitalista, que acabava por desapropriar alguns segmentos sociais das condições mínimas de sobrevivência. Desta forma, encontrei dezenas de reportagens nos jornais catarinenses que tomavam como argumentação para a discussão da mendicância, por exemplo, as hipóteses de pobreza nacional X riqueza nacional, que expus anteriormente.

Na maioria dos casos era a denúncia simples:

“Assume aspectos cada vez mais graves o problema da mendicância em Florianópolis. Diariamente se repetem as contristadoras cenas nas ruas da cidade, e aos sábados, a afluência de mendigos de toda a sorte atinge proporções realmente alarmantes.” (...) ¹⁷⁰

Alguns destes jornalistas concatenaram a proposta de modernidade, tão sonhada, à situação vivida pelos mendigos. Este foi o caso de Hélio Magalhães que escreveu para a revista *Atualidades*:

“A nossa capital continua presa ao problema da mendicância (...) Uma cidade deficientemente iluminada, não poderá instalar grandes indústrias. Ora, estas constituem verdadeiras fontes de

¹⁷⁰ *Jornal A Gazeta*, “Mendicância: nenhuma solução”, Fpolis, Ano XXVI, n. 6700, em 11/12/1960. p. 1.

riqueza, concorrem, de modo assombroso, para o engrandecimento do Estado. Consequentemente, concorrem, também, para diminuir o número de mendigos.(...) Um Estado enriquecido pelas indústrias, não viverá, portanto, unicamente da burocracia e dos impostos, estará aparelhado, para combater, de modo eficiente, todas as chagas sociais, como o analfabetismo, as epidemias, a ociosidade, a classe desvalida etc.”¹⁷¹

Fosse qual fosse o teor dos comentários jornalísticos eles exigiam do governo uma ação que atendesse ao estrato social marginal aos parâmetros de cidadania construído na época. E por meios distintos, então, o Estado estabelecia sua relação com os velhos não-cidadãos que existiam. Por isso, enquanto o “*crescimento não ocorria*”, os velhos, que não eram mais colaboradores do desenvolvimento, só seriam atingidos pelas benesses do governo de duas formas: ou pela aposentadoria ou quando enquadrados como provocadores das “chagas sociais”, isto é, enquanto pertencentes ao grupo da “classe desvalida”.

Torna-se, então, compreensível porque os velhos só aparecem nas determinações constitucionais em decorrência de terem sido trabalhadores. Ao velho, desprovido de cidadania, o que é possível encontrar na relação estabelecida com o Estado, é a constituição de auxílios de cunho caritativo.

Dentro desta perspectiva, em 1960, foi colocado em votação um projeto de lei que criava a taxa de assistência social:

“Art. 1o. - parágrafo 1o. Esta taxa denominada de ‘Assistência Social’, será aplicada em benefício das seguintes instituições: a) Asilo de São Francisco do Sul; b) Asilo de Itajaí; c) Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim; d) Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; e)(...)”

Justificação: Estamos atravessando uma crise árdua e o reflexo já se fez notar a muito nas enfermarias dos hospitais, e também em diversas instituições da caridade, onde os indigentes clamam por mais um pouco de alimento. Considerando a situação aflitiva e penosa de nossos semelhantes; e procurando dar-lhes mais conforto, apresento a esta assembléia, uma fórmula justa, humana e capaz de minorar os sofrimentos destes infelizes...”¹⁷²

¹⁷¹ Revista *Atualidades*, “Os mendigos e a luz de Florianópolis”, de Hélio Veiga Magalhães, Fpolis, Ano 10, outubro de 1948, p. 77.

¹⁷² Jornal *A Gazeta*, “Importante projeto de lei, instituindo a taxa de assistência social, em benefício das entidades de caridade do Estado”, projeto de lei do deputado estadual Delamar Vieira, Fpolis, Ano XXVI, n. 6672, em 05/11/1960, p.4.

A postura deste político, penalizado com a fome dos indigentes, bem poderia se confundir com a de um religioso. Sua argumentação baseava-se no fato de que era aflitiva a situação de seus semelhantes. Mas, o objetivo da lei era angariar recursos para prover as despesas das entidades. O imposto criado poderia de fato melhorar as condições das entidades vinculadas ao projeto, mas isto não significaria que os seus clientes teriam seus problemas solucionados, ao contrário, continuariam dependentes e incapazes de gerar sua própria vida. O problema continuaria presente, apenas haveria melhores condições de amparar os resultados sociais daquela sociedade.

Assim também apareceu em 1961, outra lei que visava criar um Asilo de Velho, cuja justificativa afirmava:

“(...) a intenção de darmos mais um pouco de conforto e nosso maior apoio aos pobres velhinhos e velhinhas que vivem desamparados perambulando pelas ruas em busca de algo que venha a minorar seus sofrimentos. (...) Senhores deputados, unidos em favor do projeto acima, tenho certeza que estaremos lutando para fazer desaparecer à velha frase: ‘Pobre na velhice, antes o túmulo’.”¹⁷³

Tal como a lei anterior, os alvos destas medidas legislativas seriam atendidos por consequência de estarem submetidos à alguma instituição. Como a justificativa atesta, ajudar a velhice empobrecida tinha um único caminho, a criação de mais um asilo, a determinação de mais verbas para a manutenção das instituições já existentes e por aí a fora. Torna-se importante relembrar as considerações do capítulo anterior, nas quais ser velho asilado era ser alguém revestido de representações deprimentes e desqualificadoras, algo muito diferente do indivíduo que, tendo idade avançada, continuava em seu lar vivendo às custas de seu aposento e de toda a dignidade que a *cooperação* com o grande projeto de Nação lhe permitia ter.

¹⁷³ *Jornal A Gazeta*. “Amparando os Velhinhos de nossa Capital”, Fpolis, Ano XXVII, n. 6916, em 12/09/1961, p. 6.

O velho carente, considerado um não-trabalhador, visto como um necessitado, tal como os pobres de maneira geral eram classificados no início do século XX, era subestimado em sua condição de autogestão e por isso verbas individualizadas, como pensões especiais, foram raramente concedidas antes de 1966. A cidadania era noção ausente quando se tratava de indigentes. “Velhinho e velhinha” eram os sujeitos que possuíam a velhice como sinônimo de doença e tristeza.

Não era pelo fato de não ser previsto nos planos de governo alguma atenção aos não-cidadãos, que estes deixavam de existir. E, portanto, por mais que parecesse irracional e distante da modernidade almejada a atividade caritativa, o Estado via-se obrigado a realizá-la mediante a tamanha discussão levantada nos meios de comunicação sobre a existência dos sujeitos marginais.

Conjugando os objetivos dos planos de governo à condição de não-cidadão de muitos velhos, o que passou a ser realizado pelo Estado, a fim de solucionar a situação vivida por estes indivíduos, foi a ajuda às instituições de caridade, ou seja, na legislação e prática governamental, eram estas pessoas jurídicas que eram amparadas pelo poder público. A partir dos governos militares, que tinham a preocupação especial de tornar-se um Estado Onipotente, o objetivo fica mais abrangente e tanto instituições assistenciais, como casos especiais de indigência, passam a ser tutelados pelo governo.

Como já apresentei no capítulo anterior, vários contos e reportagens tiveram como título alguma referência aos velhos asilados, no entanto, quem tomava conta do cenário eram os “homens generosos”, que em seus corações “solidários”, preocupavam-se com os “desprotegidos da fortuna”. Os velhos eram coadjuvantes da bondade alheia. O Estado Militar, por sua vez, não fugia a esta regra e ao aprovar os

projetos de lei para concessão de uma pensão para a sobrevivência de algum *desfavorecido da sorte*, tomava para si a postura elogiosa das Instituições de Caridade.

Partindo desta situação similar, os mesmos projetos de lei que me serviram para entrever, no capítulo anterior, que a situação do velho trabalhador não era muito diferente daquela vivida por quem estava num asilo e não tinha um aposento para lhe dispensar a caridade, me servirão agora para observar como o Estado colocava-se na questão, criando para si o caráter de um Estado Assistencial¹⁷⁴.

Em 1967, o governador Ivo Silveira encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto de lei a fim de conceder a senhora Etelvina Maria Gomes uma pensão especial. O argumento do referido projeto evidencia a relação estabelecida entre o poder público e esta pessoa. Dizia em um trecho:

“A beneficiária conta 64 anos de idade e vive sem recursos para a própria subsistência, nesta capital, na rua Chapecó, n. 91. Seu pai já falecido, exerceu durante mais de 10 anos, o cargo de Auxiliar do Tesouro do Estado, no período (...) Não sendo contribuinte do então Montepio dos Funcionários Públicos de Santa Catarina, não deixou pensão para a família, circunstância que justifica o apelo que em requerimento dirigido ao governador do estado, ora faz, diante das dificuldades contra as quais luta para manter-se, em idade em que não tem condições para exercer qualquer atividade (...)”¹⁷⁵

Como é possível observar, a defesa do direito a uma pensão não residiu no fato do pai da senhora Etelvina ter trabalhado para o Estado, pois este fato *per si* não significava um direito, já que o funcionário não tinha contribuído para o montepio a que pertencia. A solicitação se fundamentava nas dificuldades que ela encontrava para

¹⁷⁴ M. do Carmo FALCÃO, diferencia, objetivamente, o Estado Providência, constituído nos países de 1o. Mundo, daquele Estado Assistência, constituído em países de economia dependente como o nosso, com os seguintes critérios: “O Estado Providência se apresenta como agente central na reprodução social; em outros termos, como gestor poderoso das políticas de seguridade social. O Estado Assistencial, ao contrário, se apresenta frágil, impotente, compelindo a sociedade civil e o próprio pauperizado a cooperar na produção dos serviços sociais”, op. cit. p. 119.

¹⁷⁵ SANTA CATARINA. Projeto de lei n. 123/67 de 19 de junho de 1967. *Assembléia Legislativa de Santa Catarina*, Fpolis, 19 jun. 1967. (microfilme)

manter-se viva, era um ato de *apelo* aos senhores deputados para reconhecerem as necessidades pelas quais a velha passava e a partir daí auxiliá-la. Não encontra-se em nenhum momento do processo referências ao fato do pai da requerente ter trabalhado e ter, como nos termos da época seria comum dizer, contribuído para o crescimento do Estado, ser ele um cidadão catarinense. O objetivo da concessão desta pensão, como de tantas outras, era apenas auxiliar, amenizar o sofrimento alheio.

Este caráter *caritativo estatal* do projeto acima, fica ainda mais evidenciado no projeto de lei que procurava beneficiar o senhor Valério João de Souza. Este homem, diferente de dona Etelvina, não era dependente de um ex-trabalhador, ele próprio havia trabalhado como Juiz de Paz no distrito de Santo Antônio de Lisboa. Porém, como ela, encontrava-se em sua velhice, empobrecido.

“Devo esclarecer ao nobre Presidente do Poder Legislativo que Valério João de Souza embora tenha prestado onze anos de serviço como Juiz de Paz, hoje, com idade avançada, não tem meios para sua subsistência.

Por isso, e tendo em vista que o estado tem concedido já reiteradas vezes, em legislações que é até difícil enumerar, pensões especiais e de favores aos comprovadamente necessitados, é que (...)”¹⁷⁶

O documento afirma: “embora tenha prestado onze anos de serviço...”. Ou seja, ele tinha o pressuposto mínimo para ser um cidadão e assim receber regularmente um aposento. Porém, a argumentação abandona essa premissa e apelando ao “bom caráter” da Assembléia Legislativa, deixa esquecidos os princípios do trabalhismo. Afinal, era apenas mais um “comprovadamente necessitado”. Este homem chegando ao final de sua vida passa a compor um conjunto bastante grande, daqueles que foram atendidos

¹⁷⁶ SANTA CATARINA. Projeto de lei n. 118/67 de 12 de junho de 1967. *Assembléia Legislativa de Santa Catarina*, Fpolis, em 12 jun. 1967.

depois de apelos a *nobres* representantes da lei. Recebendo, então, mais uma das centenas de pensões *de favores*.

O governo que tudo organiza e controla, como era o objetivo dos governos militares, passava através de sua ação substituir a caridade popular e religiosa, por uma caridade do próprio governo. Estes são os significados expressos no projeto de lei que atendiam às necessidades de dona Honorata de Jesus, com quase cem anos de existência.

“O benefício que pretendo proporcionar, após a decisão desse Egrégio poder, amenizará, em parte, a situação de pessoa incapaz para o trabalho e que não possui quaisquer recursos para sua manutenção, exceto a caridade pública.”¹⁷⁷

A intenção do parlamentar era uma só: proporcionar um benefício e, portanto, retirar aquela senhora da tutela da caridade popular, passando-a para a do Estado. Da mesma forma, encontrei dezenas de vezes termos que evidenciavam a relação estabelecida do Estado com as pessoas velhas carentes. Foi muito comum encontrar frases tais como: “*Justo, portanto, é que o Estado lhe dê a assistência que pediu*”, ou “*O projeto anexo visa a minorar-lhe as condições de extrema pobreza a que chegou, em idade tão avançada.*”¹⁷⁸ Nenhum argumento em defesa do direito de uma vida em melhores condições, ou mesmo por ter em vista que era um antigo trabalhador que, sendo um cidadão, estava a exigir um direito, como bem combinaria a propalada classificação de *colaborador*, atribuída ao trabalhador brasileiro.

¹⁷⁷ Ver Ofício n. 00389, do Palácio do Governo, de 09 de janeiro de 1966. Transformado na lei 3.799 de 16/02/1966.

¹⁷⁸ São citações dos respectivos documentos: do Projeto de lei n. 127/69, de 31 de outubro de 1969 e do Ofício n. 2802, do Palácio do Governo, de 16 de dezembro de 1968.

No entanto, as relações mudam de tom quando os projetos visavam atender alguém de posição social privilegiada. Este é o caso do projeto que visava conceder pensões especiais às viúvas do Dr. Tolentino de Carvalho e do Dr. Miguel Salles Cavalcanti, que apresento a seguir:

“Ambas as beneficiárias são viúvas de médicos que prestaram serviços excepcionais ao Estado por longos anos, em setores de especialização médica - o primeiro leprógo, havendo organizado os serviços da Colônia Santa Tereza, e outro como pediatra, tendo sido instalador dos serviços de assistência à infância no Centro de Saúde do Departamento de Saúde Pública, nesta capital.(...)”

O pedido, porém, não encontra apoio em lei específica do IPESC e por isso, tendo em vista os relevantes serviços de natureza especial prestado pelos referidos médicos, achei de justiça conceder às aludidas viúvas uma pensão especial, que é objeto do incluso Projeto de Lei. (...)”¹⁷⁹

Os elogios não faltaram para qualificar as dependentes que seriam atendidas pelo projeto acima citado. Em cada frase ficava reafirmada a condição de cidadão daqueles senhores. Todos os argumentos fundamentavam-se nos préstimos dos profissionais ao Estado, e bastante diferente dos projetos antes analisados, o governo frisa que por *justiça* teve a intenção de conceder as referidas pensões. Neste caso, o valor do trabalho, em sua versão trabalhista, foi colocado em sua maior expressão, e, desta forma, o Estado não pretendia fazer caridade, mas sim, reconhecer direitos, pois estava a tratar com cidadãos.

Com grande probabilidade, as senhoras Maria Teresa e Marina Cavalcanti eram velhas, mas este fator não era um agravante para a concessão da pensão. O elemento velhice só tornava-se reforço de argumentação legislativa quando a pretensão desta era exercer a *caridade estatal*. Ao evidenciar a idade do requerente ele era qualificado de

¹⁷⁹ Ver Ofício n. 02168, do Palácio do Governo, de 19 de dezembro de 1967.

necessitado, sua condição de cidadão era eliminada, e ao invés de fazer “justiça”, o poder legislativo “engrandecia-se” com mais uma pensão de favor.

Se havia uma cidadania regulada de forma objetiva através da vinculação dos trabalhadores ao Ministério do Trabalho e ao sistema previdenciário, havia, também, uma cidadania regulada de forma subjetiva, ou seja, por uma classificação social, que enaltecia o trabalho realizado por alguns e desqualificava o trabalho de outros, como no caso do senhor Valério João de Souza, de Pedro Selle, Guilherme Meyer e tantos outros. Se a objetividade da cidadania era resultado do trabalhismo constituído no Brasil a partir de 1930, a sua subjetividade advinha de uma identificação entre pares que formavam a classe social privilegiada. A estes cidadãos, melhor do que aos outros, foi possível vivenciar os significados reelaborados da velhice na década de 1960, mediante os recursos financeiros que dispunham.

No entanto, da mesma forma que Marina e Maria Teresa Tolentino usaram as realizações de seus maridos para receber mais uma pensão, muitos aposentados ou suas viúvas, tomando de sua tradição de reivindicações, constituída pelas diversas lutas enfrentadas enquanto trabalhadores da ativa, passaram a organizar-se e a exigir que a subjetividade do governo para reconhecer a cidadania de alguns fosse, cada vez mais, objetivada.

Se o governador Ivo Silveira tinha grande estima pelos famosos médicos catarinenses, também, muitos trabalhadores, envolvidos no mesmo discurso trabalhista, tiveram sua auto-estima valorizada e negaram para si uma velhice reclusa e distante do presente. Estes velhos não aceitaram que sua cidadania fosse esquecida e mantiveram-se reivindicando. Os velhos que reivindicavam, certamente, em grande parte, eram os

classificados como cidadãos. No entanto, a partir da luta deste grupo, muitos dos velhos agrupados como necessitados foram adquirindo autonomia para gerar sua própria vida e não submeter-se a uma instituição de caridade.

O conjunto de reivindicações encontrados nas pesquisas me evidenciaram que, no início da década de 1960, eles clamavam pelo direito de voltar a trabalhar, e portanto, ao direito de ter melhorada suas condições de vida com um salário além do aposento. Objetivando isto, várias vezes, foram criados projetos de lei a fim de legalizar uma prática que já era (e é) muito comum. Entre outras coisas, as justificativas dos projetos de leis assumiam o fato do Estado dispensar ao aposentado um valor tão insignificante que o aposentado era obrigado a ter um outro emprego. Afirmava um deles:

“Como os proventos da aposentadoria são ínfimos, o segurado sempre procura novo emprego, burlando, dessa forma, a legislação de quase todos os institutos.”¹⁸⁰

Dois anos mais tarde, em 1962, grupos de aposentados reivindicavam uma série de proteções, deixando para trás o pedido do direito de voltar a trabalhar. As associações ou grupos de aposentados que se organizavam tinham objetivos mais amplos, e não apenas o paliativo de ter mais um salário através de um novo emprego. Desta forma, em dezembro de 1962, vários aposentados do Rio Grande do Sul, com apoio da imprensa catarinense, conduziram-se ao Rio de Janeiro e à Brasília com uma pauta grande de reivindicações. Cada uma destas, caracteriza a ausência de atenção do Estado com estes velhos, que ele dizia respeitar pelo fato de terem sido trabalhadores. Entre as reivindicações encontrava-se:

¹⁸⁰ Ver *Jornal A Gazeta*. “Aposentado ainda pode trabalhar”, Fpolis, Ano XXV, n. 6577, em 07.06.1960. p. 4.

- a) imediato pagamento dos atrasados correspondente à aposentadoria móvel;
- b) imediata concessão do 13o. salário aos aposentados e pensionistas de todos os Institutos;
- c) construção de um hospital para a classe, onde os aposentados e pensionistas dos IAPP, no Rio Grande do Sul, bem como seus dependentes, tenham assistência gratuita;
- d) aposentadoria integral para os aposentados e pensionistas dos Institutos;
- e) participação de um aposentado nas Juntas de Julgamento e Revisão dos IAPP;
- f) presença de um aposentado no Conselho Superior de Previdência Social;
- g) fiança para aluguel de casa;
- h) empréstimos simples a todos os aposentados e pensionistas, sem exigências de prévio exame médico.”¹⁸¹

O pedido da presença de um representante dos aposentados nas instâncias do Ministério do Trabalho, evidencia a noção de direito que permeava as discussões destes aposentados, pois se queria estar na roda mais alta das determinações das leis e conseqüentemente dos direitos, que eles julgavam-se merecedores como qualquer outro trabalhador da ativa. Ao mesmo tempo, evidencia a forma como o Estado criava as leis que atingiam aos aposentados, sempre utilizando fórmulas que beneficiavam muito mais ao governo e empresários do que a eles e, portanto, para mudar este quadro era preciso estar presente. Assim era o caso do 13o. salário. Este, por ter sido criado tendo em vista a noção de concessão dos empresários de parte do lucro auferido ao ano para os seus trabalhadores (argumentação que bem combinava com o Estado Brasileiro da época), os aposentados ficavam à parte, devido ao fato de não estarem trabalhando e, portanto, não estarem *cooperado* para a geração daquela riqueza. No entanto, na ótica dos trabalhadores, o 13o. representava a retribuição das perdas salariais de um ano de trabalho e, por esta representação, os aposentados também possuíam este direito, pois o critério básico para ser-lhe alvo eles o tinham: foram trabalhadores e haviam também perdido as diferenças salariais de muitos anos de trabalho.

¹⁸¹ Jornal *A Gazeta*, “Reivindicações dos aposentados pelos Institutos de Previdência Social”, Fpolis, Ano XXIX, n. 7267, em 18/12/1962. p. 1 e 4.

O governo equacionava os direitos dos aposentados, como de validade menor que dos trabalhadores da ativa, porém, os sujeitos atingidos por esta desqualificação, em muitas ocasiões, reagiram. Diante da tentativa de lhes minorar a cidadania, eles a exerciam, colocando em ação seu poder de contestação, reunindo-se, associando-se, fazendo manifestos. Sendo cidadãos.

Além disso, os pedidos de benefícios imediatos, como hospital, concessão de empréstimos e fiança para aluguel, só confirmam as dificuldades econômicas e sociais pelas quais estes indivíduos passavam e o quanto era comum ficar meses sem haver o pagamento do aposento. Pois além de não receber, o aposento, por longa data, representou apenas 50 ou 60% do valor do salário de um trabalhador da ativa, sendo considerado tão injusto que a petição na letra “D” exigia reparo desta situação.

Anos mais tarde, quando foi criado o BNH (Banco Nacional de Habitação), e com este a proibição de financiamento da casa própria aos aposentados ou maiores de 70 anos, grande luta foi travada a fim de se conquistar, como qualquer outro trabalhador *para quem* o Banco havia sido criado, o direito de possuir um imóvel próprio.

Da mesma forma que diversos aposentados reunidos, recorrendo a deputados e jornais conseguiram reverter a determinação do BNH, um outro grupo de aposentados de Itajaí, através do jornal *A Gazeta*, organizaram-se e reivindicaram o cumprimento correto dos direitos adquiridos:

“(…) uma comissão de representantes dos aposentados e pensionistas do IAPM residentes em Itajaí, compareceram ao gabinete do delegado regional autarquia dos marítimos, expondo a situação de angústia que estão atravessando em consequência do atraso de pagamento que vem sofrendo em Itajaí (...), os dependentes do IAPM já não contam com crédito comercial

nem mesmo para alimentação, agravando-se mais ainda a situação com o aproximar-se das festas natalinas.”¹⁸²

Somente o reconhecimento de que a aposentadoria era um direito adquirido levaria estes homens a exigir, através dos jornais, o mais rápido possível, o pagamento da quantia devida. Se estes homens não se pensassem como cidadãos o que lhes levaria a reivindicar os atrasados? A proximidade das festas natalinas, como o jornalista afirmara, a fim de tornar sensacionalista a luta daqueles homens e de suas famílias, tendo assim maior veemência suas críticas ao PTB?

Como afirma Paulo Freire: “É no diálogo, escuta e fala, e na luta quotidiana que exercemos nossa cidadania”, desta forma, cada vez que um grupo de aposentados, de velhos trabalhadores, estabelecia o diálogo com os poderes públicos ou com a própria sociedade através dos jornais, eles estavam acima de tudo, exercendo sua cidadania; tal como na notícia abaixo:

“Situação angustiosa de um grupo de pensionistas do IAPC, em SC, foi relatada da tribuna da Câmara Federal, pelo Deputado Aroldo Carvalho (UDN-SC): Todos - disse - aposentados por velhice estão percebendo menos de vinte mil cruzeiros por mês, e, a despeito das súplicas que tem feito, ainda não mereceram as atenções do Poder Público. Pediu que o Ministro do Trabalho procurasse informar-se do que a respeito, ocorre na Delegacia do IAPC em SC, mandando rever a situação dolorosa de muitos aposentados.”¹⁸³

Afirma o político da oposição ao PTB (não por acaso, pois este era o partido que controlava os Institutos de Aposentadorias) que apesar das *súplicas* feitas pelos aposentados o governo ainda não os atendeu. Esta notícia confirma mais uma vez que os aposentados estavam constantemente em protestos, extrapolando em sua prática a noção de cidadania regulada que o Estado criara. Contudo, também, traz a afirmação

¹⁸² Jornal *A Gazeta*, “Aposentados do IAPM reivindicam atrasados ao delegado”, Fpolis, Ano XXX, n. 7520. em 08/12/1963, p. 1.

¹⁸³ Jornal *A Gazeta*, “Situação angustiosa dos seus aposentados”, Fpolis, Ano XXX, n. 7705, em 12/09/1964, p. 1.

de que os problemas que envolviam aos aposentados serviam, constantemente, de instrumento político na instância do poder público. Esta é mais uma faceta da relação que envolvia o público com o velho.

Nesta circunstância histórica, onde o trabalho e todas as suas variáveis eram meios de estabelecer o poder, o velho viu-se também atendido, senão no todo de suas reivindicações, mas pelo menos na fala dos políticos. Pertencer ao grupo dos que devem ser debatidos, resultava do poder destes velhos, que nem eram tão poucos, nem estavam submetidos a uma instituição asilar, e, possuíam uma auto-imagem de “velhos-moços”¹⁸⁴ que, sendo atingidos pela forma desigual como a sociedade brasileira organizava-se, estavam em constante reclame de mais direitos, de melhores condições de vida, exercendo sua cidadania e impondo ao governo uma prática que os contemplasse.

Conjugando a historicidade do valor trabalho com a própria luta dos trabalhadores e os interesses de um Estado de caráter trabalhista, constituiu-se a cidadania regulada, que estabeleceu direitos apenas àqueles que enquadravam-se, devidamente, nos parâmetros desejados pelo Estado.

Esta mesma instância da sociedade, adotando as idéias corporativistas de administração foi, gradativamente, propondo a desqualificação dos interesses populares, mediante a racionalidade e neutralidade dos técnicos e cientistas que encabeçavam a organização do país, através dos planos de governo. Mas, à medida que

¹⁸⁴ Este adjetivo, comum até hoje, muitas vezes foi usado para referir-se aos velhos que assumiam o conceito reelaborado de velhice, tal como desenvolvi no I capítulo.

o governo tornava-se ditatorial, a partir de 1964, querendo buscar legitimidade transformando o aparelho do Estado em organização onipresente, precisou compatibilizar a racionalidade que defendia com a *caridade estatal* e, prestá-la aos não-cidadãos que classificou. Só assim, a tutela sobre toda a população ficava estabelecida.

Nesta situação, muitos velhos foram atendidos pelo Estado Assistencial brasileiro, nem sempre por serem ex-trabalhadores, mas por serem classificados como “necessitados”. Aos inativos, categoria condicente com os interesses desenvolvimentistas e o discurso trabalhista, foi criada a aposentadoria. No entanto, o Estado Brasileiro ao estabelecer o direito a aposentadoria, dentro de suas propostas trabalhistas, a via como algo secundário, e ainda a vê. Tanto que criou diversas leis favorecendo a manutenção no trabalho, mesmo quando o trabalhador tivesse alcançado o tempo de serviço necessário á aposentadoria. Além disso, mediante a associação da aposentadoria à desqualificação de inválido ou velho para o trabalhador, o Estado, criou significantes culturais que retardavam os pedidos de aposentadoria.

Diante da circunstância histórica da década de 1960, em nosso país, o Estado ao assistir o velho, quando este não era designado de “necessitado”, o fazia por decorrência de sua condição de trabalhador e não por objetivo, pois para tal seria preciso abandonar as idéias norteadoras do desenvolvimento econômico e percebê-lo para além do fato de ter sido um trabalhador. Seria preciso percebê-lo como um sujeito portador de direitos e respeito, independente da idade que possuísse. Precisaria ter estabelecido a cidadania em outros parâmetros.

Capítulo III:

VELHO - PACIENTE DE UMA NOVA CLÍNICA

*“Modelando o artista ao seu feitio
O tempo, com seu lápis impreciso
põe-lhe rugas ao redor da boca,
Como contrapesos de um sorriso.”*

Chico Buarque, 1968.

Julho de 1965, o geriatra, Mário Filizzola, afirmou através de sua coluna jornalística:

“A Gerontologia passou a ser a esperança de milhões de pessoas vitimadas pelo processo do envelhecimento. A Gerontologia é a ciência que estuda e resolve as dificuldades das pessoas vitimadas pelo preconceito anti-senil e procura ajustá-las à vida coletiva mantendo-as integradas na vida da comunidade.”¹⁸⁵

Gerontologia - esta ciência criada em nosso século, tomará conta das páginas que se seguirão. O velho tornou-se um paciente e a Gerontologia, como pretensiosamente afirmou o especialista, a esperança, a solução, a própria “salvação”.

A delimitação biológica e psicológica do velho, produzida pela ciência, não se fez a margem de toda a circunstância histórica até aqui trabalhada. Muito ao contrário,

¹⁸⁵ *Jornal Diário de Notícias*, “A Ciência não despreza ao homem”, Coluna: Como Emplacar 100 anos, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXVI, em 18/07/1965, p. 1.

ela é resultado da interação histórica entre as representações de velho existentes na década de 1960 e todas as facetas da política brasileira, tanto quanto é coprodutora destes elementos.¹⁸⁶ Desta forma ao analisar o que foi produzido cientificamente nos anos 60, encontrei, não uma produção neutra e a-política como queriam seus produtores, mas sim um conjunto de conhecimentos que reafirmaram o papel do Estado autoritário e assistencialista, e mascararam a realidade social que atingia aos velhos tanto quanto outras camadas da população.

No primeiro capítulo do livro *A Velhice*, Beauvoir¹⁸⁷, fez um relato minucioso, desde a antigüidade até a sua atualidade (1970), das hipóteses existentes sobre o envelhecimento. Estes dados evidenciam, em todas as épocas, a interpretação da velhice como perda, fosse esta do calor da vida como dissera Aristóteles, ou da umidade, como foi afirmado no século II por Galeno. Bem mais tarde diriam que a velhice era uma auto-intoxicação, admitindo que o homem era um composto químico. Depois acreditaram que havia um princípio vital que mantinha o corpo e portanto a velhice era o enfraquecimento desta “chama”.

Com o surgimento de hospitais, em meados do século XIX, e asilos, onde centenas de indivíduos ficavam reunidos em iguais condições de saúde, um saber específico sobre a velhice começou a ser compilado. Charcot, a partir dos dados clínicos coletados sobre os seus pacientes idosos, começou, em 1866, a criar um saber

¹⁸⁶ Os estudos apresentados por Michel FOUCAULT, em seu livro: *Microfísica do Poder*, têm por objetivo comum a historicização da relação íntima estabelecida entre a ciência e a organização ou fortalecimento dos Estados europeus, durante o século XVIII e XIX. Esta produção da historiografia, mais os estudos de Roger CHARTIER, sobre as construções das representações, conforme seu livro *História Cultural*, serviram-me para balizar o tratamento das fontes, que faço ao decorrer deste capítulo.

¹⁸⁷ Simone de BEAUVOIR. *A Velhice...*, “Cap. I Velhice e Biologia”, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1990, p. 23- 49. Todos os dados a seguir pertencem a este livro.

que, generalizando conclusões a velhos doentes e sadios, autorizou uma outra forma de tratar a velhice. Reforçou a idéia de que era possível curar a velhice e retornou às concepções da antiguidade, ou seja, a da existência de uma causa única ao processo de envelhecimento. A virada do século XIX pouco modificou. Transplantes de glândulas de macacos, soros a base de hormônios, e tantas outras experiências foram realizadas tendo por objetivo encontrar o *elixir da longevidade*. Esta produção marcou uma circunstância específica da História, esclarecida pelos estudos sobre a modernidade européia.

No entanto, o que alcançou a produção geriátrica na década de 60 no Brasil, foi a produção iniciada a partir de 1930, quando os aspectos exclusivamente biológicos desdobravam-se, dando início à Gerontologia. Até então abandonados, os aspectos psicológicos e sociológicos passaram a ser considerados para a realização dos estudos sobre velhice. Atualmente, afirmam os estudiosos do assunto, que há apenas a Gerontologia, que pode subdividir-se em Gerontologia experimental, ligada às ciências biológicas, a Gerontologia médica que se ocupa da prevenção e terapêutica da velhice e a Gerontologia social, que se detêm sobre os aspectos sociológicos, psicológicos, econômicos, antropológicos, demográficos e psiquiátricos que envolvam a velhice.¹⁸⁸

A instituição da Gerontologia, não foi apenas a criação de um novo nome. A partir dela não se pretendeu mais atribuir uma causa e encontrar a cura para o envelhecimento biológico. Passou-se a defender que este é um processo inerente à vida,

¹⁸⁸ Ver Claudine Attias DONFUT. "Seminário de estudos sobre a terceira idade". *Cadernos da Terceira Idade*. São Paulo, SESC, 1, 2 (3), 1979.

tal como o nascimento, o crescimento, a reprodução e a morte.¹⁸⁹ Optando por esta conclusão, passou a ser necessário dinamizar o estudo sobre o indivíduo, levando em conta todos os aspectos, inclusive o social, que o envolvesse. De curativa, a geriatria passa a ser preventiva e, portanto, distinguiu-se das demais áreas médicas. As deduções, de médicos como Charcot, de que na velhice as funções orgânicas regridiam, deixaram de ser sintomas a serem sanados e passaram a ser evidências irremediáveis. Velhice e doença crônica tomam um mesmo patamar de significação.

Partindo destas considerações, os gerontólogos tomaram a dianteira das discussões, afirmando que se era inevitável a regressão das funções orgânicas durante a velhice, cabia a eles, através de seus estudos a nível do externo, ou seja, do ambiente que cerca o velho, prevenir ou aliviar, no pior dos casos, os resultados da senescência do organismo. Concluem, assim, que o declínio das funções poderia ser acelerado ou retardado por inúmeros fatores: como a saúde, a hereditariedade, o meio, as emoções, os hábitos e uma série de considerações restritas a individualidade do ser. A dimensão histórica das condições de vida do velho são relegadas ao descaso. Descaso este também histórico.¹⁹⁰

¹⁸⁹ A organização da Gerontologia não descartou as pesquisas realizadas no sentido estritamente geriátrico. Por isso, em 1952, a *Revista O Tempo*, publicou prolongada reportagem sobre os estudos do pesquisador russo BOGOMOLETZ, que “preparou então um soro que estimula as funções do tecido conjuntivo. Suas aplicações tornaram-se verdadeiramente miraculosas, opondo-se à esclerose prematura e favorecendo a longevidade”. A evidência que a discussão entre gerontólogo e geriatras eram freqüentes encontra-se na seguinte afirmação da mesma reportagem: “Ele estuda a fundo o problema do envelhecimento e constata que, ao contrário da opinião corrente, a velhice não é um fenômeno biológico fatal, sem solução (...) BOGOMOLETZ demonstra que a velhice, em suma, não passa de uma moléstia curável: deve-se buscar na higiene e na profilaxia as regras que permitam evitar o envelhecimento prematuro” [grifo meu]. “Não descansa o sábio BOGOMOLETZ - Novo método para prolongar a mocidade - pela transfusão de sangue as células poderão viver 150 anos”, Ano I, n. 9, em 08/09/1952, p. 6.

¹⁹⁰ Durante a década de 1950 e 1960, tanto no Brasil, como no estrangeiro, vários livros foram públicos tendo por ponto nodal a difusão de meios científicos para o prolongamento da vida para além de um século. Foi nestes termos que o Dr. Mário FILIZZOLA publicou o livro *Como Emplacar*

Infinitos são os exemplos encontrados em jornais e livros da época sobre a postura da Gerontologia. Porém todos têm em comum dois pontos de organização, apontar os fatores inevitáveis da velhice e indicar um meio para retardar-lhe o efeito:

“Na velhice as mensagens são percebidas de modo diferente: o significado afetivo da frase é retido com mais nitidez do que seu significado intelectual. (...) Podemos com certo esforço cerebral, mesmo estando completamente surdos, conseguir ouvir aqueles sons que a nossa vontade e o nosso comando cerebral determinarem. (...) A surdez só se converte em sofrimento e amargura quando a pessoas se deixa abater pela depressão e se recolhe deliberadamente a um ostracismo.”

(...)

* os velhos mastigam com dificuldade e necessitam de alimentos bem moles. Não faça economia de gás. (...)

* velho não come manteiga, creme, maionese, azeite, banha ou qualquer fritura. Pior ainda quando é hipertenso: poderá acelerar o lento e normal processo de arteriosclerose.¹⁹¹

A ciência através de suas conclusões tomava a postura de ditadora de procederes, principalmente pelo fato de centralizar no indivíduo a possibilidade deste vir ou não a sofrer durante o “lento e normal” processo de envelhecimento¹⁹². Autorizando-se, através do rótulo do científico que sempre trazia consigo, a Gerontologia impunha novos padrões de comportamentos, tais como:

“O ambiente que mais convém aos velhos deveria ser entre outras pessoas da mesma idade, bem próximo dos membros da família. Mas, além da moradia e do ambiente, todo velho necessita fazer alguma coisa, seja lá o que for, contanto que se mantenha ocupado física e mentalmente, várias horas por dia.”

“O velho saudosista e divorciado do presente está mergulhado em plena decrepitude.”

“O casamento na velhice é tão admissível quanto na mocidade.”¹⁹³

100 anos”. em 1964; que o francês Belmuth BOETTCHER publicou “Viver 140 anos”, também em 1964. Em 1950, o russo BOGOMOLETZ escreveu “Como Prolongar a Vida” e em 1960 o argentino MIRA Y LOPEZ publicou “Arte de Envelhecer”. Existem muitos outros títulos, certamente.

¹⁹¹ São comentários feitos por Mário Filizzola através de sua coluna: “Como evitar a velhice”, do *Jornal Diário de Notícias*, respectivamente de 11/06/1965 e de 10/01/1964.

¹⁹² Para diversos autores na área de psicologia e antropologia a característica de centralizar no indivíduo a responsabilidade do processo do envelhecimento é resultado da Gerontologia ter se desdobrado da geriatria, que como especialidade médica restringe seus estudos aos limites individuais de um corpo.

¹⁹³ Todas as citações pertencem ao Mário Filizzola, através do artigo: “As necessidades da Velhice”, In: *Jornal Diário de Notícias*, ..., em 07/08/1965, p. 1. Interessante observar que muitas das atuais “Casas de Repouso para a 3a. Idade” seguem a determinação feita pelo geriatra no primeiro parágrafo.

Alem disto, todas as funções do organismo passaram a ser avaliadas e projetadas em suas possibilidades de resistência, desconsiderando, nestas análises, qualquer variante social e/ou histórica. É assim no que tange à racionalidade ou às funções sexuais:

“Perde-se mais rapidamente a racionalidade do que a afetividade por efeito do envelhecimento, mas se conservam intactas as recordações automatizadas. Os velhos resistem aos fatos novos e parecem temer o progresso, mas se isso lhes acontece é pela impossibilidade orgânica e psíquica que tem de incorporar o presente ao seu conteúdo antigo.”¹⁹⁴

“A profilaxia da impotência consiste em viver uma vida simples física, intelectual e socialmente falando. (...) A energia biopsíquica do organismo humano pode desenvolver o reflexo do orgasmo até a mais avançada idade desde que se conservem as condições orgânicas indispensáveis a esse reflexo. O que se impõe ao homem ou à mulher que envelhecem é não renunciar à sua capacidade sexual, não se devem considerar inválidas para essa função antes do tempo. Isto é, antes do término da sua vida normal, lá pelos 100 ou 120 anos.”¹⁹⁵

As características acima apresentadas foram generalizadas a todos os velhos. A manutenção das funções sexuais foram vinculadas a algumas condições orgânicas e, desta forma, o organismo era entendido como mecanismo autônomo, ao mesmo tempo que ao indivíduo era atribuída a responsabilidade de manter ou perder suas “habilidades” orgânicas.

Porém, bem antes destas considerações, em 1953, três psicólogos norte-americanos alertaram para o “*perigo científico*” das generalizações realizadas, comumente, a respeito dos problemas sociais e psicológicos dos velhos. No entanto, estas considerações não foram levadas a sério. Como evidencia Anita NERI: “*a advertência foi ignorada por várias levadas de pesquisadores, o que permitiu que vicejasse, (...), um conjunto de crenças e opiniões sobre a predominância de*

¹⁹⁴ *Jornal Diário de Notícias*, “Pode-se conter a perda da memória?”, Coluna: Como Evitar a Velhice, de Mário Filizzola, em 22/05/65.

¹⁹⁵ *Jornal Diário de Notícias*, “Prolongue sua Vitalidade”, ... , em 28/05/1965.

predisposições negativas nos indivíduos e na sociedade, determinadas por uma concepção de velhice como problema a ser evitado.”¹⁹⁶

Acatar esta ou aquela conclusão científica é sempre resultado de uma opção histórica. Por isso, para os gerontólogos brasileiros, desprover-se de sua historicidade era algo extremamente difícil, senão impossível. Por mais que houvessem Congressos, Conferências e outros Encontros Científicos realizados no Mundo e, inclusive, no Brasil¹⁹⁷, permanecia a enraizada assertiva de que o indivíduo, independente de suas condições sociais e históricas, era o único responsável pelo retardamento de sua velhice:

“Quem tem amor à vida, como manda a natureza, assume a obrigação consigo próprio de conservá-la livre de doenças. Por isso não deverá ser um comodista nem um tímido porque

¹⁹⁶ Anita NERI. *Envelhecer num país de jovens*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991, p. 35. O trabalho citado é: J. TUCKMAN, I. LORGE, & W. SPOONER. “Attitudes toward old people”. *Journal of Social Psychology*, 37, 249-60. No livro de NERI encontra-se um importante levantamento bibliográfico sobre velhice, e neste, uma série de livros e pesquisas publicadas entre as décadas de 1950 e 1960, tanto na Europa, como nos Estados Unidos da América.

¹⁹⁷ Por diversas ocasiões foram noticiados nos jornais os Encontros Científicos realizados tendo por tema a velhice. Foram encontradas informações a respeito do VI Congresso Internacional de Gerontologia, em Copenhague, da 13a. Semana Alemã de Terapia, em Karlsruhe e da Primeira Jornada Brasileiro-Argentina de Geriatria e Gerontologia, em Porto Alegre. Algo bastante comum destes encontros era a divergência de opiniões a respeito do que seria a velhice, uma questão geriátrica ou gerontológica. No encontro em Copenhague os doutores SCHOCK e VERZAR afirmaram que o “envelhecimento é a consequência da atuação de fatores endógenos, como esgotamento celular, degradação molecular e redução funcional do sistema dos ácidos nucléicos”, enquanto o Dr. GEILL, afirmava que eram os fatores exógenos, como a “sobrecarga psíquica, partos numerosos, descanso insuficiente, alimentação inadequada, exagero ou insuficiência de atividade física, desfavoráveis condições climáticas...” Ver *Diário de Notícias*, “O Envelhecimento Humano”, em 09/05/1965. Já no encontro de Karlsruhe, uma das conclusões apontadas divergia muito das propostas gerontológicas comuns no Brasil. Afirmou o Dr. WIESEN, de Wüuzsburg que “o problema está na atual estrutura da sociedade que atribuiu um papel completamente errado à pessoa idosa na sociedade, sugerindo-lhe, com isso, o medo da velhice. Ao que parece, os homens na idade ativa precisam dos asilos de velhos, para provarem a si próprios que ainda são jovens. É isto uma tendência perigosa da sociedade moderna.” Ver *A Gazeta*, “Não é preciso ter medo da velhice”, em 01/10/1961. Quase todas estas pesquisas e pareceres tiveram maior repercussão na produção gerontológica brasileira a partir da década de 1980 quando as condições históricas eram outras, propiciando uma nova “sensibilidade científica”.

essa atitude poderá prejudicá-lo, encurtando-lhe a vida. (...) Não se trata apenas de selecionar alimentos favoráveis ou prejudiciais, trata-se principalmente de graduar o apetite (...)"¹⁹⁸

Mesmo quando parecia difícil o poder de intervenção no organismo pelo indivíduo, a ciência estabelecia autoritariamente o que devia ser feito:

“O sangue é o veículo do calor e aquecimento do corpo. Pouco sangue significa pouco oxigênio e pouco oxigênio significa redução de produtividade celular e incapacidade funcional. Temos um compromisso biológico com os nossos órgãos: fornecer-lhes sangue e oxigênio. Mas, o homem apesar de se chamar civilizado esquece por vezes este compromisso milenar e desaprende de respirar o oxigênio do ar, do qual necessita, e não desenvolve a contractilidade muscular, indispensável à circulação do seu sangue.”¹⁹⁹

O discurso homogeneizador da Gerontologia o era principalmente diante das classes sociais. Em nenhum momento a variante condição social do indivíduo entrava em ponderação:

“Todos estão igualmente próximos ou distantes da morte, numa distância tão relativa que não vale a pena gastar pensamento e emoção com ela.”²⁰⁰

“EU, TU, VÓS e o MUNDO, estamos sujeitos às mesmas leis biológicas da contínua mudança e do perene vir-a-ser. (...) Conservar a juventude é manter a suficiente elasticidade do corpo e da mente para reconhecer e aceitar as novas condições de vida procurando ajustar as aspirações de vida às possibilidades biológicas e sociais oferecidas pelo meio ambiente.”

“A mãe-natureza impõe ao homem a jovialidade. Quem ousar a insubmissão será forçado a pagar seu ato de rebeldia com a perda dos maiores prazeres da vida: o sono, o apetite, a sexualidade e o conhecimento.”

A natureza, o decorrer do tempo, estes elementos tão recorrentes no saber gerontológicos, eram revestidos da noção de causa determinante do envelhecimento e, como tal, atribuída a todos, ao “Mundo”, desconsiderando por este meio as especificidades da “natureza” de cada indivíduo, tanto quanto, a do “tempo”, que também é individual e específico para cada pessoa.

¹⁹⁸ *Jornal Diário de Notícias*, “Você Pode! Experimente !”, Coluna: Como Emplacar 100 anos”, de Mário Filizzola, em 24/04/1966, p. 1 da 2a. seção.

¹⁹⁹ *Jornal Diário de Notícias*, “Resista ao envelhecimento”, ..., em 17/07/1965, p. 1.

²⁰⁰ São notícias, respectivamente, do *Jornal Diário de Notícias*, “A morte não merece a sua preocupação”, ..., em 10/07/1965, p. 1; *Jornal Diário de Notícias*, “Mantenha-se adaptado”, ..., em 08/07/1965, p. 1, e, *Jornal Diário de Notícias*, “Conserve a jovialidade”, ..., em 05/08/1965, p. 1.

A Gerontologia estabelecida no Brasil, inspirada na que se compilou a partir de 1930, na Europa e nos Estados Unidos, não pretendeu transformar velhos em jovens, mas sim convencer seus pacientes que toda a velhice era uma questão pessoal, que poderia ser superada por ação individual, no sentido de encontrar uma velhice saudável e feliz. Foi neste sentido que Simone de Beauvoir traduziu o ideal da Gerontologia francesa:

“Quando se fala de ‘bela velhice’, de ‘velhice vigorosa’ significa que o homem idoso encontrou seu equilíbrio moral e físico, e não que seu organismo, sua memória, suas capacidades de adaptação psicomotora sejam os de um homem jovem.”²⁰¹

Mediante esta forma de abordagem é que Filizzola atribuiu ao velho que sentia dor a pecha de masoquista. O seu paciente tinha todos os recursos à mão, manter-se em sofrimento, então, era atitude desequilibrada e promotora de maiores dores, tal como ele esclarece abaixo:

“Podemos dominar as dores de nossos ossos, de nossa pele, dos nossos músculos, de nossos órgãos, como também todas as dores da nossa alma. Não estamos condenados pela natureza a viver padecendo dores, quaisquer que sejam elas. A dor não faz parte do estado normal de nosso organismo. (...) Em nossos dias, sofre somente quem quer ou quem gosta.”²⁰²

O paciente desta nova clínica precisava ser, acima de tudo, uma pessoa de grande boa vontade para poder subtrair de seu “destino” irremediável, o sofrimento. Vislumbrar por esta concepção a velhice, não foi um meio de concebê-la de forma positiva ou desejável, ao contrário disto, como está apresentado nas entrelinhas das muitas citações acima, ser velho, deixar-se vencer pelos anos e pelo inexorável desgaste das células, era ser um fraco, um incapaz de lidar com a própria natureza. Tempo e

²⁰¹ Anita NERI. Op. cit. p. 46.

²⁰² *Jornal Diário de Notícias*, “Viva sem sofrer”, ..., em 01/08/1965, p.1.

natureza foram sempre considerados elementos independentes dos indivíduos, ou seja, a-históricos. Entre tantos textos que poderia selecionar, um dos mais contundentes na desqualificação do velho é o seguinte:

“A idade avançada passa a exigir mais serviços do que os necessários na juventude, mocidade ou idade adulta. (...) Um velho doente em uma casa esgota uma família inteira. Ninguém dorme. Todos passam a viver preocupados e assombrados com o estado do velho. Mas, a tudo nos acostumamos, até os gemidos, as queixas e as lamúrias.”²⁰³

O que era um velho para o gerontólogo senão alguém que gemia, queixava-se e fazia lamúrias e que incomodava a todos. Por traz de todo um discurso otimista, as mesmas imagens disfóricas da velhice que qualquer leigo tinha, era o que aparecia nas falas dos cientistas. Como afirma Anita NERI: “*Os gerontólogos não só sucumbiram aos estereótipos culturais quanto à incompetência comportamental do idoso, como também contribuíram para fortalecê-lo ao institucionalizarem os estereótipos negativos sobre o velho, em nome da ciência.*”²⁰⁴ A afirmação da autora é possível porque as mesmas representações, tão recorrentes nos contos, notícias, projetos de lei etc, que analisei no primeiro capítulo, pertenciam igualmente ao mundo dos jovens, dos velhos e dos cientistas, por exemplo.

É diante desta dimensão de análise histórica, levando em conta que o saber construído está vinculado estritamente a época em que surgiu, que é possível apresentar o desdobramento político das afirmações científicas.²⁰⁵ Se assim não for analisado, só

²⁰³ Jornal *Diário de Notícias*, “Mais serviços para os velhos”, ..., em 13/08/1965, p. 1.

²⁰⁴ Anita NERI. Op. cit. p.57.

²⁰⁵ O estudo realizado por Eneida HADDAD, no capítulo I: “O saber sobre a velhice: A ‘Ciência está com a palavra’”, do seu livro *A Ideologia da Velhice*, afirma em completariedade as idéias por mim desenvolvidas: “As três propostas: educação, trabalho e família - tripé onde se assentam as idéias, noções e normas, isto é, o conjunto de representações sobre a velhice - , formuladas pela geriatria e pela Gerontologia, estão articuladas contraditoriamente, porém, de tal maneira que formam um todo integrado. Configuram um ‘modelo’ a ser utilizado pelo homem para

me restaria dizer que Filizzola, em alguns dos muitos trechos que posso apresentar, era muito cínico, como nesta colocação:

“Aquele babá de 124 anos que sobreviveu às sinhazinhas e aos nhonhês que criou, ainda naquele velho Brasil da escravatura e sem jamais ter conhecido conforto e vida regalada, constitui prova de que a vida longa não depende de conforto, luxo ou abundância de alimentação. Parece depender pelo contrário, de uma resistência maior contra as infecções, provavelmente conservada pelo trabalho, fome e necessidade.”²⁰⁶

Interessante proposta gerontológica! Trabalho escravo, fome e passar necessidades como meios de longa vida. Esta combinação é imaginável quando concebe-se verdadeira a tão propalada “harmonia social” do governo e elites brasileiras. O cientista subestima qualquer evidência das desigualdades sociais existentes em sua sociedade, afirmando que esta é insignificante diante de seu objeto. Em sua concepção, da condição social vivida não decorre qualquer prejuízo a saúde, ao bem-estar, ou às próprias possibilidades de resistência ao processo de envelhecimento.

Contudo, a maior expressão política do discurso gerontológico está presente em dois pontos constantes de sua argumentação: a neutralidade da ciência que, por assim ser, era a única capaz de realizar sugestões isentas de partidarismos; e a importância da manutenção do trabalho para a conservação da saúde;

Se o primeiro ponto correspondia claramente aos interesses corporativistas e autoritários do governo militar instituído, a partir de 1964, no país; o segundo era a mais pura identificação com os ideais trabalhistas do período populista brasileiro.

relacionar-se com seu corpo, com os outros homens e com a vida.” p. 53. O trabalho da autora se detém na análise das produções científicas realizadas no Brasil a partir de 1976 e toma parâmetros interpretativos diferentes dos meus.

²⁰⁶ *Jornal Diário de Notícias*, “A morte não merece a sua preocupação”, ..., em 10/07/1965, p.1.

A partir das intervenções corporativistas à organização do Estado brasileiro, bem como, à toda ação social, se tornou freqüente a exigência da opinião “balizada e neutra” dos técnicos nos mais diferentes setores da administração pública. Quando a questão dizia respeito aos problemas sociais, diferentes vozes clamavam por providências definitivas, ou seja, bem estudadas, organizadas e aplicadas. Foi nestes termos que um jornalista comenta o problema da mendicância, em Florianópolis, por exemplo:

“(…) providências de caráter paliativo ou soluções a curto prazo não podem jamais ser o caminho certo num problema de tão grande importância. Nos permitimos, também, sugerir, antes de mais nada, um estudo profundo e um levantamento completo da situação. Qualquer outra providência, baseada apenas em soluções de emergência, sem uma orientação e um planejamento completo, jamais resolverão a questão da mendicância”²⁰⁷

Também foi com estas preocupações e dentro desta circunstância histórica, que a Faculdade de Serviço Social, inaugurada em 1959,²⁰⁸ tornou-se de relevante importância, sendo suas atividades constantemente noticiadas pela imprensa escrita. Na imprensa catarinense, por exemplo, é possível encontrar detalhadas informações a respeito do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, da X Conferência Internacional de Serviço Social e da XI Conferência Internacional de Serviço Social.²⁰⁹ Outros eventos na área médica ocorreram constantemente com o objetivo de estabelecer políticas de intervenção social “corretas”. Dentro desta proposta, a Associação

²⁰⁷ Jornal *A Gazeta*, “Dia 22: Mendicância será estudada”, Fpolis, em 16/12/1960, p. 2.

²⁰⁸ No livro de Stella Maris Piazza SOUZA: *Serviço Social e Universidade - Resgate e Lembranças*, está afirmado que o surgimento da Faculdade de Serviço Social está relacionado a mobilização de diversas instituições, sob a liderança e a coordenação do Serviço Social da Indústria (SESI). Suas primeiras atividades foram realizadas a partir de 1952, depois foi criada a Fundação Vidal Ramos, em 03 de maio de 1958 e finalmente, em 07 de março de 1959 foi realizada a 1ª aula magna. p. 86-89. Diversas informações, que a autora apresenta a respeito da organização desta faculdade, confirmam as considerações por mim apresentadas.

²⁰⁹ Conforme as seguintes edições do Jornal *A Gazeta*: 06/08/1960, 10/01/1961 e 02/08/1962.

Catarinense de Medicina, através de seu Boletim Informativo, noticiou os diversos “Simpósios de Humanização”, que realizava no estado.

Se os médicos de maneira geral estabeleciam políticas próprias de intervenção, os gerontólogos defendiam para si um “dever” muito maior. Afirmara Filizzola: *“Prolongar o período de utilidade do organismo humano para a comunidade é o objetivo específico da Medicina de nosso tempo.”*²¹⁰

Que “nosso tempo” era aquele que o geriatra afirmava existir? Respondia ele entre as coisas que almejava para a ciência:

“Que devemos dar à ciência? Mais dinheiro, mais verbas, mais pesquisa, mais cientistas, mais laboratórios. Eis o programa verdadeiro de um povo que deseja libertar-se da servidão à ignorância, à fome e à doença.”

Portanto o seu tempo, como já desenvolvi no capítulo II, era o mesmo que o das idéias desenvolvimentista e da crença que o Brasil caminhava a passos largos em direção à Grandeza. Por diversas vezes, entre as justificativas de seus pareceres, encontrei a certeza do progresso e futuro glorioso do Brasil, pois esta ciência era mais um meio para alcançar este objetivo. Em continuação ao parágrafo antes citado, ele dizia:

“Temos o dever de pesquisar a resistência biológica de nosso povo e as causas de seu envelhecimento precoce como também nos cumpre pesquisar o aperfeiçoamento biológico do homem que habita o nosso território porque temos o dever de trabalhar pelo aperfeiçoamento de nosso povo.”²¹¹

O papel pretendido por esta ciência era considerado de grande importância, porque acreditar nos ideais de transformação do país em uma Nação desenvolvida e

²¹⁰ *Jornal Diário de Notícias*, “Evite a invalidez”, ..., em 25/04/1965, p.1.

²¹¹ *Jornal Diário de Notícias*, “As vantagens do Envelhecimento”, Coluna: “Como Evitar a Velhice”, ..., em 07/08/1965, p.1.

rica, era acreditar na própria expansão da clientela e da importância da ciência gerontológica dentro do país.

“A Gerontologia é uma ciência médico-social que estuda e prevê, com exatidão, o futuro das próximas gerações.”²¹²

Tendo em vista este conceito, foi sempre comum encontrar, entre os pareceres dos especialistas em velhice, os dados estatísticos da evolução do percentual de pessoas idosas no Brasil, tanto quanto, a associação destes índices ao crescimento econômico e, principalmente, ao desenvolvimento da industrialização. Esta, segundo o olhar clínico, havia proporcionado por um lado o aumento das expectativas de vida das pessoas, mas por outro lado, havia forçado a reestruturação da família e, com isto, dado ao velho um espaço um tanto quanto incômodo dentro do lar. Devido a estas considerações, nunca havia sido tão emergente construir um saber que adequasse corretamente o velho a esta nova realidade, bem como educasse os jovens a respeitar o indivíduo idoso mesmo que a cultura vigente, constantemente, valorizasse o novo e o jovem.

“Esquecida da felicidade, a civilização industrial deforma, despreza e deprecia o homem. (...) Assim é que, por super valorizar o jovem, do qual identifica como o novo-produto e o novo-modelo, o homem contemporâneo acaba por não permitir a coexistência social com o homem que envelhece (...)”

“A luz da nova liberdade - a liberdade de envelhecer - apontará as normas de conduta à esta civilização industrial (...)”²¹³

“Liberdade de envelhecer”, possibilidade fascinante dada pela Gerontologia a todos que se submetessem aos seus ditames, tornando-o, assim, um homem que envelhece, mas que não é um velho. Por isso, em seu constante tom otimista, as normas

²¹² *Jornal Diário de Notícias*, “Velhice, situação de milhões”, ..., em 26/10/1964, p.1.

²¹³ As duas citações correspondente respectivamente as seguintes edições do jornal *Diário de Notícias*, “Perigosa Identificação”, em 30/11/1965 e “A liberdade de Envelhecer”, em 09/11/1964.

de conduta são estabelecidas, em consonância com o objetivo de “harmonia social”, também defendida pelo projeto desenvolvimentista:

“Trabalhando juntos em harmonia social, jovens e velhos ajudarão o Brasil a cumprir o seu grande destino e, particularmente, os velhos terão a oportunidade de ajudar aos jovens a se tornar verdadeiros homens, como todos os jovens aspiram vir a ser.”²¹⁴

Se o segundo ponto constante da argumentação gerontológica era a importância do trabalho para a conservação da saúde, não é de estranhar que a discussão do período adequado à aposentadoria, fosse comum nas colocações dos gerontólogos. Reunindo o caráter corporativista do Estado, fosse este populista ou militar, à sintonia da Gerontologia com o seu tempo, encontra-se a razão de nenhum juiz ter parecido mais razoável, na decisão dos pareceres políticos das questões de aposentadoria, do que o geriatra.

Foi tendo por objetivo a procura destes juizes que muitas vezes as conclusões médicas internacionais e brasileiras a respeito disto apareciam nos jornais:

“Jones [médico de Hamburgo] descobriu pela análise de numerosos casos que funcionários faleceram freqüentemente depressa depois de serem aposentados. ‘Não por já serem muitos velhos! Mas por não poderem suportar a exclusão da comunidade’, explica Jones.”²¹⁵

No Brasil as afirmações eram também bastante categóricas:

“Aposentadoria é (...) um veneno social é um tóxico, entorpece, debilita e aniquila”²¹⁶

²¹⁴ *Jornal Diário de Notícias*, “Jovens e Velhos”, Coluna: “Como evitar a Velhice”, ..., em 16/09/1965, p.1.

²¹⁵ *Jornal A Gazeta*, “A Medicina Clássica ‘em crise’? - Um médico da Alemanha Ocidental em foco - a psicossomática é mais do que mero passatempo - morte em consequência da aposentadoria”, Fpolis, Ano XXVII, n. 7.016, em 17/01/1962, p. 4.

²¹⁶ *Jornal Diário de Notícias*, “As vantagens do envelhecimento”, ..., em 07/08/1965, p.1.

Acompanhando as considerações políticas havia uma argumentação bem sustentada a lhe reforçar:

“Removendo a pessoa da vida produtiva, elimina-a da vida social. (...) A inatividade jamais foi capaz de trazer felicidade a quem quer que fosse. O autêntico prazer de viver somente se desfruta sob a mais viva integração social, em plena atividade, nessa situação em que sentimos o prazer de sermos uma nota que ajuda a tocar o hino social. (...) O trabalho é, justamente o contrário de tudo isso, é uma benção, um prêmio e, mais ainda, é o melhor remédio para a saúde, para conservar a juventude e evitar a velhice.”²¹⁷

Era afirmado com clareza o quanto de valor o trabalho possuía. Definiu o cientista que a possibilidade de realização do trabalho, mantinha o homem como participante da vida social e que a ausência deste trazia a infelicidade, as doenças e a própria velhice. O hino social era canção que apenas as vozes de trabalhadores tinham o direito de entoar. A aposentadoria significava a mudez social indesejável a qualquer cidadão.

Para o governo, como está pontuado no segundo capítulo, a percepção da aposentadoria era a mesma de Filizzola. O Ministro da Saúde, Raimundo de Brito, representando esta instância afirma, em 1964:

“É evidentemente paradoxal o que vem ocorrendo [a falta de lugar para o velho na civilização industrial] Mas, não parece igualmente desumano ‘fabricar’ [pelos avanços da Medicina] velhos, para colocá-los num campo de concentração representado pela ociosidade, que é o caminho mais curto para a morte?”²¹⁸

Não trabalhar e morte era uma aliança inquebrável nas palavras do Ministro e nas preocupações da Gerontologia, de tal forma, que chegou-se a afirmar que havia uma “doença da desocupação”. Esta era facilmente identificada quando tendências

²¹⁷ *Jornal Diário de Notícias*, “A Compulsória dos Velhos”, Coluna: “Como evitar a Velhice”, de Mário Filizzola, Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n. 13.254, em 30/09/1965, 2a seção, p.1.

²¹⁸ *Jornal Diário de Notícias*, “Entrevista Ministro Raimundo de Brito”, ..., em 07/12/1964. p.1.

hipocondríacas se faziam presentes e poderia, pela disposição mental de seu portador, ser fatal.²¹⁹

O gerontólogo indagava de seu paciente: “50 anos é apenas a metade da vida. Se pensar em aposentadoria, o que fará depois?”²²⁰

O temor estava lançado: parar de trabalhar poderia significar a morte, senão do corpo, certamente social:

“Aposentadoria é um canto de mandrágora, mata a quem a aceita. Removendo a pessoa da vida produtiva, elimina-a da vida social. (...) Aposentadoria no Brasil não significa prosseguir na vida produtiva, significa pelo contrário, descansar, nada fazer, repousar. É a mais descabida e antinatural das condenações: - a condenação ao silêncio social.”²²¹

Passando de um nível mais superficial de comparações a um mais complexo, encontro a associação da produção gerontológica à lógica de explicação desenvolvimentista da pobreza e riqueza do país, que apresentei no segundo capítulo.

Dentro do projeto desenvolvimentista, a pobreza nacional seria sanada através de uma riqueza, também nacional, supondo-se assim que esta pobreza “natural” seria superada através do ataque ao reduzido desenvolvimento industrial e a baixa exploração dos recursos hidro-minerais do país. De forma muito semelhante para a Gerontologia, a velhice ou em seus termos, o processo de envelhecimento, também era considerada tão natural quanto o nascimento, o crescimento, a reprodução e a morte da

²¹⁹ Conforme *Jornal Diário de Notícias*, “Mantenha-se Adaptado”, ..., em 08/07/1965, p.1.

²²⁰ *Jornal Diário de Notícias*, “Não adianta morrer”, ..., em 01/11/1964. p.1.

²²¹ *Jornal Diário de Notícias*, “A Compulsória dos Velhos”, ..., em 30/09/1965, p.1.

espécie humana. Por esta característica, para ser superada era necessário apenas impôr ao organismo novos hábitos, que o manteria saudável, o maior tempo possível.²²²

Se o Estado, então representante dos interesses de industriais que se definiam como os promotores do desenvolvimento, propunha para si o papel de interventor autorizado para planejar e estabelecer o crescimento econômico, tal como era feito através de seus Planos Nacional de Desenvolvimento; a Gerontologia, por sua vez, assumia o mesmo papel, autorizando-se, pelo saber que produzia, a planejar, intervir e conduzir a vida de seus pacientes. O governo promovia o crescimento econômico, o médico o retardamento da velhice.

Se no discurso do Estado, os indivíduos eram convidados a participar da construção da grande Nação, através de seu trabalho, para com isto desfazer sua pobreza individual; no discurso da Gerontologia o convite era o mesmo, ou seja, o velho deveria acatar as recomendações médicas, adequando-se ao conjunto social modernizado que havia alterado seu papel dentro da família e lhe oferecido infinitos recursos médicos, a fim de desfrutar de uma velhice mais alegre e saudável.

Em comum, ainda, estas propostas, realizavam o mascaramento da realidade social vivida pelos indivíduos, fossem estes pacientes e/ou cidadãos.²²³

²²² Encida HADDAD, analisando sobre o poder de intervenção auto-atribuído pelo gerontólogo em seus pacientes, afirma: "Propor a educação como uma alternativa para a solução da velhice trágica é ocultar a realidade histórico-social; é tomar como verdadeira 'a idéia' de que a pedagogia da velhice encerra em si mesma uma saída para a 'questão da velhice', possibilitando aos homens condições para viverem, através do processo de ressocialização, da inculcação das normas geriátricas relativas à aprendizagem da arte de saber envelhecer, uma existência diferente daquela que é socialmente produzida." Op. Cit. p.36.

²²³ Um especialista norte-americano analisando as políticas públicas implantadas e o saber gerontológico construído em seu país, chegou a seguinte conclusão: "... há numerosas vantagens políticas em se manter essas idéias de doença, infortúnio ou calamidade, associadas à velhice. Em primeiro lugar, essas imagens geram a lógica de que o progresso social depende mais da modificação dos indivíduos do que da reconstrução das instituições. Em segundo lugar, a crença nas perdas, no declínio e na dependência, como características universais, naturais e inevitáveis da velhice, mascara o

A proximidade das condições de paciente e cidadão não é por acaso.

Ser um cidadão neste período era ser alguém atuante, alguém que participava e contribuía para o crescimento da Nação. O critério trabalho, portanto, era o único capaz de instituir esta condição a uma pessoa. Assim sendo, como disse o especialista, não mais trabalhar era o mesmo que ser eliminado da vida social.²²⁴ Defender os direitos da velhice só poderia ser possível quando os alvos destes direitos são passíveis de recebê-los, isto é, quando estavam sendo dirigidos aos cidadãos.

Nas palavras dos gerontólogos a associação entre o fato do velho ter sido um trabalhador e o direito à dignidade na sociedade em que vivia, foi uma constante:

“Milhões de pessoas, no Mundo inteiro e em nosso próprio país, passaram dos 60 anos e já não encontraram na civilização que ajudaram a construir com o trabalho das suas proveitosas vidas, o clima social indispensável para recebê-los com a dignidade que merecem.”²²⁵

Em outra ocasião, em defesa dos maiores de 70 anos que foram impedidos de adquirir uma casa pelo Plano Habitacional da Cooperativa, a argumentação fundamenta-se no mesmo critério:

“Vítimas de uma falsa cultura que lhes nega, contra a religião e a justiça, os direitos de pessoa humana e a liberdade de envelhecer, os velhos de nossa Pátria são estátuas vivas do sacrifício pelo amor ao trabalho e à família.”²²⁶

poder das desigualdades estruturais que, enquanto determinantes da pobreza, do isolamento e das doenças, são as verdadeiras causas do problema social da velhice. Em terceiro lugar, a tendência à criação e ao controle pelo Estado do problema social da velhice confere àquele grande poder e autoridade política, dos quais o cidadão idoso passa a depender.” Apud. NERI, Anita. *Envelhecer num país de jovens*, p. 58.

²²⁴ Uma das formas em que se desdobrou a concepção de morte social ao velhos que param de trabalhar, foi a campanha lançada em 1965, por gerontólogos e políticos chamada “VÁ”, este título tanto significava um convite aos velhos para que eles fossem (vá) às urnas nas próximas eleições como também jocosamente era interpretado como o Voto dos Avós, pretendido pelos políticos. Na campanha foi afirmado: “Depois dos 60 anos a lei lhe dispensa do voto, mas não se deixe ludibriar por essa mistificação que visa excluir o velho da vida pública do país. Se você não passou da idade de viver como poderia ter passado da idade de votar.” In: *Jornal Diário de Notícias*, “Vá às eleições”, 30/05/1965. p.1.

²²⁵ *Jornal Diário de Notícias*, “O Envelhecimento Humano”, ..., em 09/05/1965, p.1.

O velho, paciente legítimo desta ciência, é o mesmo sujeito sobre o qual o Estado oferecia uma aposentadoria: o cidadão.

Em um período militar nenhuma voz era mais gabaritada do que a de um Oficial das Forças Armadas, e nestes termos é transcrita a entrevista feita ao Marechal Inácio José Veríssimo, pelo gerontólogo, em busca de um aval às suas concepções:

“A velhice no Brasil necessita de uma legislação que a reconheça como um autêntico Capital Social, ‘um patrimônio do trabalho’, ao qual se impõe conceder direitos especiais. Necessitamos dignificar o Velho, mesmo aquele que se venha a tornar dependente familiar, através de sistemas de apoio médico, habitação condigna e trabalho proporcional às suas forças.”²²⁷

O critério trabalho não foi descartado pelo Oficial em suas sugestões acima, ao contrário, ao fazer sua proposta de reconhecimento de direitos à velhice, o trabalho era assistência de essencial importância, pois foi através dele, na constituição do “patrimônio do trabalho” e do “autêntico capital social” que os velhos mantêm-se portadores de direitos; além disso, seria mediante o exercício de uma atividade “proporcional às suas forças” que o velho mantinham-se como cidadão e, portanto, merecedor da dignidade que a legislação especial lhe iria dar.

A sugestão, de criação de uma legislação especial à velhice, nunca chegou a se realizar. No entanto, neste período de tão grande atuação da Gerontologia, foram concebidos vários projetos, como a Declaração Universal dos Direitos do Velho e o Regulamento dos Direitos da Velhice no Brasil, sendo o primeiro do Deputado Federal Noronha Filho e o segundo do Senador Atilio Viràqua. Este projeto, após trâmite

²²⁶ *Jornal Diário de Notícias*, Coluna: “A vida depois dos 40”, ..., em 18/01/1965, p.1.

²²⁷ *Jornal Diário de Notícias*, “Entrevista com Inácio José Veríssimo”, ..., em 01/07/1965, p.1.

demorado, foi rejeitado. O primeiro, porém, foi aprovado e até enviado à Organização das Nações Unidas.

A Declaração teve um caráter bem distinto de uma “legislação especial” pois, estabeleceu alguns direitos às pessoas idosas, sem contudo, definir consigo penalidades àqueles que não os respeitassem, ou mesmo subvenções ou qualquer outra forma de renda a ser distribuída pelo Estado ao idoso ou às Instituições de assistência a ele. Nesta Declaração, o trabalho é estabelecido como direito que facultaria ao velho maior dignidade e melhor aproveitamento do cabedal que eles possuísem. A justificativa apresentada pelo seu criador bem esclarece o quanto enfronhada estava a Gerontologia e o Trabalhismo neste documento:

“O meu projeto faculta aos homens idosos, que tenham disposição e saúde, cooperar com a sua experiência para o conjunto social da Nação. Em 2o. lugar, odiosa e desumana nos parece a proibição legal desse trabalho. Em 3o. lugar, a ciência (notadamente a Gerontologia) está certa de que a inatividade total é sumamente prejudicial às pessoas idosas. A aposentadoria total pode abreviar e freqüentemente o faz a vida do homem... Mais que um dever o trabalho é um direito.”²²⁸

Quem era o paciente senão o cidadão. Quem era o cidadão senão o trabalhador reconhecido pela estrutura estatal. Nesta equação muitos velhos e brasileiros ficaram aquém dos limites instituídos pelo saber da ciência e do Estado.

Aos homens e mulheres que por suas condições sociais não foram classificados como cidadãos, ao envelhecer recebiam do Estado, quando sua vida passava a ser alvo da caridade religiosa e popular, uma pensão especial se a requeriam ou, então, o total descaso. A concessão destas pensões especiais foi revestida de um caráter específico: a *caridade estatal*. Como já analisei nas páginas finais do capítulo II, esta situação justificou-se em dois objetivos do Estado Militar: 1o. - empreender o desenvolvimento

²²⁸ Jornal *Diário de Notícias*, “Entrevista com Oscar Noronha Filho”, ..., em 06/06/1965, p.1.

nacional e 2o. - organizar e controlar no campo social o maior número possível de situações, a fim de não possibilitar a organização de movimentos sociais autônomos.

Do fato da Gerontologia estabelecer os cidadãos como seus pacientes, uma grande quantidade de velhos ficava fora destes limites. É exatamente na tentativa de equacionar este problema que ela passa a acusar a caridade de ser um meio de humilhar e reduzir a cidadania dos seus pacientes. A questão é colocada ao inverso na fala do Estado, pois para este as pessoas eram carentes de caridade por não serem cidadãos. Na tese gerontológica: os velhos por serem cidadãos não precisavam de caridade.

No cerne da questão não há divergência de opinião da Gerontologia e do Estado, pois para a ciência, representante primeira da modernidade, era impossível admitir e realizar a caridade, prática revestida de cunho religioso e leigo, enquanto que para o Estado realizar a dita *caridade estatal* era apenas um meio a mais de atender aos seus objetivos autoritários de controle das organizações sociais.

Ambos realizavam coisas que não queriam: nem o Estado tinha como meta realizar a caridade, pois este, tal como a ciência, era o vanguardeiro da modernidade e existia para atender aos cidadãos, e nem a ciência poderia eliminar do rol de seus pacientes todo um estrato de pessoas velhas que não eram tidas como cidadãos.²²⁹

Diante desta situação tão delicada para a Gerontologia, ela encontra em si própria a saída. A transformação de todos os velhos em seus pacientes se daria através

²²⁹ Estes velhos geralmente foram acusados de terem proporcionado sua própria desdita. Como apresentei no primeiro capítulo, o velho asilado e pobre era desqualificado por não ser um cidadão, ou seja, um ex-trabalhador. Nas palavras de Hélio Gomes, entrevistado por Mário Filizzola em sua coluna: "A vida depois dos 40", em 20/06/1965, a velhice dos não trabalhadores era um fardo porque dependente da caridade. "A velhice não deve ser encarada como um fardo mas como prêmio a uma existência devotada aos sadios interesses da coletividade. *Otium cum dignitate*. Só a velhice, remate de uma vida dissoluta, marginalizada, infecunda, egoística se torna um fardo." p. 1 da 2a. seção.

da ampliação de seus serviços, fazendo com que cada pessoa, mesmo envelhecida, se mantivesse com saúde o suficiente para trabalhar e com isto dispensar a caridade e conservar sua categoria de cidadão. Novamente ela encontra uma saída que se encaixa perfeitamente com os interesses estatais.

É equacionando a bilateralidade da questão da assistência caritativa ao velho que as afirmações dos gerontólogos são veementes:

“Nenhuma esmola poderia cobrir as necessidades da velhice sem amesquinhá-la e humilhá-la. Rebaixar o velho à uma degradante condição de mendigo tem sido o caminho utilizado pela nossa sociedade. Mas, no fundo, vem a ser o resultado de uma desorientação por falta de conhecimento científico ou de técnica gerontológica. A Gerontologia em nossos dias ajuda a comunidade e os governantes a encontrar as soluções mais acertadas para evitar o sofrimento, a marginalização social, a segregação e a degradação das pessoas de avançada idade bem como ajuda a prevenir o envelhecimento precoce da população.”²³⁰

A partir desta proposta da Gerontologia, a crítica à caridade fora sempre dura²³¹ e de intenção de alerta aos velhos:

“O asilo (...) organizados mais no sentido de consolar os velhos com a sua própria sorte e ajudá-los a se desvincular da vida. Os asilos são casas onde não se prepara a velhice para a vida, como manda a Gerontologia, prepara-se com rezas, silêncio e desocupação a pessoa idosa para a morte. Não podemos permitir que se continue, por mais tempo, a proceder desse modo injusto, contra as pessoas idosas de nosso próprio país.”

“Tome cuidado com a caridade. Esta sim [e não a velhice] poderá levá-lo a servidão. Defenda os seus direitos com todas as forças de que for capaz (...)”²³²

Como portadora da bandeira da modernidade, a Gerontologia transformava o campo da caridade em espaço necessitado de sua intervenção²³³:

²³⁰ *Jornal Diário de Notícias*, “Nenhum despejo depois dos 70 anos”, ..., em 10/08/1965, p.1.

²³¹ Jacques DANZELOT, ao tratar da intervenção médica sobre os hábitos das famílias afirma: “era preciso substituir a boa consciência da caridade pela adoção de técnicas eficazes”, In: *A polícia das Famílias*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, p.92. No mesmo sentido atuava as intenções da Gerontologia.

²³² São respectivamente trechos do *Jornal Diário de Notícias*, “Chega de Sofrer”, ..., em 08/08/1965, p.1. e “Quearão de nós?”, ..., em 15/10/1965, p.1.

²³³ Curiosamente o próprio Mário Filizzola possuiu algumas “Casas para Idosos”. Os anúncios encontrados de suas clínicas eram propagandas que distinguiam estes recintos de asilos, pontuando claramente o cunho científico do tratamento que era oferecido. “PARA PESSOAS IDOSAS

“A velhice deixou de ser uma situação de alguns. Não pode mais ser resolvida pela caridade das pessoas da família ou do Estado. Necessita ser estudada como problema real que é, urgente e carente de atenção. De nada nos serve voltar os olhos para o passado, lá não iremos encontrar ensinamentos que nos possa ajudar. Queiramos ou não, teremos de inovar e aprender a solucionar esse novo problema social valendo-nos de conhecimentos e de soluções novas.”

“Não pede esmolas nem dos governos nem dos particulares. A velhice reclama exclusivamente o estudo científico de suas necessidades humanas e de sua condição biológica e social.”²³⁴

Um novo tempo era deslumbrado e desta forma foi conjugado uma combinação interessante: saber científico e compromisso social do Estado:

“Ninguém espere da caridade e da esmola qualquer solução para o problema da velhice. O humanismo de uma comunidade não se mede pelas esmolas que dá, ou pode dar, em campanhas de televisão. Mede-se pela disposição sincera de proporcionar bem-estar social a esse grupo humano menos favorecido.”

“A Sociedade é a responsável pelo problema da velhice pobre e mendicante. Mas, será por acaso insolúvel esse problema? Não. (...) Estado e sociedade são os únicos responsáveis pelo problema. Ao Estado compete fazer leis e à sociedade incumbe o dever de aperfeiçoar a interação social.”²³⁵

Com esta interessante combinação, a caridade é deslocada para um sujeito específico: o mendigo. A Gerontologia transformando os velhos em seus pacientes e com isto fazendo-os todos portadores de direito, porque os define como cidadãos, estabelece a nova condição de assistência - a assistência garantida por direito -, e portanto cabível ao Estado. A seqüência de citações a seguir demonstram claramente esta proposição:

“Todos reconhecem em sã consciência, que a decrepitude humana merece proteção e amparo. (...) Estará o Estado preparado para dentro de cinco anos proporcionar a essa população tudo quanto ela tem o direito de exigir?”

“Não se trata de caridade. Ninguém seria capaz de negar que os velhos do Brasil necessitam de assistência e serviços. Que assistência? Que serviços? A velhice é um autêntico e

- Assistência completa em casa especializada, em Laranjeiras, com vista panorâmica, clima agradável e aprazíveis varandas de repouso, dando para o jardim. Visita médica diária e enfermagem carinhosa e dedicada. Internações temporárias ou permanentes, mediante reserva com antecedência.” In: *Jornal Diário de Notícias*, em 06/09/1964, p.3, 2a. seção.

²³⁴ São respectivamente trechos do *Jornal Diário de Notícias*, “O Envelhecimento Humano”, ..., em 09/05/1965, p.1. e “D.N. Inspira o Legislativo”, ..., em 21/07/1965, p.1.

²³⁵ São respectivamente trechos do *Jornal Diário de Notícias*, “Velhos precisam morar”, ..., em 11/09/1965, p.1. e “Maior aposentadoria e Maior pensão para os mais idosos”, ..., em 28/07/1965, p.1.

reconhecido serviço social. Não falo de mendigos. Velho não é sinônimo de mendigo. Falo de serviços para a velhice. [tal como na Suécia]”²³⁶

Mediante esta concepção, prestar assistência seria apenas criar uma série de benefícios que poderiam ser aproveitados pelos *amparados* da Previdência Social, ou seja, os trabalhadores devidamente reconhecidos e portadores de cidadania. Com este objetivo Filizzola afirma:

“O velho doente necessita receber assistência médica e hospitalar como indiscutivelmente merece. A Previdência Social tem a obrigação de fazê-lo, para isso desconta dos que trabalha. O Estado não poderá omitir-se por mais tempo dessa responsabilidade que, indiscutivelmente, lhe cabe. Nada de querer empurrar para a família uma responsabilidade que é sua, exclusivamente sua, e não da Família. A família dá o amor, o carinho, a afeição, mas ao Estado compete dar à Assistência Hospitalar que todo ancião faz jús quando doente, como retribuição e gratidão do país ao trabalhador e ao servidor que a ele dedicou toda a sua vida de trabalho produtivo.”²³⁷

Quem possuía direito era aquele que havia contribuído e portanto trabalhado. Quem daria a assistência seria aquele que se beneficiou do trabalho, o país. Todas as variantes da equação estavam resolvidas. Porém fazia falta uma questão de ordem prática. Como conseguir que um Estado, eminentemente preocupado com a sua mão de obra ativa, viesse a dispensar recursos e atenção a um grupo populacional *desocupado*?

Uma possibilidade de resposta é possível a partir das considerações de HABERMAS sobre público e publicidade. A imprensa, segundo este teórico, foi de inevitável importância para que burgueses e Estado adquirissem um outro espaço social no processo de desorganização do Antigo Regime europeu. Foi através do instrumento público dos jornais que o Estado transformou seus súditos em público, ou seja, alvos. Enquanto que, para os burgueses, foi através deste instrumento que as verdades que lhe

²³⁶ São respectivamente trechos do *Jornal Diário de Notícias*, “Não adianta Morrer”, ..., em 12/08/1965, p.1, e “Mais serviços para os velhos”, ..., em 13/08/1965, p.1.

²³⁷ *Jornal Diário de Notícias*, “A Hospitalização, um direito da Velhice”, ..., em 20/08/1965, p.1.

eram convenientes passaram a ser apresentadas e conseqüentemente legitimadas na nova sociedade. Pois como fica esclarecido nas considerações do autor, aos leitores é delegado o poder de juiz à medida que intrinsecamente à notícia vinculada estava o direito de julgá-la, interpretá-la e com isto legitimá-la. Nas palavras de HABERMAS: “*O que é submetido ao julgamento do público ganha publicidade*”²³⁸

Em busca desta publicidade, entendida como consenso social, que o gerontólogo Mário Filizzola escreveu três livros durante a década de 1960, no Brasil, e foi por três anos consecutivos, editor de uma coluna dominical no Jornal Diário de Notícias, passando a partir de 1968, publicá-la no Jornal O Globo e mais tarde, já no final da década de 1970, a escrever para o Jornal da Semana.

Quando foi pela primeira vez convidado a contribuir para o jornal carioca Diário de Notícias, esclareceu devidamente a que vinha:

“O Diário de Notícias continua a ser o incorrigível vanguardeiro da cultura e da informação. Nunca poderia supor, 2 dias atrás que me fariam colunista. O amável, convite do DN soube convencer-me. Aqui estou para servir ao meu país e a velhice do Brasil. Esta coluna é dedicada aqueles que envelhecem. Lutará pelos direitos deste numeroso grupo social emergente, grupo que polariza a atenção de ¼ da população das grandes cidades do Brasil e de 1/5 da população do país. Vítimas de uma civilização que os despreza, os velhos são ainda autênticos escravos à espera de uma abolição.”²³⁹

Suas palavras e intenções parecem desdobrar-se da afirmação de HABERMAS:

“*A esfera pública provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade*”²⁴⁰. No entanto, independente das análises deste autor, as necessidades que Filizzola passa a defender para sua clientela, diante do

²³⁸ As considerações acima e citação fazem parte do livro: *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 41.

²³⁹ *Jornal Diário de Notícias*, em 18/10/1964. p.1 da 2a. seção.

²⁴⁰ HABERMAS, Op. Cit. p.46.

Estado, são delimitadas por suas próprias observações e não necessariamente resultantes das exigências que os velhos faziam.

É assim que ele deu conta do debate da aposentadoria, confirmando através de seu saber as pretensões do Estado em protelar o máximo possível a concessão do direito aos requerentes e associar a aposentadoria por velhice às mesmas condições previstas em caso de morte ou invalidez. Pois como já analisei anteriormente, através da adoção de uma postura corporativista de administração do Estado, a ciência encontrou um campo muito fértil para proliferar, crescer e conquistar espaços públicos.

Tendo em vista esta circunstância histórica tão propícia, o que faz o discurso médico senão concatenar uma auto definição que lhe atribuiu duas funções indispensáveis: salvar as pessoas do envelhecimento e cooperar com o crescimento do Brasil, através da manutenção de seus trabalhadores mais experientes na ativa.

“A Gerontologia é uma disciplina que se ocupa em cultivar a vida e a saúde dos velhos, esforçando-se para que cheguem ao limite da sua idade fisiológica sadios e fortes. Para isso, ampara-os e defende-os contra os múltiplos perigos que os ameaçam em consequência da ação maléfica dos fatores ambientes e sociais.”

“A ciência é, sem dúvida, a maior amiga do homem. Cuida dele, em primeiro lugar, e não o despreza jamais. (...) A ciência o ajudará a fazer-se homem e o homem ajudará a ciência a aumentar a sua capacidade de aperfeiçoamento humano”²⁴¹

Na busca de um espaço público específico, esta ciência não apenas se atribui o título de redentora, mas também dando seu aval a idéia de um futuro brilhante para o país, estabelece seus próprios sonhos e “ajuda” seus concidadãos a colocar fé nisso.

Desta forma foram projetadas e noticiadas uma série de pesquisas avançadas:

“A vida longa, sadia, proveitosa, eficiente e lúcida é o destino que espera o homem dos séculos futuros, nos quais florescerá esta super civilização - numa gerontocivilização, criada e alimentada pelos milhões de anciãos que a ciência médica salvou do envelhecimento precoce. (...) Bancos de testículos e de ovários existirão para prover as necessidades de revitalização celular de cientistas, artistas e intelectuais cuja perda represente um prejuízo para a

²⁴¹ São respectivamente trechos do Jornal *Diário de Notícias*, “Geroncultura”, ..., em 12/06/1965, p.1. e “Viva sem sofrer”, ..., em 01/08/1965, p.1.

humanidade. Os Institutos de Gerontologia cuidarão desse trabalho de aplicação e as Universidades lhes darão a prioridade que merecem.”²⁴²

Como sugeria o especialista era preciso Institutos Gerontológicos e currículos universitários específicos para que o sonho virasse realidade. A criação destes espaços não era necessariamente a criação de um espaço para os velhos, mas sem dúvida era a criação de um maior valor social para os médicos gerontólogos.

Como HABERMAS me levou a pensar, da mesma forma que os “*burgueses autorizados*” construíram uma rede de informações que estabelecia verdades que lhes convinham e com isto moldaram um Estado ao seu gosto²⁴³; o gerontólogo ao usar a imprensa e os meios de comunicação para fazer a defesa de suas verdades, não apenas dava “publicidade” às suas reivindicações, e desta forma levava o Estado a dar-lhe alguma atenção, mas também criava um espaço próprio e garantia a sua própria visibilidade no quadro social.²⁴⁴

Uma das formas de busca desta legitimidade foi a organização da Coluna: “A Vida depois dos 40”. Nesta, a cada domingo, uma pessoa de notória reputação social e política era entrevistada a respeito de sua opinião sobre velhice. Todas estas entrevistas tinham como intróito uma elogiosa descrição do entrevistado. Essa técnica servia para revestir de autoridade as palavras que se seguiriam. As perguntas, quase sempre capciosas, davam a quem ia responder uma única saída: confirmar as idéias do entrevistador. É desta forma, para exemplificar, que Filizzola pergunta a senhora Maria

²⁴² *Jornal Diário de Notícias*, “A Futura Civilização”, ..., em 29/05/1965, p.1. 2a. seção.

²⁴³ **Ver** HABERMAS, Op. Cit. “II - Estruturas Sociais da Esfera Pública”, p. 47 - 59.

²⁴⁴ **Ver** as afirmações de Eneida HADDAD: “Os gerontólogos e geriatras exercem, pois, o papel histórico de ideólogos ativos da classe dominante; enquanto intelectuais a serviço da ordem capitalista, fazem do aperfeiçoamento das representações sobre a velhice a garantia da sua própria sobrevivência.” Op. cit. p. 41.

de Lourdes Oliveira Costa, parente próxima do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda:

“Soubemos que durante 50 anos foi prisioneira do silêncio - pela surdez adquirida na mocidade. Conte-nos como foi a sua libertação?
 (...) Deixamos de participar das conversas e dos contatos da vida familiar. O silêncio nos apavora. [descreve sua doença]. Sinto-me grata a esta milagrosa medicina, capaz de libertar as pessoas do silêncio da surdez. Sou hoje uma liberta. Devo toda esta minha felicidade a um jovem cirurgião, filho do Dr. Martinho Rocha (...).”²⁴⁵

Nada melhor para confirmar o papel de redentor à ciência médica, do que buscar a opinião *idônea* de uma senhora que era o exemplo vivo dos serviços da medicina à humanidade. Nada melhor para balizar os parâmetros de velhice que a Gerontologia possuía do que a opinião de Waleska Paixão, diretora da Escola “Ana Neri”, em 1965:

“(…) Sou daquelas que acreditam numa prevenção da velhice triste e doentia. Acho que o princípio da medicina preventiva é verdadeira na velhice. A prevenção da velhice triste, dependente, abandonada, é antes de tudo feita pela própria pessoa que envelhece.”²⁴⁶

Foi por meio da “publicidade” construída pela Gerontologia de seu saber, que a velhice ultrapassou a “esfera privada” da família para tomar parte da “esfera pública” do Estado e da produção acadêmica. Desta forma, a “publicidade” da velhice inspira ações. Estas tanto diziam respeito a elaboração de projetos legislativos, como a organização de Cursos de Geriatria e Gerontologia e de Encontros Científicos, como também, a promoção de exposição de pinturas de idosos, a fundação de Institutos de Gerontologia e Geriatria no Rio de Janeiro e São Paulo, e a solicitação de inclusão das disciplinas no cursos de Medicina e Enfermagem das universidades mais conhecidas do país.

²⁴⁵ *Jornal Diário de Notícias*, “Entrevista com D. Maria de Lourdes Oliveira Costa”, ..., em 28/12/1964.

²⁴⁶ *Jornal Diário de Notícias*, “Entrevista com Waleska Paixão”, ..., em 31/01/1965, p.1.

Contudo, deste conjunto de ações, as mais noticiadas eram aquelas que passavam pelo Poder Legislativo carioca ou nacional. Por isso encontrei constantemente comunicações do andamento dos projetos de Noronha Filho (PTB), a Declaração Universal dos Direitos da Velhice e dos projetos do Deputado estadual Gama Filho (UDN/RJ) de criação do Instituto Brasileiro de Gerontologia e do Instituto de Gerontologia da Guanabara. Os motivos que levavam estes políticos a envolverem-se com os interesses da Gerontologia passam claramente pela publicidade alcançada e possível do debate sobre a velhice. Os elogios a eles nunca foram modestos:

“Felicitó publicamente aos valorosos deputados Gama Filho (UDN - GB) e Noronha Filho (PTB - GB) pelos seus brilhantes projetos em defesa dos Direitos da Velhice. Corresponderam esses deputados, plenamente à confiança que seus eleitores lhes depositaram. (...) Gama Lima, o esclarecido professor-deputado, soube traduzir os anseios populares e propôs a abolição do limite de idade para o ingresso no Funcionalismo Público do Rio e criando o Instituto de Gerontologia da Guanabara marcou uma época para o Brasil.”²⁴⁷

A partir do contato de Filizzola com o professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, o senhor Gerson Pompeu Pinheiro, surgiu a iniciativa de criar uma exposição de pintura com o seguinte título: “Pintura de Amadores não jovens”²⁴⁸. A ampliação do espaço social ocupado pela Gerontologia almejava muito mais do que uma simples exposição de pintura. Deste modo, em 17 de janeiro de 1968, Filizzola mandou uma circular a 11 universidades do país a fim de solicitar que fosse incluído “o ensino da Gerontologia” nessas universidades. Apesar de afirmar que todas as respostas

²⁴⁷ *Jornal Diário de Notícias*, “D.N. Inspira o Legislativo”,..., em 21/07/1965, p.1.

²⁴⁸ Ver informações do *Jornal Diário de Notícias*, em 25/04/1965, p.1 da 2a. seção.

foram atenciosas e manifestaram interesse pela proposta, todas foram negativas. Suas propostas passaram a viabilizar-se a partir de 1971 no estado de São Paulo.²⁴⁹

O espaço nas editoras, o espaço nos jornais e mesmo os interesses do legislativo bem demonstram a amplitude da publicidade alcançada pelo gerontólogo, o Dr. Mário Filizzola. No entanto, se somente a existência de um “mundo de leitores” viabiliza, através de seu julgamento, a “publicidade”, torna-se necessário observar a relação entre os leitores-pacientes e o gerontólogo, para que seja possível, através de um foco mais preciso, dimensionar quem eram estes sujeitos.

Na atualidade, apesar do número crescente de velhos, a Geriatria é uma especialidade médica pouco solicitada pelas pessoas. Certamente, nem 10% da população idosa brasileira já realizou uma consulta geriátrica. Se hoje é assim, imaginemos a 30 anos atrás. Conquistar esta clientela foi e é um desafio aos seus especialistas.

Porém, entre a tentativa de conquistar a clientela e o fato em si, havia um limite a ser transposto. Pois, o “mundo de leitores” é um grupo reduzido; nem todas as pessoas possuem acesso aos meios escritos, seja por falta de dinheiro, de hábito ou mesmo de condições de leitura. Dentro de uma parcela restrita - os leitores de jornais - havia ainda uma outra divisão quando o assunto era velhice, pois poucos seriam os jovens que dariam atenção a este assunto. Desta forma apesar do discurso gerontológico ser abrangente a qualquer velho, ele atingia um grupo específico, que distinguia-se dos demais em aspectos de relevante importância.

²⁴⁹ Ver informações apresentadas no livro *A velhice no Brasil - etarismo e civilização*, Mário FILIZZOLA. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1972, p.196-99.

Os leitores da coluna: “Como emplacar 100 anos” eram pessoas em condições financeiras mais abastadas, com saúde regular e de um nível de interesse intelectual não muito comum. Eram pessoas que acreditavam na modernidade e por isso davam crédito aos pareceres da ciência; pessoas que estavam incomodadas com a forma com que eram respeitadas e por isso solidarizavam-se com as reivindicações em favor dos velhos; pessoas que compartilhavam dos ideais do “Grande Brasil”, tal como a Gerontologia. Enfim, o diálogo entre paciente e médico tinha limites bem precisos.

Na tentativa de ampliar a clientela e conservar os pacientes que já possuía, o diálogo estabelecido através da Coluna teve sempre duas formas de tratamento do leitor: o convencimento, para aqueles que não haviam ainda tomado a bandeira desfraldada e, o elogio para quem já compartilhava da proposta. Além desta forma tão apropriada de tratamento, o discurso gerontológico era persuasivo pelo tom otimista em que geralmente se apresentava e pelos títulos cuidadosamente elaborados em tom de convocação.²⁵⁰

O convencimento do leitor não era nada sutil:

“Se você vive em solidão e não quer saber de amizades, dos parentes ou da família, não deverá ter a menor dúvida - você não cresceu emocionalmente. Se conseguir adquirir a consciência desse fato já é meio caminho andado para a recuperação. Com um pouco mais de esforço você poderá vir a ser uma pessoa completamente normal.”²⁵¹

A estratégia baseava-se primeiro na apresentação da condição indesejável que o velho vivia e depois na saída que seria possível caso ele se aliasse aos ditames da

²⁵⁰ Observando as notas de rodapé, nas quais está apresentado o título de cada artigo selecionado, é possível constatar o tom de convocação, tão usual por Filizzola.

²⁵¹ *Jornal Diário de Notícias*, “Participe da Vida Coletiva”, Coluna: “Como Evitar a Velhice”, ..., em 28/09/1965, p.1. 2a. seção.

Gerontologia. Como está afirmado acima, dispor-se psicologicamente á cura daria à pessoa “normalidade.”

Em outras ocasiões o tom era menos pessoal, através de conclusivas indicava os *maus* hábitos adotados e apresentava a reversão destes a partir da adoção de uma postura gerontológica:

“Todos os velhos têm o inconveniente hábito de renunciar aos seus direitos em benefício da juventude e, pensando estar fazendo um bem, acabam por fazer um mal à juventude que se desorienta em seus sentimentos e perspectivas em relação à velhice. (...) Não é verdade existir entre nós uma luta entre jovens e velhos. Tudo não passa de caluniosa intriga a fim de jogar as gerações umas contra as outras. Temos o honesto dever de combater essa intriga deliberadamente forjada por cérebros patológicos.”²⁵²

A forma elogiosa, por sua vez, era usada desde a maneira mais simples, o elogio até de uma maneira mais complexa, que levava significativamente à distinção dos velhos que pertenciam ao seu “mundo de leitores” dos demais existentes.

O elogio baseava-se nas usuais assertivas de que o velho é portador da tradição, da experiência e da sabedoria. Também por estes elogios, o processo de envelhecimento era revestido de uma áurea positiva:

“Envelhecer não é perder qualidade. Envelhecer é ganhar experiência traduzida em anos de vida. Ora se envelhecer é ganhar, quem não gosta de ganhar? A idade é uma espécie de lucro que a natureza conforta às pessoas. Envelhecer é uma forma de lucrar. Sejam negociantes... É negócio envelhecer. Não acha?”

“O envelhecimento é uma obra da natureza pela qual o ser humano se prepara, biologicamente, para exercer uma importante e elevada função: - a função civilizadora.”²⁵³

Se os velhos, público destes elogios, eram pessoas portadoras de tantas qualidades, eles não poderiam ser ao mesmo tempo aquele velho definido como alguém que gemia, queixava-se e incomodava a todos. E de fato estes velhos não eram os

²⁵² Jornal *Diário de Notícias*, “Jovens e Velhos”, Coluna: “Como evitar a Velhice”, ..., em 16/09/1965, p.1.

²⁵³ São respectivamente trechos do Jornal *Diário de Notícias*, “As vantagens do Envelhecimento”, Coluna: “Como Evitar a Velhice”, ..., em 07/08/1965, p.1. e “A idade de ouro (1)”, Coluna: “Como Evitar a Velhice”, ..., em 24/09/1965, p.1, 2a. seção.

carentes de cuidados médicos, estes eram aqueles que já haviam alcançado a “liberdade de envelhecer”, e como libertos passavam a um outro patamar de significação sob o olhar clínico. Eles, distintos dos demais idosos, eram os velhos aptos à reivindicação. Estes eram os velhos designados de “gerontinos”. A partir desta aliança entre gerontólogos e gerontinos, o elogio pelo elogio, desdobra-se para a delegação de poderes:

“Velho, mendigo e doente [ilegível] uma trindade única e são, pelo contrário, três realidades completamente diferentes e independentes. O erro dessas duas confusões reside no fato de se ter identificado envelhecimento com pobreza e com doença. Nem todos os pobres e doentes são velhos e nem todos os velhos são pobres e doentes. A velhice é uma fase do processo evolutivo individual no decurso da vida. É uma fase superior da existência, um degrau acima da mocidade. A doença e a pobreza não são como a velhice degraus de aperfeiçoamento da natureza, e, pelo contrário, são males evitáveis pela profilaxia e pela terapêutica, orgânica e social.”²⁵⁴

A distinção estava colocada: velho, doente e mendigo eram realidades “diferentes e independentes”. A partir desta premissa, o discurso quando se dirigia aos unicamente gerontinos, lhes sugeria a batalha contra o desrespeito. Esta sugestão, por sua vez, baseava-se na concatenação de elogios e conclusões que o “novo” tempo exigia a adequada reestruturação do papel social do velho:

“O velho não é necessariamente um vencido nem um derrotado pela vida. A velhice pelo contrário, é o mais autêntico atestado de vitória contra as doenças e condições limitadoras da vida humana.”²⁵⁵

Se era possível vencer a vida, o inexorável tempo que traz o desgaste do corpo físico, o que seria impossível?

²⁵⁴ *Jornal Diário de Notícias*, “Efebocracia”, Coluna: “Como Emplacar 100 anos”, ..., em 10/04/1966, p.1. 2a. seção.

²⁵⁵ *Jornal Diário de Notícias*, “Aprenda a Vencer”, Coluna: “Como Evitar a Velhice”, ..., em 14/09/1965, p.1. 2a. seção.

Filizzola, pelas implicações políticas de seus discursos, nunca convocou os velhos a uma luta contra as idéias desenvolvimentistas, por exemplo, fosse por meio do jornal ou de seus livros. Mas, através de entrevistas, de notícias sobre os direitos criados por algum projeto de lei, pelas condições de vida oferecidas aos velhos em outros países, o especialista, cooperou para a organização de atividades, cujos objetivos eram adquirir alguma regalia social. Foi ele, por exemplo, que divulgou no Brasil a existência de “clubes de idosos”:

“Recomendo aos quadragenários e mais, organizarem-se em clubes de madureza como a solução mais racional: - os ‘Golden Age Clubs’ dos práticos norte-americanos. São pequenos clubes de bairro destinados a reunir pessoas da mesma geração, para intercâmbio de idéias, distração, motivação para viver e mútua assistência. Os ‘Goldens Age Clubs’ são autênticos prolongamentos da Família, essa instituição decadente que ainda está perplexa e sem encontrar uma solução para o problema da velhice.”²⁵⁶

As primeiras organizações deste cunho ocorreram a partir de 1963, promovido pelo SESC (Serviço Social do Comércio) do estado de São Paulo²⁵⁷. Também foi na mesma época, em 1965, criada a Associação Brasileira de Pessoas Idosas e outras tantas associações de aposentados.

Os “novos-velhos”, da década de 1960, também, surgiram mediante as ações resultadas da “publicidade” conquistada pela Gerontologia e da própria representação criada por ela de uma velhice combatente. Estes sujeitos, no fazer-se de sua história,

²⁵⁶ *Jornal Diário de Notícias*, “A idade de ouro (1)”, Coluna: “Como Evitar a Velhice”, ..., em 24/09/1965, p.1, 2a. seção.

²⁵⁷ Ver informações de Cilene CANOAS. *A condição humana do velho*, São Paulo, Cortez, 1983, p.10.

constituíram-se em “um novo sujeito social e histórico”²⁵⁸. Pois aqueles homens que organizaram a “Legião Brasileira de Inativos”, comentada no primeiro capítulo, são os mesmos que realizaram a instável trajetória dos trabalhadores brasileiros que, do início do século XX até a década de 1970, tinham como critério de existência uma “cidadania regulada”²⁵⁹; e que, pelo saber gerontológico estabelecido, eram os gerontinos, distintos do doente e do mendigo, possuidores de poderes para adequar a modernidade à compreensão de seus direitos.

Imagens disfóricas, limites à concessão de garantias legais diferente de como era feito para trabalhadores jovens e pareceres gerontológicos que reduzem ao indivíduo a responsabilidade do processo de envelhecimento acompanharam o velho da década de 1960, no Brasil, na constituição de sua identidade. Apesar da significação de uma *cidadania regulada* estar presente na elaboração de representações, direitos e saberes sobre a velhice, a identidade criada por cada velho sobre si mesmo não foi homogênea. Isso se deve a existência de uma experiência pessoal a delimitar o “juízo” que o “público”²⁶⁰ faz de tudo que lhe é apresentado. Pois em cada texto há infinitas possibilidades de “leituras”²⁶¹, que estão pautadas de forma específica pela historicidade de cada leitor. Sendo assim, esta experiência pessoal eu chamo de História.

²⁵⁸ Ver a definição elaborada por Eder SADER em seu livro: *Quando Novos Personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

²⁵⁹ Ver Wanderlei SANTOS. *Cidadania e Justiça...*, Campus, SP, 1979. p. 75.

²⁶⁰ Ver Jürgen HABERMAS. *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

²⁶¹ Ver Roger CHARTIER. “Textos, impressos, leituras”, In: *A História Cultural*, Difel, Lisboa, 1988, p. 121-39.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Velhos, muitos velhos foram observados nas páginas que compõem esta dissertação. Mas ela não foi realizada para ser vitrine pela qual pudessem seus leitores volverem ao passado e observar o que já passou. Quis discutir, quis inquietar, deixar questões para serem pensadas além do papel. Quis, acima de tudo, discutir a velhice em sua historicidade, retirando-a do campo do natural e a-histórico. Como afirma Roger Chartier *“As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras.”*²⁶²

A figura do velho da década de 1960, no Brasil, tem junto a si a história da cidadania e do trabalho que a atribuía. O mundo social que reelaborou o conceito de velhice nesta época foi o campo que trilhei para dar sentido histórico à velhice que se viveu. Desta forma, primeiramente precisei delimitar quem era o velho, pois este, sujeito de sua própria história, foi a chave de todos os questionamentos e interpretações que fiz. O busquei nas falas de literários, jornalistas, políticos e até

²⁶² CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. p. 27.

mesmo em sua própria voz. O encontrei entre imagens eufóricas e disfóricas da velhice. O sentido delas, a primeira vista, parecia sem qualquer laço de aproximação. Contudo, localizei a articulação que dava o sentido de sua contemporaneidade, de sua inteligibilidade, do diálogo que se travava entre elas. Então, desenvolvi a análise discursiva. Pontuei três campos nos quais o embate entre estas imagens se estabelecia.

Contudo, não foi suficiente indicar que o embate entre as imagens passava pela aproximação ou distância com a positividade da mocidade, com a valorização do trabalho e a obtenção da cidadania. Foi preciso observar as variações de leituras que estas imagens produziam. Mediante a classe social, o local em que viviam ou mesmo pela condição de saúde que muitos velhos apresentavam, a leitura que se fez da velhice foi variada. Enquanto alguns continuaram a perceber esta etapa da vida como algo negativo e desqualificatório que os atingia, outros passaram a vê-la como momento no qual era necessário ainda mais proteger-se dos preconceitos, organizar associações e reivindicar mais direitos.

O sujeito que se constituiu não surgiu da simples reflexão do que diziam ser uma velhice feliz. Ele próprio construiu pedra por pedra o caminho que percorria. Nunca houve uma estrada anterior a impor-lhe a direção. Como seus parceiros desta construção encontrei o Estado Brasileiro e a Gerontologia. Por isso, desenvolvi capítulos específicos para assentar como a relação entre estas instâncias e o velho co-construíram a velhice da década de 1960. Afinal, o Estado e a Gerontologia ao definir este sujeito por parâmetros específicos ao seu *métier* lhe determinou um novo significado e espaço social mediante uma nova forma de assisti-lo.

Na elaboração deste novo sujeito velho a dimensão da cidadania toma uma expressão muito especial. O homem, que antecedeu o velho desta década, fez-se enquanto trabalhador, e por isso foi necessário nesta dissertação, dar, também, visibilidade à história do trabalho, no Brasil. Esta história não é a simples disputa entre dominantes e dominados, mas é *“as experiências vividas no interior de relações historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração.”*²⁶³

O Estado, no processo histórico que representou, atribuiu valor significativo ao trabalho e a cidadania mediante os projetos desenvolvimentistas e as posturas populistas que desenvolvia. Estes dois elementos foram a expressão mais contundente na formação do compromisso da população com os projetos de modernidade para o país. A atenção dispensada a construção da cidadania, desta forma, não pode ser malbaratada, afinal, ela foi a peça chave na articulação dos significados políticos e médicos que a velhice adquiriu.

O valor atribuído a cidadania materializou-se para o velho a partir do momento em que ele foi classificado de inativo. O Sistema Previdenciário, desde sua primária organização das Caixas de Aposentadorias e Pensões, foi especificando o sujeito assistido, reafirmando-lhe a importância da cidadania para que ele fosse um portador dos direitos que garantia.

As Constituições que se sucederam após 1934, também, ao garantir direitos aos trabalhadores em caso de velhice passaram a vislumbrar na instância legislativa do país

²⁶³ PAOLI, M. Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. op. cit. p. 56.

a existência do velho. Não de qualquer velho, somente daquele que tendo sua profissão devidamente regulamentada era classificado de cidadão e por isso era um inativo.

Os planos de governo, organizados a partir de 1946, viabilizaram os projetos de desenvolvimento e crescimento econômico almejados. Nestes a cidadania continuou sendo exaltada. Contudo, a velhice aí não encontrou espaço para ser pensada e assistida, pois a cidadania que importava era aquela que os homens em idade ativa possuíam. Mesmo quando os planos de governo concentravam-se nos aspectos sociais só teve sentido mencionar a criança, o adolescente e o homem. Porém, os velhos, fossem aqueles que pensavam-se como cidadãos ou aqueles designados como necessitados, exigiam do Estado atenção, que passou a ser dada mediante a *Caridade Estatal*, ou seja, a caridade emergencial e à parte da racionalidade dos planos de governo, que o Estado realizava, substituindo a caridade religiosa e popular pela sua tutela, cujo objetivo era criar uma relação de dependência e apatia política em sua clientela.

O Estado ao ser parte ativa na constituição do valor que a cidadania possuiu no Brasil dos anos 60, cooperou significativamente para a reelaboração do conceito de velhice. E ao mesmo tempo, ao pautar toda a assistência ao velho mediante sua condição de trabalhador regulamentado, o Estado delimitou um espaço social para o velho na sociedade de então, que só adquiria importância e distanciava-se do asilo, na medida em que ele fosse um cidadão. A assistência, o espaço e o estatuto que o velho assumia, ocupava e recebia estava na medida exata da cidadania que possuía.

A Gerontologia não é tia distante que chega na hora certa. Ela é filha e mãe de toda a história que ajudou a construir. Foi preciso situar a Gerontologia a sua própria

construção a fim de não visualizá-la como a-histórica. Foi preciso identificar suas hipóteses e conclusões para analisar as implicações de seus discursos às propostas políticas e econômicas que foram suas contemporâneas.

O saber gerontológico tal como as idéias corporativistas de administração, encontraram seu sentido de ser no conjunto de circunstâncias em que o anseio de modernidade se constituiu. Ambas julgavam-se neutras e isentas de partidarismo. Contudo, defendiam a manutenção do homem no trabalho ou por conservar a saúde ou por promover o desenvolvimento do país. A sociedade tal qual o corpo, nestes saberes, eram ausentes de história, ela não tinha classes antagônicas e a saúde dele independia das condições sociais nas quais se desenvolveu e pereceu. Enfim, o corporativismo estabelecia a categoria cidadão para “harmonizar qualquer luta estéril de interesses”, enquanto a ciência apresentava o seu paciente como o homem com “liberdade de envelhecer”.

Ao paciente-cidadão a caridade tornou-se alvitante desrespeito. Substituindo os abnegados leigos surgiram os esclarecidos médicos. E, estes, tão preocupados com os velhos quanto consigo próprios, precisaram conquistar um espaço social seguro à sua profissão. E ao mesmo tempo que fizeram isto dando “publicidade” às idéias que elaboraram, foram reforçando as imagens eufóricas de velhice que a cidadania permitia elaborar, e, criaram um sujeito bem próprio entre os seus pacientes, os gerontinos.

Finalmente, esta dissertação é a história dos velhos que se constituíram no Brasil dos anos 60. Dos velhos que passaram a pensar-se como portadores de direitos, pelos quais deveriam lutar, seja para manter ou ampliar e, principalmente, foram aqueles que se negaram como velhos que nada mais tinham a receber da sociedade do

que a caridade. Estes pautaram sua existência pelo direito ou não à *cidadania regulada*. Através dela qualificaram-se como cidadãos e assim, diferenciando-se dos necessitados, puderam ser os inativos ou gerontinos. Nesta moldura, em que eu os enquadrei, eles tornaram-se um cidadão que envelheceu.

Todos os discursos, trabalhados nestas páginas, cuja incômoda pretensão era interpretar a articulação histórica que os sustentava, invocam-me a lembrança do vidreiro de Murano que, reunindo técnica e arte, com seu sopro sobre a massa incandescente, que não possuía vitalidade e nem beleza, faz surgir a peça em cristal. Esta solidificada pela temperatura ambiente, torna-se quebrável ao toque descuidado.

Meu sopro está solidificado, tornou-se daqui em diante frágil e quebrável. Pronta para ser quebrada, pronta para ter seus cacos, novamente, aquecidos e soprados.

FONTES

1. JORNAIS;

- JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, setembro de 1964 a abril de 1966. [Microfilmes - Biblioteca Nacional].
FILIZZOLA, Mário. Coluna: Como Emplacar 100 Anos.
FILIZZOLA, Mário. A Vida depois dos 40.
- JORNAL A GAZETA. Florianópolis, janeiro de 1960 a dezembro de 1967. [Biblioteca Pública de Santa Catarina].
- JORNAL O ESTADO. Florianópolis, janeiro de 1960 a dezembro de 1967. [Biblioteca Pública de Santa Catarina].

2. REVISTAS:

- ACAMED. Florianópolis : Associação Catarinense de Medicina, 1969-1970.
- ATUALIDADES. Florianópolis : [s.n.], 1947-1948.
- BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau : [s.n.], 1961-1963.
- CATARINENSE. Florianópolis : [s.n.], 1968-1970.
- EVOLUÇÃO. Rio do Sul : [s.n.], 1952.
- LITORAL Revista Literária e Artística do Novos de Santa Catarina. Florianópolis : [s.n.], 1959-1962.
- SUL (Do) O vale do Itajaí - lavoura - indústria - comércio. Itajaí : [s.n.], 1961-1966.
- TEMPO (O). Florianópolis : [s.n.], 1952-1953.

3. LEIS:

- SANTA CATARINA. Leis Complementares, 1960-1969. **Seção de Documentação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina**, [microfilmes].
- ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Florianópolis : Assembléia Legislativa de Santa Catarina, v. 1966 I; v. 1967 I e II; v. 1968 I e II e v. 1969 I e II.
- BRASIL. Constituição do Brasil, 1934. Rio de Janeiro : Editor Henrique Cahen, 1936.
- BRASIL. Constituição do Brasil, 1946. Rio de Janeiro : Editor Henrique Cahen, 1947.
- BRASIL. Constituição do Brasil, 1967. Brasília : Imprensa Nacional, 1969.
- BRASIL. Constituição do Brasil, 1988. Brasília : Imprensa Nacional, 1989.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, 1935. Florianópolis : Assembléia Legislativa do Estado de SC, 1935.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, 1947. Florianópolis : Assembléia Legislativa do Estado de SC, 1947.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, 1967. Florianópolis : Assembléia Legislativa do Estado de SC, 1967.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, 1989. Florianópolis : Assembléia Legislativa do Estado de SC, 1989.

4. MENSAGENS DE GOVERNADORES:

- SANTA CATARINA. Governador (1951-1956 : Bornhausen). **Mensagem Enviada à Assembléia Legislativa, em 03 de março de 1955, pelo senhor Governador Irineu Bornhausen**. Florianópolis : [s.n.], 1955.
- SANTA CATARINA. Governador (1961-1965 : Ramos). **Primeira Mensagem Anual do Governador Celso Ramos apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de abril de 1961**. Florianópolis : Pancron, 1961.
- SANTA CATARINA. Governador (1961-1965 : Ramos). **Mensagem Anual do Governador Celso Ramos**. Florianópolis : Pancron, 1962. v. 1.
- SANTA CATARINA. Governador (1961-1965 : Ramos). **Quinta Mensagem Anual do Governador Celso Ramos à Assembléia Legislativa**. Florianópolis : Pancron, 1965.

- SANTA CATARINA. Governador (1966-1968 : Silveira). **Relatório do Plano de Metas do Governo II do Governador Ivo Silveira**. Florianópolis : Pancron, 1966.

5. OBRAS GERONTOLÓGICAS:

FILIZZOLA, Mário. **Como Emplacar 100 Anos**. 3. ed. Rio de Janeiro : Edições O Cruzeiro, 1966.

_____. **A Velhice no Brasil : Etarismo e Civilização**. Rio de Janeiro : Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

_____. **Aspectos da História dos Mais Antigos Asilos para Velhos do Rio de Janeiro e Bahia**. Rio de Janeiro : Gráfica Olímpica Editora, 1979.

LINS, Edilberto Q. V. **Aposentadoria do Trabalho com Permanência no Emprego**. Salvador : Ed. Dist. Salvador, 1981.

KAUFMANN, Ana. **A Idade de Cada um : vida plena na velhice**. Petrópolis : Vozes, 1982.

SICURO, Neli de. ; BREYER, Élio. **O Precioso Tempo da Velhice**. União da Vitória : Umporto, 1990.

KNORR, Ilga. **A Escalada da Vida**. São Leopoldo : Sinodal, 1982.

6. ENTREVISTAS:

- FILIZZOLA, Mário. **Entrevista concedida à Mara Rúbia Sant'Anna**. Rio de Janeiro, 19 jun. 1994 e 02 abr. 1995.
- XAVIER, Léo Mauro. **Entrevista concedida à Ivonete Pereira**. Florianópolis, 02 mai. 1995.
- ABREU, Alcides. **Entrevista concedida à Mara Rúbia**. Florianópolis, 15 jul. 1995.
- SANT'ANNA, Waldy. **Entrevista concedida à Mara Rúbia**. Laguna, 31 jan. 1996.

7. OUTROS:

- ASSOCIAÇÃO E ASILO DE MENDICIDADE IRMÃO JOAQUIM. **Estatutos** : seguidos de breve notícia sobre a mesma Associação e Asilo. Florianópolis : Escola Artífices, 1911.
- IBGE. População do Brasil e das suas unidades políticas segundo a idade. **Censo Demográfico 1920/1940/1950/1960/1970**. Brasília : Diretoria de Pesquisas - Departamento de População.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sérgio. **O Liberalismo na Formação da Ordem Social Competitiva**. São Paulo : Paz e Terra, 1987.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral** : reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** : lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz : Edusp, 1987.
- CALDAS, Célia Pereira. **A Produção Social da Velhice**. Rio de Janeiro : UERJ/IMS, 1992.
- CANÔAS, Cilene Swain. **A Condição Humana do Velho**. São Paulo : Cortez, 1983.
- CERTAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, [s.d.].
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural** : entre práticas e representações. Lisboa : DIFEL, [1990] ?].
- COELHO, Maria da Graça. **O Idoso na Capital Catarinense**. Florianópolis : Lunardelli, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989.
- CRUZ, Maria Zilda da. O Idoso : delimitações da velhice. **Leopoldianum**, Santos, v. 17, n. 49, p. 5-20, abr. 1991.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- DANZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro : Graal, 1980.

- DEBERT, Guita Grin. O Envelhecimento em Asilos e Práticas Profissionais para uma Velhice Adequada. **Primeira Versão**. Campinas, SP, n. 41, p. 1-35, 1991.
- _____. **Ideologia e Populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. São Paulo : T. A. Queiroz, 1979.
- _____. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice. **Textos Didáticos**, Campinas, SP, n. 13, p. 7-30, mar. 1994.
- DONFUT, Claudine Attias. Seminário de estudos sobre a terceira idade. **Cadernos da Terceira Idade**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1979.
- DRAIBE, Sônia M. As Políticas sociais e o Neoliberalismo. **Revista da USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar/mai. 1993.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 14. ed. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- FERNANDES, Francisco et. al. **Dicionário Brasileiro Globo**. 24. ed. São Paulo : Globo, 1992.
- FIGUEIREDO, Vera L. Follain de. **Da Profecia ao Labirinto**: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea.
- FIORIN, José Luiz. **O Regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo : Atual, 1988.
- _____. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo : Contexto - EDUSP, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro : Forense - Universitária, [198-].
- _____. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1992.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1994.
- _____. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências sociais. 6. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-102, 1979.
- GINZBURG, Carlo. Pratiques de la Représentation. **Annales**, Paris, p. 1218-1234, 1991.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho**: política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro : Campus, 1979.

- _____. (Coord.). **Velhos Militantes** : depoimentos. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1988.
- GUIMARÃES, Débora Messenberg. As Políticas Sociais no Brasil : uma análise histórica. Brasília. **Caderno Técnico** [Serviço Social da Indústria - DN -], n. 18, p. 5-11, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.
- HADDAD, Eneida G. de Macedo. **A Ideologia da Velhice**. São Paulo : Cortez, 1986.
- IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- _____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1971.
- JAMES, Timothy M. Os Idosos na América. Tradução de Mário Salviano Silva. **The Wilson Quarterly**, [USA], n. de Ano Novo, p. 15-21, 1985.
- KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis - 1910/1930**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A Invenção da Velhice**. Rio de Janeiro : [s. n.], 1987.
- _____. Velhice e Sociedade. **Boletim de Intercâmbio**, Rio de Janeiro, n. 6, v. 31, p. 5-13, jul/set. 1987.
- MANTEGA, Guido. O Nacional-Desenvolvimentismo. In: _____. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis : Vozes, 1988. p. 23-76.
- MARTINS, Heloisa. **Classe Operária e Representação Sindical**. São Paulo : Cortez, 1989.
- MOURIÑO MOSQUERA, Juan José. Pessoa idosa, Problema ou Esperança? **Veritas**, Porto Alegre, v. 38, n. 149, p. 113-131, mar. 1993.
- MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical** : sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo : Cia das Letras, 1993.

- NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num País de Jovens** : significados de velho e velhice segundo brasileiros não Idosos. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1991.
- OLIVEIRA, Márcio. **A Modernidade Brasileira**. Curso realizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis, 29 abr. 1994.
- _____. **Os Anos Vargas**. _____, Florianópolis, 30 abr. 1994.
- OLIVEIRA, Heloisa M. José de. **Assistência Social** : do discurso do Estado à prática do serviço social. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1988.
- PAIM, Antônio; BARRETO, Vicente. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo : Edusp, 1989.
- PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania : a experiência do mundo público na história do Brasil Moderno. **Estudos Avançados**, IEA-USP, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, set./dez. 1989.
- _____. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio L (Org.). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro : Marco Zero. [s.d.].
- PEDRO, Joana M.; FLORES, M. Bernadete Ramos (Coordenadoras). **(Re) Inventando a Cidadania** : a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Florianópolis : Sinergia, 1994. p. 9-51.
- PESAVENTO, Sandra J. **Contribuição da História e da Literatura para a construção do Cidadão** : a abordagem da identidade nacional. Palestra proferida na UFSC, Florianópolis, 05 dez. 1994.
- PIAZZA, Walter e HÜBENER, Laura M. **Santa Catarina História da Gente**. Florianópolis : Lunardelli, 1987.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena** : experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SANT'ANNA, Mara Rúbia. Velho : quem é este sujeito? Onde é o seu lugar? **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 2, p. 24-34, jan./jul. 1994.
- _____. Velhice: também uma questão de gênero. **Esboços**, Florianópolis, n. 2, p. 3 - 13, 1^o semestre 1995.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça** : a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro : Campus, 1979.

- SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual** : a experiência do Plameg. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura - etnicidade - história. Canoas/RS : Editora da ULBRA, 1994.
- SOUZA, Geraldo Gonçalves de. **Idosos : Legislação**. Brasília : Câmara dos Deputados, 1982. Compêndio.
- SOUZA, Stella Maris Piazza. **Serviço Social e Universidade - Resgate e Lembranças**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1994.
- SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia M. Teixeira. **Os Direitos (Dos Desassistidos) Sociais**. São Paulo : Cortez, 1989.
- THOMPSON, Edward. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. v. 1.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB : Fábricas de Ideologias**. São Paulo : Ática, 1982.
- TREVISAN, Maria José. **50 Anos em 5...** : a FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis : Vozes, 1986.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para Apresentação de Trabalhos**. 5. ed. Curitiba : Ed. da UFPR, 1995, v. 2 - 6 e 7.
- VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa : Edições 70, 1987.
- VICENTE, Vilmar Adelino. **Política Social, instrumento de dominação**. Florianópolis, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.
- WIRTH, John D. **A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1973.